

Ata da 226ª Reunião Ordinária do Conselho
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Auditório do Instituto Anísio Teixeira - IAT, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente, Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo, Beatrix Kunz, Cícero Figueiredo Ribeiro, Eliane Araújo Simões, Edson Morais de Oliveira, Francisco José Souza e Silva, Isadora Oliveira Maia, Ivonildo Dourado Bastos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Júlio César Braga, Lílian Fátima Barbosa Marinho, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Luís Delfino Mota Lopes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Helena Nonato, Murilo Figueredo Campos de Jesus(suplente), Maria Helena M. Santa Cecília, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Stela dos Santos Souza, Raul Moreira Lima, Ronaldo Ferreira Dias, Maria do Carmo Brito de Morais(suplente), Antônio Marcos de Almeida Sampaio(suplente), Antônio do Lago de Souza(suplente), Lázaro Figueiredo dos Santos(suplente), Lázaro Ribeiro de Souza(suplente), Paulo Sérgio Pereira Costa(suplente), e Roberto Lima Machado(suplente) para a reunião do CES/BA. Às nove horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente saudou a todos e informou que não havia quórum ainda, mas sugeria começar pelos informes para não atrasar a reunião, uma vez que a pauta estava extensa. O Conselheiro Walney Magno de Souza registrou que passou a fazer parte no último dia 3 da Comissão Estadual para Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) da Secretária para representa-los e informou que sem dificuldades se criou o regimento e todos os participantes têm regimento diferente da Bahiapharma - Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos e que até agora não se pronunciou, apesar dos apelos aqui nesse pleno. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva mencionou o reflexo da indignação e revolta de todos os trabalhadores públicos do Estado da Bahia, bem como, também os trabalhadores da saúde, “primeiro lembramos do que foi a votação, do que seria a votação que modifica e interfere na vida dos trabalhadores públicos do Estado da Bahia” e que o governo indiretamente pretendia dar um golpe nos trabalhadores públicos e esses mesmos trabalhadores, mostraram a sua força e interferiram na votação do projeto que foi adiado. “Vou mais uma vez trazer uma denuncia sobre o Hospital Colônia Lopes Rodrigues”. E falou que às vezes o Secretário se chateia porque diz que a Entidade o está atacando, mas continua se discutindo os destinos de determinadas unidades de saúde do Estado da Bahia, entre eles o Hospital Colônia Lopes Rodrigues na modificação da forma do tratamento dessa área de saúde mental que concordamos que não pode está sem a participação nem dos trabalhadores e nem de sua representação. Há um boato de que o Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA) será municipalizado e também não há nenhuma discussão, porque os trabalhadores precisam saber quais serão os seus destinos e como será todo esse processo. Estamos exigindo e precisamos que esse Conselho exija também a participação nas discussões no que diz respeito ao Hospital Colônia Lopes Rodrigues, como o Hospital Juliano Moreira e o HCT nessa transformação na área de saúde mental. “Quero trazer aqui uma denuncia, essa denuncia não é um acidente, já era previsto porque há algumas inspeções realizadas pela Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) no Hospital de Guanambi, colocando a situação do hospital, inclusive onde ocorreu o acidente na lavanderia, pois já deveria ter sido modificada ou então fechada e houve um acidente com um trabalhador que perdeu o seu braço. É um trabalhador terceirizado, não importa o que somos contrários, é a terceirização, não ao trabalhador. Era um acidente anunciado, qualquer conselheiro encaminhe um ofício solicitando a Diretoria de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental os relatórios das inspeções realizadas nesse hospital. Por fim, o Estado através da Secretária de Saúde, além de todas as terceirizações, precarizações que vêm acontecendo, irão terceirizar o serviço de auditoria, vai contratar uma empresa chamada, entre aspas, de auditoria independente, como se Auditoria do SUS fosse independente. A Auditoria independente é para realizar as auditorias das organizações sociais, para ver como estamos nessa relação de administração, controle. Precisamos tomar posições realmente de denuncia e intervenção. A Presidente do Sindicato dos Auditores em nível Nacional deverá está aqui e aí tentaremos ver uma forma de que ela faça um pronunciamento, mas precisamos está denunciando essas questões, já não basta de terceirizações, vamos agora terceirizar o sistema de auditoria. “Espero que essa reunião se dê com inspiração desse grande educador que dá nome a esse prédio o Anísio Teixeira.” O conselheiro Luís Américo Pereira Câmara noticiou que o SINDMED diante da problemática do Zika Vírus está promovendo hoje um encontro sendo aberto a todos, onde serão discutidos as questões clínicas para profissionais de saúde, mas quem tiver interesse poderá ir. Reforçando o que o camarada Sílvio colocou, o nosso repúdio principalmente é a forma como o governo Ruy Costa encaminhou os projetos de lei, talvez tenham até alguns projetos de lei que possam beneficiar a estruturação, outros eles utilizam argumentos inválidos, por exemplo, cortar a licença prêmio para quem vai entrar e só terá efeito daqui a 5 anos, então não tem nada a ver com a crise de hoje. Estão utilizando o argumento da crise de hoje para uma coisa que terá efeito daqui a cinco anos, então o nosso repúdio é principalmente a forma

61 autoritária, passando o rolo compressor em cima dos trabalhadores como foi encaminhando essa questão.
62 Também reforçando o que Sílvia colocou sobre a questão da auditoria, junto com os reguladores que
63 tiveram a sua insalubridade cortada, estamos em mobilização, tem médicos trabalhando com hematologia
64 diretamente com paciente e tiveram a sua insalubridade cortada. Ontem conversei com uma enfermeira
65 que trabalha com feridas no Roberto Santos e teve a insalubridade cortada de forma extremamente
66 anárquica para economizar à custa dos trabalhadores. O próprio Secretário citou a Deloitte que é uma
67 grande empresa internacional que faz essas auditorias por aí, a PricewaterhouseCoopers que auditava as
68 contas da Petrobras na época da roubalheira, estava o aval dela lá, então não viu roubo nenhum. Aí
69 entendemos como funcionam essas auditorias independentes, recebe um monte de dinheiro e pronto.
70 Temos que defender o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, temos que valorizar os nossos auditores,
71 inclusive queremos que Auditoria do SUS saia do organograma da SESAB para efetivar a sua
72 independência, já existe um processo nesse sentido. A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes
73 enfatizou está acompanhando todos os acontecimentos em nível de governo, “onde ficamos perplexos e
74 concordamos com o que os nossos colegas colocaram o SINDMED e o SINDSAÚDE, que democracia é
75 essa que não podemos sentar para dialogar? que democracia é essa que passa com o rolo compressor
76 sobre questões que foram conquistadas há muito tempo, queremos melhoras, acho que todos desejam isso,
77 mas desejamos que uma democracia as coisas sejam feitas através de uma discussão e através de uma
78 construção coletiva para o bem de todos e nessa situação toda os servidores do estado da Bahia estão
79 passando situações vexatórias e de perdas de direitos conquistados.” “É uma questão de você lutar pelo
80 seus direitos não é pecado nenhum, acho que um governo que é eleito de forma democrática, no mínimo
81 ele precisa ouvir os trabalhadores, a sociedade.” E falou que a categoria de enfermagem é responsável por
82 trabalho de 24 horas ininterruptos sendo uma categoria que ao longo dos anos luta pela questão de regime
83 de trabalho de 30 horas. Questões salariais e que não conseguem é uma questão que precisamos de uma
84 proteção muito grande para esses trabalhadores, pois o adoecimento desses trabalhadores é muito grande,
85 ainda trabalham em áreas de risco e contaminação e encontram pelo próprio estado, uma falta de
86 sensibilidade retirando a insalubridade. A insalubridade tem um valor no seu salário agregado, mas se
87 tivesse um salário que pudesse garantir uma condição de vida melhor para o trabalhador, seria muito mais
88 sensato, mas nada disso se discute, mas vejo que a questão dos trabalhadores em nível de Brasil e de
89 Bahia é preciso sentar e discutir essa questão. Em relação à auditoria concordo que temos que defender
90 uma auditoria do próprio SUS, isso é uma forma de garantir a sobrevivência do SUS que é valorizando o
91 trabalho e das conquistas. A conselheira Stela dos Santos Souza informou em relação ao SISPACTO -
92 Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle que o Conselho Estadual dos Secretários
93 Municipais de Saúde – Bahia junto com os seus nove apoiadores está fazendo uma inserção enorme com
94 os municípios para que seja cumprido o prazo de homologação do SISPACTO nos municípios. Com
95 relação à Microcefalia e as pesquisas que na época chamávamos relação com Zika, onde tivemos duas
96 reuniões com o Ministério Público e na última reunião tivemos a presença do Dr. Badaró e do Dr. Marcus
97 Vinicius Quito do Ministério da Saúde, “tive também reunião ontem e anteontem em Brasília sobre essa
98 temática onde providências serão tomadas.” Falou que no dia dezesseis de dezembro teve reunião no
99 Ministério Público Estadual e que o Conselho também foi convidado para tratar do tema. O COSEMS
100 cobrou é que precisamos organizar a assistência para essas crianças porque está muito solto, para onde
101 levar, o que fazer os exames que eles precisam, o neuropediatra que temos poucos no estado e todos os
102 profissionais necessários para atendimento a essas crianças. Falou que é um assunto muito sério e
103 precisamos mergulhar e temos que ver caminhos para atender essas crianças. A SESAB já nos convidou
104 para uma reunião e Dr. Rodrigues estava presente, onde eles já estão preparando essa assistência não só
105 em Salvador, que é a briga do COSEMS, a Bahia tem 417 municípios e 28 Regiões de Saúde não dá para
106 centralizar tudo em Salvador. Ontem foi demandada a uma ação judicial onde o Conselho Nacional de
107 Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS fez um movimento junto ao Ministério Público Federal
108 para cobrança de recursos que temos atrasados e ainda a possibilidade do não repasse de recursos agora
109 no final do ano. Os municípios vêm enfrentando uma situação muito difícil e o COSEMS vem junto aos
110 órgãos de controle procurando apoio, então ontem a AMPASA - Associação Nacional do Ministério
111 Público de Defesa da Saúde mandou uma mensagem para gente. “Com alegria comunico que foi
112 distribuído uma ação judicial pela AMPASA e CONASEMS para garantia do pagamento na integralidade
113 do teto máximo, o que representará mais de 3,8 bilhões para competência/dezembro 2015, porque há a
114 possibilidade de talvez pagar cinquenta por cento, ele chama parcela doze, mas é referente a novembro e
115 ficaremos sem pagar a prestadores, vamos aguardar a apreciação seguido de tutela. O CONAS - Conselho
116 Nacional de Assistência Social, deliberou ontem que não participará dessa ação judicial, se os estados não
117 têm necessidade desse recurso, os municípios têm. Onde pedimos apoio desse CES para que também aqui
118 respalde essa necessidade, porque se não tivermos recursos para pagar os prestadores e os servidores no
119 final do ano, iremos ter um verdadeiro caos nesse final de ano. O conselheiro Antônio Lago de Souza
120 comunicou a todos que no dia oito foi realizado no Rio de Janeiro, junto com as demais Centrais um ato

121 contra o golpe e em defesa da democracia em nosso país. Foi uma participação muito expressiva de todas
122 as Centrais e dos Movimentos Sociais. Informou que no dia 14 irá acontecer na sede da OAB- Ordem dos
123 Advogados do Brasil em Salvador um debate sobre o impeachment e terão como palestrantes os
124 Deputados Federais Daniel Almeida, Lucio Vieira Lima e os Juristas Marcos Sampaio e Miguel Calmon e
125 estará na coordenação da mesa o Presidente da OAB, o Advogado Luiz Viana Queiroz, é importante a
126 participação nesse momento para compreender aos poucos como enfrentar e reagir a esse atentado contra
127 a democracia nesse país, “devemos atentar e principalmente pelo nosso estado, porque a notícia que nos
128 foi passada de que a Bahia irá contratar uma auditoria independente para acompanhar as instituições, isso
129 realmente é complicado. Temos auditoria que ela não sofre interferência nem ingerência dos gestores,
130 muito pelo contrário, são profissionais sérios e competentes e não é necessário que o estado contrate uma
131 auditoria independente para fazer esse papel, já que temos e precisamos somente fortalecer o SUS e não
132 enfraquecê-lo. “Valorizar os nossos profissionais que são concursados, profissionais de carreira que tem
133 compromisso com a Política Nacional de Saúde e por fim parabenizar a delegação da Bahia que na 15ª
134 Conferência Nacional de Saúde, demonstrou competência, unidade e fortalecimento do Controle Social,
135 onde Conseguimos mais uma vez retificar a nossa moção.” “Esperamos que o Governador Ruy Costa
136 responda a deliberação da Conferência Nacional de Saúde na qual o Controle Social pede a substituição
137 do Secretário Estadual de Saúde Fábio Vilas Boas, foi uma deliberação da Conferência Estadual e da
138 Nacional com mais de noventa por cento de aprovação.” O conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes colocou
139 que gostaria de reforçar a fala da senhora Stela e dizer que esse CES tem reponsabilidade de total apoio a
140 essas ações que vai ter trabalhadores lá na ponta, a sociedade de uma forma geral está sofrendo as
141 consequências do não pagamento e do parcelamento, pedimos a SESAB ao Ministério da Saúde que haja
142 transparência de como está a realidade, de como estão os recursos. Hoje temos que informar aos nossos
143 associados como é que está à situação, olhe está programado isso, vai acontecer isso vai pagar trinta por
144 cento, dez por cento ou não vai pagar, temos que informar, queremos transparência para que os nossos
145 prestadores não tenham que lá na ponta, está sofrendo as consequências e pior ainda, as consequências da
146 desinformação o que é que vai acontecer no final de ano? Quais são os recursos, olhem só vai pagar x por
147 cento se preparem, será desse jeito para termos a noção da nossa realidade e programarmos a nossa vida
148 econômica e financeira no final do ano, porque vem décimo terceiro para saldar com os funcionários,
149 então precisamos ver essa realidade. Dentro do possível gostaria que a alguém da SESAB nos
150 esclarecesse alguma coisa e no demais o total apoio a essa ação que Stela esta propondo e o CES tem que
151 se solidarizar com essa ação proposta para ver se garante os recursos para pagar prestadores nos
152 programas que são necessários e que cada vez mais vemos as prefeituras em dificuldades. Lá existem
153 prefeituras que estão reduzindo pagamento de profissionais dos programas que aí estão por não
154 conseguirem pagar. Sou da Região do SISAL de Valente, a segunda cidade depois de Feira de Santana em
155 chikungunya e realmente está chegando o Zika Vírus e estamos preocupados com isso por conta da
156 infestação dos mosquitos em Valente, mas fica o registro para que o estado tenha cada vez mais ações
157 preventivas, não sei como estão os estudos epidemiológicos, Dr. Badaró pode vir falar aqui novamente.
158 Outro dia estava em um debate com um grupo de médicos onde tratamos sobre os quintais e a minha
159 consideração foi que os principais criadores são os tanques que estão descobertos, em minha casa o
160 tanque estava descoberto chamei o Agente de Saúde e existia larva, comprei uma tela retirei a tampa do
161 tanque, instalei e depois coloquei a tampa do tanque, foi uma medida minha. O Conselheiro Ivonildo
162 Dourado Bastos informou a todos que naquele mesmo dia estava entrando em funcionamento o Centro de
163 Operações de Emergência em Saúde do Governo do Estado da Bahia e que tem por objetivo atender as
164 necessidades de produção e atualização das informações sobre o quadro epidemiológico atual do estado,
165 por conta da tríplice epidemia. A iniciativa é coordenada pela SESAB e contará com a participação de
166 outros órgãos do estado e do próprio Ministério da Saúde, além de diversos especialistas como
167 sanitaristas, epidemiologistas, infectologistas, obstetras e neuropediatras. Serão produzidos boletins
168 semanais, que serão divulgados sempre às terças feiras até às 15 horas. Esse Centro de Operações será
169 responsável pelo envio de equipes aos municípios para investigação em campo, clínica laboratorial bem
170 como, os estabelecimentos de um plano de controle da microcefalia e redução dos agravos, caso
171 necessários, recursos serão realizados e informou que na tarde de hoje acontecerá justamente este evento
172 com a participação inclusive do próprio COSEMS. A conselheira Stela nos avisou aqui que estará
173 participando dessa atividade e que o conselheiro Raul a substituirá hoje à tarde. Essas são informações
174 importantes que repassamos sobre a preocupação que os órgãos de saúde pública estão tendo em nosso
175 país, o Ministério da Saúde e as secretarias de estado. A Secretaria Estadual e Municipal de Saúde
176 pretendem fazer uma discussão mais profícua com a sociedade, outra questão importante nesse aspecto, é
177 a questão da boataria que infelizmente muitas vezes somos propagadores e difusores e muitas vezes sem o
178 conhecimento e sem a confirmação efetiva desses boatos que estão circulando nas redes sociais, causando
179 tumulto e terrorismo na cabeça das pessoas, importante que procuremos divulgar a informação precisa no
180 sentido de auxiliar as pessoas a se prevenirem. A conselheira Maria Helena Machado Santa Cecília

181 colocou que no dia onze haverá uma Convenção sobre os direitos das pessoas vivendo com deficiência,
182 justamente é uma oficina que fala sobre uma vida é igual para todos no compasso do cordel. Essa oficina
183 vai acontecer no auditório do pavilhão de aulas Glauber Rocha na UFBA. “Gostaria de informar que
184 aconteceu nos dias três e quatro a 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência e em
185 abril acontecerá a nacional.” A conselheiro Mario José da Conceição tornou público que a União Geral de
186 Trabalhadores (UGT) está com um programa na radio Tudo FM em defesa dos trabalhadores e coloca
187 esse canal aberto aqui para o CES e todos os trabalhadores. A FENASDETRAN - Federação Nacional das
188 Associações de DETRAN entidade filiada a UGT que realizou no ultimo dia quatro, cinco e seis de
189 novembro aqui em salvador o 9º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida e o 5º Internacional. Esse
190 Congresso teve como objetivo tratar da questão dos acidentes de trânsito que ocorrem hoje no país e os
191 custos que o SUS tem com essa causa. Hoje no Brasil teremos em média mil e trezentos acidentes, sendo
192 cento e trinta mortes diariamente e desses mil e trezentos acidentes quinhentas e poucas pessoas ficarão
193 com sequelas, sequelas simples e sequelas irreversíveis para o resto da vida. Por tanto, no nosso informe
194 chamamos a atenção CES para darmos uma atenção para causa externa que é o trânsito que no final de
195 semana ocupa os hospitais com setenta e cinco por cento dos seus leitos ocupados e o SUS gastando 40
196 bilhões anualmente com essa questão do acidente, na nossa Constituição não existe pena de morte, mas
197 no trânsito ela já foi decretada. A conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer salientou que havia
198 alguns informes do CROBA e dentro desse informes existem alguns Projetos de Lei (PL) que estão
199 tramitando sobre a odontologia hospitalar, que versa sobre a obrigatoriedade de ter um dentista atuando
200 nos hospitais. Em Feira de Santana tivemos uma votação PL 157/2015 do vereador Ronny que foi
201 aprovado à unanimidade na primeira votação. Em Jacobina a PL do Vereador Pedro Nascimento que esta
202 em tramitação, temos também uma PL Estadual com o Deputado Estadual Araújo. É importante que o
203 cirurgião dentista venha está atuando no ambiente hospitalar, sabemos que as evidências científicas
204 mostram a redução da morbidade e mortalidade e inclusive essa que vos fala tem um estudo publicado de
205 acompanhamento de sete anos em pacientes com transtornos hepáticos, esses pacientes quando entram
206 num processo de cirrose, fica complicada uma intervenção ambulatorial, então muitas vezes, temos que
207 fazer a remoção de focos em ambiente hospitalar, fazendo uso de hemoderivados e esse estudo mostrou a
208 redução da mortalidade nesses pacientes que tiveram acesso ao tratamento. “Outra questão da saúde
209 pública que gostaria de comentar com os queridos é que estamos enfrentando aqui a questão da colocação
210 de aparelhos por camelôs, então quem for dá uma passada na Lapa, encontra camelôs colocando
211 aparelhos que são vendidos a adolescentes. Isso é um problema sério, além de ser um agravo à dentição
212 dos adolescentes que aderiram a essa questão do modismo. Temos também outras possibilidades de
213 transmissões de doenças, o vírus da hepatite B, por exemplo, com um objeto que manipulou a cavidade
214 oral de um individuo passar para outro individuo, temos que estar atento. Para isso, participamos do
215 CROBA, junto com a SESAB e a Coordenação de Saúde Bucal de uma campanha no Encontro estadual
216 que teve esse mês onde distribuimos folhetos conscientizando aos jovens dos agravos a saúde, e também
217 o crime do exercício ilegal da odontologia, só quem está habilitado a colocar o aparelho dentro das
218 normas de segurança é o cirurgião dentista. Outra questão, o Glauber teve uma ação recentemente como
219 delegado trabalhando na Conferência Nacional de Saúde, onde tivemos com outros delegados regionais
220 do Nordeste fortalecendo a nossa atuação do nordeste e aprovamos uma moção de repudio ao
221 Coordenador Nacional de Saúde Bucal atual que é o representante do plano privado odontológico, na
222 contra a pessoas mas queremos um sanitarista voltado para as necessidades da população com
223 entendimento do SUS, porque é um cargo de tamanha importância que vai gerir toda a saúde bucal
224 brasileira. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio registrou a necessidade de ser trazido o mais
225 rápido possível à questão da microcefalia, dizer que a Presidenta Dilma, foi na Conferência Nacional
226 tratar desse tema, o governador está lançando algo que deveria ser debatido com a sociedade também, não
227 dá para sair da cabeça das pessoas a ideia de que tem que montar novos serviços que talvez não dê certo
228 se não tiver a participação da população. Nesse momento, de falta de recursos dizer que talvez um
229 pensamento de montar um gabinete de crise pode ser um gabinete de aumento de crise. Fiquei curioso e
230 acho que o CES deveria perguntar oficialmente, pois sou membro de sociedade civil, da periferia e
231 preciso orientar a população, também como Presidente de um Conselho Municipal de Saúde é saber se
232 existem dados científicos de fato de que aquela declaração que as mulheres utilizando minissaias, de fato
233 tenha alguma relação com a dengue, o Zika se de fato há uma preferencia do mosquito, se corremos o
234 risco, pois a declaração de um gestor estadual como o Secretário da Saúde da Bahia, o maior gestor do
235 SUS, pode soar como uma fala bastante machista, além de ser uma fala que pode está responsabilizando a
236 população e aí corre-se o risco de serem feitas varias leituras. Será que hoje as crianças e as mulheres que
237 estão sendo vitimas da microcefalia são aquelas que estavam utilizando minissaia? Será que as outras, que
238 não utilizaram estão protegidas? Será que isso que esta sendo dito é isso que esta sendo defendido pelo
239 Governo do Estado da Bahia? Acredito que é preciso ter uma responsabilidade, gostaria de saber qual a
240 base legal da declaração do secretário, se de fato a Vigilância Sanitária e também a coordenação que

acompanha isso tenha algum dado científico e orientou o secretário a dizer aquilo ou é mais um ápice daquilo que não tem o que falar ou se fala qualquer coisa. Gostaria de colocar também que na Conferência Nacional houve uma participação nossa muito grande onde foi retirada uma dúvida que restou da Conferência Estadual, se a moção tinha ou não tinha legalidade na Conferência Nacional cerca de noventa por cento votou a mesma moção, então não tem mais o que discutirmos e da publicidade a moção sendo o máximo que podemos fazer sei que a vontade de atender aquilo que foi o anseio da conferência é ou não do Governador, mas, dizer que precisamos ficar atentos e darmos publicidade ao que aconteceu na Conferência, e isso perpassa pelas propostas. Senhor presidente estamos com uma pauta que é muito importante, mas perdemos o time na questão do Plano Plurianual (PPA), o PPA já foi aprovado na Assembleia Legislativa se os conselheiros não sabiam fiquem sabendo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) também já foi aprovada, ou seja, nenhuma proposta que foi votada e aprovada pelos delegados da 9ª Conferência Estadual de Saúde irá fazer parte das políticas públicas de saúde do estado da Bahia, porque não se esperou fazer o adensamento das propostas. Hoje participarei das discussões, mas com o sentimento que é um grande faz de conta somente para protocolar que estamos aqui registrando o que passou no CES, mas que não tivemos e nem terá nenhum tipo de influência nisso. Espero a resposta sobre a minissaia porque preciso voltar à comunidade e orientar as mulheres, porque de fato teremos até que cancelar o verão se realmente houve isso. A conselheira Isadora Oliveira Maia pontuou em relação ao PPA e a PLOA que já virou LOA, informando que essas duas ações podem ter um encaminhamento também porque a proposta foi e já estamos na terceira ou quarta apresentação do PPA, e aí questionamos o prazo tanto da construção do PPA como também o PPA que deveria ir para a Assembleia, podemos fazer encaminhamentos nos aditivos que o CES queira fazer. O PPA ficou em consulta dos conselheiros para que fizessem as suas considerações e praticamente foram pouquíssimas as considerações feitas e também querendo encaminhamento da Conferência Estadual de Saúde caso o CES entenda depois da apresentação que queira fazer um aditivo, poderá ser feito sim. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que compreendia a resposta, mas que quem aprova é a Assembleia Legislativa não tenha adendo que o CES possa fazer que não tiver na vontade da Assembleia Legislativa que seja agregada ao PPA. Só existe um caminho que é entrar com uma representação no Ministério Público dizendo que não foi participativo. O senhor Presidente solicitou que fosse feita essa discussão no momento que fosse apresentado. A conselheira Beatrix Kunz saudou a todos salientando o conhecimento de todos em que o Papa Francisco declarou que no ano de 2016 será o ano da misericórdia, no dia oito ele abriu a porta da misericórdia lá em Roma, “nesse mundo que vivemos um tanto caótico precisamos de fato dessa misericórdia de Deus e que se abra para todos e que o Senhor Jesus Cristo é o rosto da misericórdia. Em Salvador teremos no próximo domingo dia treze também a abertura da porta da misericórdia lá no Bonfim que é a casa da misericórdia. A respeito da campanha da fraternidade o material pode ser comprado em uma campanha que abrange outras igrejas, é uma campanha ecumênica. Participei do Grupo Condutor Estadual da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Privada de Liberdade e foi socializado um pouco da primeira reunião com gestores municipais. São quatorze municípios na Bahia que tem unidades prisionais em seu território, infelizmente se fizeram presente três municípios: Teixeira de Freitas, Simões Filho e Eunápolis. Que os municípios possam aderir a esse plano relacionado às pessoas privadas de liberdade e que possam adquirir habilitação para receber os recursos. Foi falado sobre a situação do Hospital de Custódia e Tratamento (HCT) que entrou em um plano emergencial, ele serve ou vai servir para abrigar os presos que estão em tratamento, porque temos a possibilidade de colocá-los em residências. As residências existentes estão superlotadas e o pessoal está refletindo e vendo soluções até que seja feita as novas construções que atenderiam esses presos com problemas de saúde. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos relatou a sua surpresa da SESAB ainda não ter resposta para o pessoal do HCT até porque o Secretário com muito ânimo deixou a Pastoral Carcerária muito animada porque ele chegou lá e apresentou um cenário que já estaria pronto e seria um local onde trataria as pessoas com dignidade, mas agora com esse relatório me parece que o Secretário estava alienado e não sabia do que estava falando naquele momento. Gostaríamos de falar sobre a questão das pesquisas na Bahia e no Brasil onde apresentamos também uma moção de repúdio a PEC 200 que propõe a Criação de Comitê de Ética e Pesquisa com seres Humanos e Dependentes, ou seja, para a indústria farmacêutica onde fizemos a moção de repúdio na Conferência Nacional de Saúde e aprovada com noventa por cento dos votos e será encaminhada ao Senado que tem como mentora a Senadora Ana Amélia e da Bahia o Senador Walter Pinheiro. Em relação à violência sofrida no trânsito, hoje o Ministério da Saúde tem um gasto de 12 bilhões na saúde anual é um custo extremamente alto e que poderia se investir em campanhas educativas, mas apenas esta sendo feito curativos, um volume de recursos muito alto e não vemos uma resposta por parte da SESAB em campanhas educativas para poder deixar de serem ceifadas vidas, porque são 54 mil pessoas que perdem a vida no trânsito brasileiro em 1ano. Sobre a questão da chikungunya acho que agora com o avanço e o descontrole, a SESAB disse que em um ano seria erradicado. Foi um plano apresentado aqui naquelas proposta e depois o Dr. Badaró

301 apresentou que comprou diversos equipamentos para fazer o enfrentamento ao mosquito da dengue e ai
302 pensávamos o que é que vai ter Senhor Presidente, se faz necessário a presença do Dr. Badaró para dizer
303 quanto custou esses equipamentos e está servindo, para que, se não está tendo nenhuma vantagem porque
304 a cada dia a doença transmitida pelo mosquito está avançando. Quero informar que APAC - Associação
305 de Proteção e Assistência aos Condenados que funciona em Minas Gerais é um serviço humanizado onde
306 o preso é quem tem a chave da porta não existe policial, isso porque ele é tratado como gente, oitenta e
307 cinco por cento não volta a reincidir no crime. Aqui na Bahia teve uma audiência pública Isadora com a
308 sua competência, com a sua disponibilidade que foi tirar o companheiro Jair que poderia está preso em
309 Brasília, porque agrediu uma pessoa, naquele dia eu disse a ele que seria testemunha contra ele, porque
310 não aceito agressão contra ninguém e principalmente uma pessoa com deficiência. Tivemos uma
311 audiência em Vitória da Conquista falando sobre a APAC, tenho uma noticia da Secretaria de Justiça,
312 Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo da Bahia que tem um projeto também de
313 implantar a APAC em Esplanada. O conselheiro Paulo José Bastos Barbosa registrou um fato que
314 interessa a todos relacionados ao laboratório público, esteve presente na eleição da ALFOB - Associação
315 de Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil, realizada recentemente em Brasília, no ultimo dia sete,
316 onde duas chapas concorreram a esse processo e a chapa vitoriosa tem na cabeça o Paulo Mayorga que é
317 o Presidente da LAFERGS - Laboratório Farmacêutico do RS e pela primeira vez a BAHIAFARMA foi
318 contemplada na Diretoria da ALFOB representa para nós hoje um espaço importante com relação a
319 politica nos laboratórios públicos do Brasil que é um espaço de discussão e articulação. A associação tem
320 assento inclusive no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) gostaria de fazer esse
321 registro o nosso Conselheiro da BAHIAFARMA Ronaldo Dias hoje é Vice-Presidente da ALFOB no
322 Brasil. Gostaria de esclarecer que não há nenhuma dificuldade em fornecimento de informações por parte
323 da BAHIAFARMA a diretoria tem feito um esforço enorme em atender os requerimentos e as solicitações
324 do CES/BA. Vou recuperar o comunicado enviado pelo conselheiro Walney até porque ele havia
325 solicitado o regimento interno, de fato não tínhamos um regimento, criamos uma comissão elaboração
326 desse regimento composta por três colaboradores da BAHIAFARMA que foi constituído em junho desse
327 ano e concomitantemente com a discussão do regimento interno, passamos por um processo de
328 reformulação da nossa principal norma que é a lei que autorizou a criação da BAHIAFARMA e que
329 recentemente foi aprovada na Assembleia Legislativa, naturalmente a aprovação dessa lei inclusive ela
330 vai implicar em uma reformulação do próprio estatuto da BAHIAFARMA, em consequência teremos que
331 voltar a estaca zero na discussão do regimento interno, porque a nova norma, inclusive ela incorpora uma
332 nova diretoria na BAHIAFARMA que é a Diretoria de qualidade que vai ter por foco atribuições,
333 competências definidas no estatuto e no regimento interno, estamos passando por processo de discussão
334 das normas, mas gostaria de fazer compromisso de imediatamente buscar atender a solicitação do
335 conselheiro. A conselheira Isadora Oliveira Maia colocou que a BAHIAFARMA seria ponto de pauta até
336 para atender a nova forma, objetivos e essa nova composição. A conselheira Déborah dourado lopes
337 salientou que iria ceder o seu tempo de fala para a companheira Solimar que é presidente do Sindicato dos
338 Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – UnaSus - Sindical que fará exposição a toda uma
339 situação que aqui já foi citada. A senhora Solimar Vieira da Silva Mendes salientou que no dia anterior
340 teve uma reunião com os servidores da Auditoria do Estado onde foram para a Assembleia Legislativa
341 para encontrar Sílvio do SINDSAÚDE e os colegas que estavam lá para a votação, “é preocupante a
342 situação que o Secretário da Saúde está trabalhando para fazer com a Auditoria do SUS, acredito que
343 vocês já estão a par de contratar a auditoria independente, desde a sua entrada, nem o SINDMED,
344 SINDSAÚDE foi recebido para tratar do assunto e nem recebeu os servidores, quando os servidores
345 passaram para o contexto, o próprio edital que os servidores que vão a campo têm direito a insalubridade
346 foi feito esse corte linear, sendo que para entrar e receber existe todo um processo para ser concebido e
347 simplesmente foi feito um corte linear da insalubridade dos servidores da SESAB. É uma situação
348 alarmante vamos está pedindo aqui ao CES um suporte nessa questão para nos ajudar junto ao Secretário
349 da Saúde para levarmos essa demanda. É impossível aceitar a privatização de uma atividade que é típica
350 do estado, sendo um dos poucos estados que fizemos concurso para a Auditoria do SUS, dentro do que
351 está na legislação do SNA Sistema Nacional de Auditorias, o que estamos tentando implantar tendo aqui e
352 no Rio, mas poucos estados têm essa atividade reconhecida e já com concurso como aqui no estado, foi
353 uma conquista de alguns anos e precisamos manter porque não é uma atividade terceirizada, não existe
354 lógica nem sentido de contratar auditoria independente para isso. E a questão que vem sendo colocada
355 que é a questão das quarenta horas onde o SINDSAÚDE tem levado isso, está “deitado em berço
356 esplêndido” esse processo, que até agora não foi resolvido. São demandas que temos que trabalhar no
357 sentido de fortalecer e não de desmontar um sistema que é uma atividade do estado, então vimos a esse
358 CES para vermos essa situação. Foi decidido pelos servidores da Auditoria é que nenhum trabalho que é
359 feito não está desvirtuado, o que é validação do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamento
360 Público em Saúde eles irão suspender as suas atividades até que o Secretário os receba. Gostaríamos de

361 contar com o apoio do CES para trazermos essa questão da Auditoria do Estado. O senhor Presidente
362 colocou que naquele momento estava acontecendo uma ação de saúde com o Secretário e o Governador
363 sendo assim, é muito difícil afastar o Controle Social da discussão da Dengue, Chikungunya, Guillain
364 Barré avulta nas suas consequências, o Controle Social ele tem uma participação muito grande nessa
365 discussão, onde deveria estar incluído, não é atoa que na ultima terça feira, mesmo sendo feriado em
366 Salvador, o representante do Ministério Público o Procurador Dr. Rogério me ligou convidando para um
367 evento na próxima quinta-feira dia dezesseis o convite será enviado onde espero que todos os
368 conselheiros estejam presentes para discutirmos com o Ministério Público Estadual, Federal, COSEMS e
369 mais outros entes da Federação que faz saúde nesse estado, para discutirmos as ações e as consequências
370 do mosquito da Dengue. Não recebemos o convite, mas faço questão que a nossa Secretaria ligue para
371 confirmar a participação do Controle Social nessa discussão. Gostaria Ivonildo, que você levasse a dizer
372 que as ações de saúde e as inaugurações que estão acontecendo na SESAB e que o CES não está sendo
373 comunicado e nem convidado a participar. Quero parabenizar a delegação da Bahia e aí vemos os pontos
374 que tivemos durante esses onze meses para fazermos as Conferências Municipais, a Conferência Estadual
375 e a participação efetiva e maciça na 15ª Conferência Nacional de Saúde, onde garantimos todas as
376 propostas que foram levadas para a nacional. Gostaria de parabenizar o empenho de Raiane da SESAB e
377 da equipe do CES que trabalhou de domingo a domingo para garantir a ida da nossa delegação, não
378 medindo esforços e com todas as dificuldades administrativas e da própria empresa que forneceu as
379 passagens, então queria em nome de Arão agradecer a equipe do CES. Quero colocar a situação do
380 ocorrido com o conselheiro Jair uma situação que o CES não “comunga”, defendemos o direito adquirido
381 da sociedade principalmente quando se trata de uma mulher deficiente cadeirante, recebemos uma carta
382 do conselheiro e uma carta do Conselho Nacional de Saúde (CNS) cobrando o posicionamento do CES.
383 Estamos encaminhando primeiramente para a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde
384 e depois traremos para o pleno decidir, a Comissão vai demandar e analisar até porque não podemos ter
385 nenhum tipo de decisão sem antes ouvir o próprio conselheiro, Jair não está presente ele justificou que
386 não viria e me pediu que antes de tudo fosse dado a garantia da sua defesa e daremos a ampla defesa ao
387 conselheiro e queremos fazer isso na comissão e depois trazer isso para o pleno do CES para deliberarmos
388 o posicionamento do CES em relação a essa situação. Vamos marcar uma reunião o mais rápido possível
389 da Comissão Organizadora para deliberarmos sobre essa situação. Às dez horas e cinquenta e cinco
390 minutos o senhor Presidente declarou aberta a seção, colocando em apreciação e discussão ata da 220ª
391 Reunião Ordinária do CES para apreciação e já coloco a ata da 223ª Reunião Ordinária do CES também
392 para apreciação e discussão onde ambas foram aprovadas a unanimidade. Da posse dos conselheiros
393 informou que Moisés havia justificado que não estaria hoje aqui para tomar posse em virtude de está
394 participando em Campo Grande de uma atividade da Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV/AIDS.
395 A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho salientou que a questão de ordem precede e você abriu a
396 sessão tinha que passar para mim. Discordou do encaminhamento que estava sendo dado para que a
397 questão do conselheiro Jair que não está presente seja encaminhada via Comissão Organizadora.
398 “Gostaria de dizer que toda a delegação da Bahia já havia se retirado da Plenária final porque
399 precisávamos viajar às oito horas da noite e tínhamos que se retirar porque se não perdíamos a passagem,
400 quando foi lida uma nota pública de repúdio ao conselheiro Jair ao CES e pedindo um posicionamento do
401 CES em relação ao ocorrido lá em Brasília, não sei detalhes vi uma parte da cena que descrevo foi
402 terrível, como feminista me coloco aqui e para que todos conselheiros não tomem conhecimento pela
403 imprensa ou por qualquer outra via que pode ser distorcida. É importante que o fato seja relatado a partir
404 da carta, porque tem um pronunciamento e um pedido obviamente por desconhecimento de expulsão do
405 conselheiro CES, agora o encaminhamento que está sendo dado pela mesa, é que seja discutido na
406 Comissão Organizadora, e isso nada tem a ver com a Comissão Organizadora conselheira Isadora,
407 Ricardo, Arão em fim, com a conduta de um delegado que lá esteve, é preciso que tenhamos cuidado com
408 isso para não remetermos para outros Fóruns, entendo que o conselheiro Jair não pode está aqui todo
409 mundo tem impedimentos entendo isso, agora dada a gravidade da situação, inclusive ele poderia até ter
410 sido preso, porque a polícia foi para o local buscá-lo, queria dizer que em função da gravidade da situação
411 isso não pode ficar desse jeito, ele tinha que ter feito uma exposição para este CES, porque ele estava lá
412 como delegado e como Conselheiro Estadual de Saúde, mas como sou feminista estou discordando desse
413 encaminhamento que seja remetido a Comissão Organizadora a resolver isso, porque como representante
414 da Rede Feminista e da Comissão Organizadora não é lá o debate, esse é o meu entendimento. O
415 conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes salientou que entendia a questão de ordem e a preocupação da
416 conselheira Lilian, mas que não fosse aberto o debate. “Acho que a mesa não precisa nem responder, mas
417 lá na frente programar outra coisa em outra pauta, vamos entrar na nossa pauta. A conselheira Isadora
418 Oliveira Maia informou que a mesa tem que responder qualquer questão de ordem solicitada. O
419 conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio propôs que fosse alterada a pauta para que comece a
420 discussão do SISPACTO, acho que seria mais importante começarmos pelo SISPACTO porque o PPA

421 será uma discussão muito importante, mas já coloquei que foi aprovado na Assembleia Legislativa,
422 podemos começar pelo SISPACTO porque ainda é uma pauta muito importante que podemos ter uma
423 influência maior na deliberação, peço aos conselheiros a sensibilidade para iniciarmos pelo SISPACTO e
424 depois apreciaremos os outros pontos da pauta. A conselheira Isadora Oliveira Maia colocou a solicitação
425 da inversão da pauta em apreciação e foi aprovada. O senhor Presidente colocou que seria feito a leitura
426 das resoluções e que depois entrariam no SISPACTO. O Senhor Arão Capinam de Oliveira - Secretário
427 Executivo do CES/BA leu as Comunicações da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. Convênios:
428 1.Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e
429 Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que
430 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal n.º 3251/07, tendo
431 como objeto: “Reforma do Hospital São Jorge, no valor de 10.135.416,98 (dez milhões cento e trinta e
432 cinco mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos). A Comissão Intergestores Bipartite da
433 Bahia – CIB apresenta as seguintes resoluções aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste
434 Conselho Estadual de Saúde – CES. As Resoluções foram enviadas na íntegra para o e-mail dos (as)
435 senhores (as) conselheiros (as) no dia 23 /11/2015. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio
436 seguindo a orientação que me foi dada no Ministério Público que apenas estamos aqui reafirmando e
437 tomando conhecimento, as pautas que são oriundas da pactuação CIB em nenhum momento algumas
438 delas passaram pelo CES ou por algum Conselho Municipal de Saúde (CMS), que tivemos conhecimento.
439 Tem uma que é bastante importante que é a que redefine o financiamento dos serviços a número cento e
440 trinta e três de dois mil e quinze, redefine o financiamento dos Serviço de Atendimento Móvel de
441 Urgência SAMU 192 no Estado da Bahia, quer dizer que é algo que interfere diretamente na política. Tem
442 também aqui uma que Aprova o Plano de Aplicação dos recursos financeiros referentes ao saldo da conta
443 da Assistência Farmacêutica Básica em 31 de dezembro de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Vitória
444 da Conquista para pagamento de prestação de serviço do bloco de Média e Alta Complexidade. Não
445 encontrei no material que recebi nenhum tipo de documento que mencionasse que o CMS de Vitória da
446 Conquista analisou o processo e aprovou anteriormente essa medida de fazer a modificação de blocos,
447 então presidente só estou colocando aqui que o CES não tem a competência contrário ao que vem
448 aprovado lá, mas que só estamos tendo o conhecimento, mas que em nenhum momento passou por esse
449 CES a aprovação de alguma resolução CIB, a única coisa que temos aqui que é fazer a leitura e passar ter
450 o conhecimento do que aconteceu. A conselheira Stela dos Santos Souza colocou a importância de
451 estarmos aqui até para podermos fazer esses esclarecimentos a Resolução CIB Nº 133/2015 redefine o
452 financiamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Estado da Bahia. Na
453 verdade redefine a contrapartida estadual porque a portaria ministerial já fala que é o financiamento
454 tripartite, ocorre que o Estado da Bahia estava há dois anos e meio passando pela contrapartida do valor
455 inferior a portaria ministerial o que é que foi feito, foi feito uma atualização da portaria de dois mil e
456 treze, imagine quantos municípios perderam recursos. Atualizou o valor e cobramos e foi a atualizado o
457 repasse referente a 2013 que contamos a partir de agora. Outra questão importante são as qualificações, a
458 portaria ministerial já define o valor da qualificação, o estado pagava o valor da contra partida sem
459 qualificação foi um prejuízo muito grande para os municípios, colocamos para o Secretário Fábio que foi
460 feito um estudo e autorizou e hoje nossos fóruns receberam a contrapartida de acordo a portaria
461 ministerial. A Resolução CIB 135 Aprova o Plano de Aplicação dos recursos financeiros, referentes ao
462 saldo da conta da Assistência Farmacêutica Básica em 31 de dezembro de 2014 do Fundo Municipal de
463 Saúde de Vitória da Conquista para pagamento de prestação de serviço do bloco de Média e Alta
464 Complexidade, isso também é portaria ministerial que abre esse precedente apesar de ser contra, mas o
465 Ministério e Tripartite aprovou, foi exigido que fosse aprovado no CMS e o Município de Vitória da
466 Conquista aprovou no CMS e atendeu a todos os requisitos, fez o plano de trabalho, o plano de aplicação
467 e apresentou na CIB. A conselheira Déborah Dourado Lopes complementou que relacionado à SAMU e a
468 Assistência Farmacêutica. A Solemar está chegando, mas ela sabe que temos prioridade no planejamento,
469 chamada demandas internas e externas, as demandas internas são prioridades pactuadas com as áreas
470 técnicas do Ministério da Saúde, foi negociado desde 2013 para fazer o SAMU, na Bahia acabamos de
471 fazer o SAMU em todo o estado onde auditamos e uma das impropriedades que aparece com frequência,
472 é a falta de cumprimento da contrapartida. É o resultado já das auditorias que estão sendo feitas no
473 SAMU do Brasil todo e a Bahia já acabou, então o resultado do não cumprimento da contrapartida do
474 estado, aparece como impropriedades em função disso, todos os relatórios estão indo para o Secretário e
475 ele está sendo colocado como responsável onde ele está tomando as providências devidas para que na
476 verdade haja um acerto de contas, é isso que aparece em todos os relatórios. O financiamento é tripartite,
477 a portaria diz que o Ministério entra com cinquenta por cento, vinte e cinco por cento o estado, e vinte e
478 cinco por cento o município, e o estado não vinha cumprindo, então já é o resultado efetivo das nossas
479 auditorias no SAMU. A mesma coisa em relação à Assistência Farmacêutica, nessa assistência temos
480 duas linhas de frente que é o repasse para a Assistência Farmacêutica e a Farmácia Popular que não

481 entrarei em detalhes, mas já falei várias vezes. A Farmácia Popular credenciada está sendo auditada é
482 outro assunto muito em função de demandas da Polícia Federal que é uma política que todos questionam
483 porque realmente credencia farmácia privada e a prestação de contas está um caos no Brasil todo, onde
484 temos um passivo de quase mil ações para fazer, mas não é o caso da Bahia é mais em São Paulo e Minas
485 Gerais. Na Assistência Farmacêutica foi visto que a maior parte do recurso repassado esta parado na
486 ponta e não tem justificativa porque a necessidade é para comprar medicamentos onde a própria SESAB
487 não está tendo planejamento adequado, não está sobrando recurso e em uma época de crise foi solicitado
488 por vários municípios que esses recursos pudessem ser aplicados em outras ações e aí foi aprovada na
489 Comissão Intergestores Tripartite. Todos os relatórios da auditoria são enviados ao Secretário para ser
490 colocado no Relatório de Gestão. O conselheiro Luís Américo Pereira Câmara colocou que gostaria de
491 saber como ter acesso a essas auditorias, porque inclusive, vi lá algumas auditorias que me despertou
492 interesse de vê-las e gostaria como conselheiro ter acesso ao teor dessas auditorias. O senhor Presidente
493 informou que estava sendo digitalizadas e enviadas por e-mail para todos os conselheiros e está
494 disponível para vocês lá no CES, estamos encaminhando para vocês todas as auditorias. Tenho utilizado
495 um equipamento pessoal para digitalizar e encaminhar para vocês, se você não tem solicite para a
496 Secretaria Executiva do CES encaminhei todas as auditorias do ano passado e desse ano. A conselheira
497 Déborah Dourado Lopes enfatizou que a instrução normativa do DENASUS é que toda auditoria
498 finalizada ela vai para o demandante e se for um demandante externo Policia Federal e mais CES,
499 Secretário Estadual, o CMS e o Secretário Municipal isso é de praxe tem que ir em toda auditoria, mas
500 independente disso, vocês poderão entrar no site www.saude.gov.br tem lá no lado esquerdo da pagina o
501 ícone transparência e quando clicado aparece as auditorias realizadas na saúde pela CGU, porque o
502 recurso da gente não é só auditado pelo DENASUS até porque não damos conta. Pelo CGU e o
503 DENASUS você clica aparece o mapa do Brasil, você clica no estado e todas estão publicizadas, é
504 obrigado todas as auditorias feitas pela CGU e o compromisso Federal é publicizado qualquer cidadão vai
505 ter acesso, então sessenta dias após o encerramento ela está publicizada, só não estão publicizadas as que
506 foram finalizadas em menos de sessenta dias é outro resultado e a sociedade tem que saber porque isso, é
507 cumprir a transparência e o Controle Social na área da auditoria. A conselheira Isadora Oliveira Maia
508 colocou que precisaria inverter a pauta. A indicação de quatro conselheiros para participarem da
509 Integração Ensino Serviço - CIES Bahia conforme solicitação da Superintendência de Recursos Humanos
510 através do ofício quarenta e dois de dois mil e quinze, foram indicados os conselheiros usuários Lazaro e
511 Isadora. Retificação da indicação de um conselheiro usuário para integrar a Comissão de
512 Acompanhamento ao Processo de Regionalização do Estado da Bahia, parece que o que estava ele não é
513 do seguimento de Usuários, ele é do segmento dos trabalhadores, onde foi indicado o conselheiro Lazaro,
514 porque todas essas comissões após a eleição serão recompostas então temos que entender que precisamos
515 ter fôlego até o mês de março. Lázaro irá para titularidade e eu para a suplência, mas depois
516 reestruturaremos isso, é porque o titular de Lázaro era um conselheiro que não era Usuário estava na
517 cadeira errada. Passaremos agora para a apresentação do SISPACTO. O Senhor Presidente informou a
518 todos os conselheiros e convidados que a reunião do CES esta sendo transmitida ao vivo, pretendo no ano
519 que vem será usada essa tecnologia que é muito importante até para darmos a satisfação ao Controle
520 Social. A Senhora Joana Molesini (Diretora de Ciência e Tecnologia e Inovação em Saúde) apresentou o
521 SISPACTO que foi enviado para todos os conselheiros por e-mail. O Senhor Presidente esclareceu aos
522 conselheiros que foram atribuídos ao CES sendo uma determinação e esta no regramento da Conferência
523 Nacional de Saúde a questão de fazer a inserção do SIACS dos CMS, avançamos muito esse ano,
524 agradecer a Stela e o COSEMS que ajudou muito a gente estamos com o problema aqui porque só
525 fazemos inclusão e não conseguimos retirar o relatório, o relatório só quem consegue é o pessoal do
526 Ministério da Saúde. Já pedimos há seis meses o relatório, o rapaz saiu de férias veio a Conferência
527 Nacional e não conseguimos retirar o relatório para informar quantos conselheiros, só tira a nível
528 nacional, o nosso acesso é limitado. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio parabenizou Joana
529 Molesini pela apresentação e salientou que sobre os indicadores, percebemos que estamos em dezembro e
530 inclusive àqueles indicadores que não atingimos no passado já temos até noção do que não vamos atingir
531 e me causa estranheza não repetirmos é a primeira proposta que tenho que os indicadores sejam repetidos,
532 o que foi alcançado no ano de dois mil e quatorze como referência para dois mil e quinze, vi um indicador
533 que foi o segundo do primeiro item que chegou a 41.16 e propõe uma redução para 39.56 acho que
534 retroagir jamais, acho que no mínimo devemos repetir o que já foi alcançado. A meta é essa, nem mais e
535 nem menos, é repetir o alcance do que em 2014 ficou como referência, porque a cada ano tem que ser
536 progressivo não podendo retroagir, porque se não vai passar uma ideia que estamos aprovando o
537 SISPACTO que já está pactuado e alguns municípios já estão cumprindo e já estamos no prazo de receber
538 o Relatório de Gestão fazendo o julgamento do que estamos aprovando hoje, parecendo que estamos
539 aprovando aqui um SISPACTO para atender só a ideia que atingiu todas as metas. Acho que isso é injusto
540 com o CES e com a SESAB. Dizer também que aqueles indicadores do cuidado e acho que a

541 demonstraco na prática de que a Reforma Administrativa foi um desastre do governo em 2014 e 2015
542 aquela pouca cobertura dos indicadores  de fato que houve uma reforma que paralisou o governo,
543 durante um grande período, houve greve, houve protesto e ameaa de não ter a vacina, não sabíamos qual
544 seria o futuro das câmaras frias. Os municípios não sabiam como levar a política então tudo isso
545 impactou, tivemos também um ano atpico, mas gostaria de reforar que não podemos cair nessa
546 armadilha. Quando vamos para sífilis congnita temos uma visão não só futurista, mas responsável, não
547 dizer que temos que colocar ali um número maior porque temos que alcanar um número maior, mais
548 chegamos em 2014 e dizer que chegamos a mil cento e trinta e sete e chegar agora propondo setecentos e
549 noventa e seis, no mínimo ali se vocês me derem trinta minutos vou dizer qual é o resultado do alcance no
550 estado, é uma ideia que vamos aprovar o SISPACTO e dizer olha fomos menos ruim ou cumprimos tudo.
551 Quero dizer Presidente que nessas questes o CES precisa ter muito cuidado, o plano que está ali para
552 2015 era o prazo para ele chegar aqui para ele ser aprovado e entrar em vigência em 2016, porque ele
553 deixa de valer em trinta de dezembro de 2015 ou teremos que usar como referência o que foi o plano
554 anterior e dizer o que me causa preocupao e os conselheiros precisam estar atentos a isso. Qual será o
555 plano que vamos ter se já tem PPA e não discutimos, se já tem o processo de Regionalizao em curso e
556 não conseguimos destrinar os nós. Estamos aqui discutindo o SISPACTO e não discutimos
557 programao, quer dizer qual foi  referência? Quais foram às aes? As aes ficaram nas mãos do
558 próprio estado. Como  que ele iria atingir essas metas e não quero ficar aqui no próximo ano quando
559 formos julgar o Relatório de Gestão. Amargamos aqui uma aprovao onde diremos que foi menos ruim
560 ou não chegou lá, por isso, estou chamando a ateno dos conselheiros para que em todas as metas
561 coloquemos como referência o que foi alcanado em 2014 e não retroceder em nenhuma. A conselheira
562 Déborah Dourado Lopes enfatizou que gostaria de chamar a ateno de alguns pontos importantíssimos,
563 primeiro o seguinte: É fundamental que ao fazermos a Pactuao dos indicadores hoje, consolidados na
564 CIT que vale para todo o Brasil que vai mudar algumas reunies e avanar mais, por exemplo, a
565 implantao do FMI a Bahia pactuou, que  o componente de auditoria, pois aparece no nosso relatório,
566 municípios que pactuaram o estado tem que dar o retorno até os membro dos municípios Laje, Dias
567 D'vila, São Felipe pactuaram. Tem que aparecer o que é importante  apresentao e aquilo que Marcos
568 falou e trabalharmos isso com um comparativo em relao ao plano de saúde em uma agenda anual. São
569 os instrumentos que o Controle Social hoje trabalha, estamos no foco do Controle Social porque esses
570 indicadores irão alimentar o SARGSUS e todo o estado e toda capital o Relatório de Gestão será
571 auditado. Estamos acabando a auditoria até com a participao do componente municipal e estadual do
572 SARGSUS 2013 e vamos auditar o ano que vem 2014, então se estou colocando dados que não batem
573 com a realidade, isso vai aparecer na auditoria e vai ser pedida a explicao do gestor para que ele se
574 justifique, então prestem ateno estamos no foco dos instrumentos de gestão que têm tudo a ver com o
575 Controle Social e a Prestao de Contas, que são Plano Estadual, PPA, indicadores pactuados,
576 preenchimento do SARGSUS por todos os municípios do estado da Bahia e a auditoria nos municípios
577 onde não serão aprovadas pelo Conselho. O estado e a capital serão auditados todos os anos independente
578 e vamos "casar"  para não haver confusão e na verdade estamos trabalhando com indicadores que
579 entendemos todas as explicaes e o gestor terá a oportunidade de explicar porque lá aparece na
580 vacinao onze por cento, mas não posso na verdade está mudando dados em relao aquilo que está
581 consolidado, porque vai ter um consolidado também para alimentar, que tem que ser coerente com todos
582 esses instrumentos. É isso que gostaria de falar. Quero chamar a ateno para indicadores fundamentais, a
583 questo da mortalidade materna onde indicadores essenciais ali que são monitorados e aparecem ainda
584 como irrelevantes dentro do que é esperado, isso significa que teremos muito tempo para lutar para a
585 reduo da mortalidade materna e mortalidade infantil, neonatal, porque os elementos, as estratégias não
586 estão sendo esse sucesso, embora entenda tudo que a conselheira Stela colocou que vai melhorar a Rede
587 Cegonha, e os indicadores de mortalidade neonatal e materna não regrediram no Brasil e basicamente na
588 Bahia. A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes colocou que uma coisa deveria ser observada é que
589 a meta  alcanada quando você consegue que todos entendam o que está acontecendo, acho que a
590 questo da educao no nosso país onde temos uma crise educacional muito grande que vai refletir
591 também na questo dos indicadores, o vigésimo indicador até o ultimo indicador, mostra muito a questo
592 do entendimento, do que  a educao, por exemplo, se a questo do pré-natal se não for trabalhada, a
593 questo da intersetorialidade não alcanaremos meta nenhuma, porque não adianta se a pessoa não tem
594 entendimento ela não foi sensibilizada da necessidade, a questo da educao ela perpassa não são pela
595 questo da escola regular onde você pode está trabalhando a questo em termo de formao como a
596 questo dos trabalhadores da formao em nível superior, em nível técnico porque a saúde depende do
597 processo educativo,  mão dupla se eu não entendo isso, não vai acontecer, as vacinas é outro caso que
598 tivemos aqui, a questo da sífilis se há falta da benzetacil como vou tratar? Se não tenho obstetras como
599 vou tratar? Também não temos obstetras para o atendimento. Se trabalho na rede básica, desculpe, mas,
600 observo muito e passo muito pela rede básica no meu interior, também vi se nós ainda trabalhamos como

601 se fosse consultório de atendimento sem trabalhar a realidade da situação do município, seja ele qual for,
602 grande, médio ou pequeno e as pessoas não têm entendimento, acho que é preciso fazer uma
603 intersetorialidade com educação ou faz ou não iremos a lugar nenhum, porque a questão mais seria é a
604 educação, porque tudo que foi tratado do item vinte até os demais passam pela questão da educação. A
605 conselheira Stela dos Santos Souza salientou que concordava com a necessidade de uma intersetorialidade
606 porque buscamos muito ajuda nas escolas, muita dificuldade para a saúde atuar junto com as escolas,
607 imagine o que os municípios passam para poder fazer. Primeiro gostaria de parabenizar a Joana e a equipe
608 do COSEMES que tem ajudado nesse processo porque entendemos que o trabalho é conjunto e da
609 dedicação dela com essa pauta e sei que precisamos pensar um pouco em metas, mas o problema aqui na
610 Bahia é que tem município que tem mais de dois anos que não recebe recurso de vigilância, porque não
611 consegue matar quatro pessoas por mês, levei isso inclusive agora para a reunião do Ministério, porque se
612 o município não têm quatro óbitos por mês ele deixa de receber recursos da vigilância, porque ele não
613 matou, ele tem que matar alguém para poder receber recursos. Essa questão de metas é uma questão
614 muito relativa, tivemos problemas com vacinas do não cumprimento de metas, não estamos bem em
615 vacinas não, só pela falta de vacina, parece-me que está vindo uma regressão ou voltamos a enxergar
616 vacina como sempre enxergávamos onde erradicamos inúmeras doenças no nosso país ou vai voltar tudo,
617 não tem nada haver com DIRES tem haver com municípios trabalhados. Ficamos sem vacina não foi o
618 estado, nem DIRES ou núcleo foi o Ministério da Saúde que ficou sem comprar vacina e mandar vacina
619 para nós, como ficou sem larvicida que também não nos foi enviado isso é fato, então precisamos dar
620 nomes aos bois e ver onde está o erro. Eu denunciei isso ontem lá, dei entrevista a todas emissoras porque
621 é verdade, na hora que a bomba estourar os gestores municipais é quem vão ser responsabilizados. Outra
622 coisa que a colega falou ali sobre a sífilis congênita é que não tem penicilina não sendo em nível nacional,
623 a vacina canina não teve campanha esse ano, os conselheiros sabiam dessa situação ocorrida esse ano, não
624 ocorreu porque não tem vacina e se a raiva humana voltar aqui o que vamos fazer, conselheiros vamos
625 fazer um movimento o CES tem força, esse é o nosso papel, vamos sair com um documento daqui
626 cobrando do Ministério da Saúde que ele cumpra o papel dele conosco, trago aqui uma proposta para
627 Joana, vamos fazer aqui um apoio COSEMS, Estado e o CES para que seja revisto essa questão do
628 SISPACTO, CES nos ajude com os CMS que não estão querendo discutir mais o SISPACTO e se não
629 aprovar no CES não resolve nada, que o CES diga: eu não quero esse ponto ou essa meta mas que pelo
630 menos abra o espaço, tem Conselho que não que nem colocar em pauta. O CES precisa nos ajudar nesse
631 sentido. Joana, SESAB e COSEMS, vamos buscar esses municípios e vermos como podemos ajudar eles
632 a resolverem, porque ontem foi dito lá em Brasília que se não fechar o SISPACTO seremos prejudicados,
633 não queremos prejudicar município nenhum. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho enfatizou o
634 desejo de dialogar com a fala da conselheira Stela, pois também achava que o CES era forte, mas o que
635 temos vivido aqui é um franco desrespeito a este CES, porque varias vezes já pedi a programação anual
636 de saúde, inclusive consta em ata, temos cobrado o Plano Estadual de Saúde e o prazo já foi esclarecido
637 não é março, março é o limite tem um processo a ser desenvolvido e com a nossa participação que não
638 vem acontecendo e assim aconteceu com o PPA, também é preciso que os conselheiros tenham clareza
639 disso, porque cobramos e não vem e fica por isso mesmo, é lamentável isso demonstrar conselheira Stela,
640 a nossa fragilidade, nossa vulnerabilidade, a gestão não nos considera isso é fato. A gestão estadual não
641 nos considera quem tem que apresentar a Programação Anual do ano de 2015 e estamos em novembro e
642 ainda não chegou. Quem tem que se envolver na elaboração do Plano Estadual de Saúde é a gestão
643 estadual e não nos envolveu e se formos para o município a complicação poderá ser muito maior, mas
644 queria dizer minha colega Joana, tenho muito respeito ao seu trabalho e aqui as considerações não vão de
645 forma nenhuma. Sou da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos,
646 na metade do ano fizemos um movimento e relação ao caos da assistência obstétrica aqui na Bahia,
647 especialmente em Salvador, sobre o fechamento de leitos, criamos uma comissão porque na hora todo
648 mundo grita vamos criar uma comissão e todos se colocam cadê o resultado do trabalho da comissão?
649 Não está aqui, estou dizendo Salvador o que é que está acontecendo na Bahia? Somente sete indicadores
650 relacionados a saúde das mulheres que é o segmento que represento aqui as metas não foram cumpridas,
651 isso é grave minha colega, não dá para dizer que esta melhorando o diagnostico da sífilis, porque tivemos
652 um número maior e não dá para fazer essa leitura porque em número de teste de sífilis foi 0,03% isso é a
653 ponta do iceberg e quando discutimos em uma sessão o caos da assistência obstétrica em Salvador, foi
654 colocado o enfermeiro Manoel do Fórum de Maternidades apresentou a situação dramática da sífilis. O
655 percentual de parto normal no mínimo sete consultas de pré-natal metade das mulheres não fizeram essas
656 sete consultas de pré-natal nesse estado é lamentável, não está melhorando minha colega, me desculpa,
657 pois sou epidemiologista e qualquer coisa que você compare você tem que ter o anterior o que foi que
658 aconteceu em 2013 melhorou, piorou? Não sabemos é preciso que tenhamos muito cuidado com o que
659 iremos deliberar aqui porque o que se aponta para 2015 com a desestruturação da rede do estado
660 poderemos ter surpresas ainda piores. O Conselheiro Walney Magno de Souza colocou que se sentia

661 contemplado com a fala dos colegas, mas gostaria de chamar a atenção de todos, é que além desses
662 índices que não correspondem, temos ainda problemas mais sérios que são as Unidades de Saúde
663 ninguém sabe a situação que se encontra, meu grande exemplo é Ilhéus as obras do Hospital de Base
664 Regional estão paralisadas, essa semana acompanhei alguns pacientes fui ao regional de Ilhéus, no
665 Hospital de Base, na Santa Casa de Misericórdia onde descobri que o Hospital Regional tem cinco arcos
666 cirúrgicos, mas o Hospital de Base de Itabuna não tem nenhum, os pacientes entram no Hospital de Base
667 e não é operado porque não tem o arco cirúrgico no Hospital de Base e alguém comentou comigo o
668 Hospital Regional não atende, mas o rapaz fez uma cirurgia no hospital onde não tem arco cirúrgico, aí
669 pergunto como estão às unidades de saúde? E aproveito Déborah aqui, até para pedir auxílio a ela mas
670 pelo reforço de saúde, em Olivença está para ser construído desde 2013 não tem mais o terreno até a placa
671 já tiraram e continuamos nessa situação acompanhei as gestões, por exemplo, lá da comunidade indígena
672 saí para acompanhar uma parto em Ilhéus e o médico mandou retornar para a comunidade, no caminho
673 encontramos a médica da SESAI e ela me informou vocês não podem retornar para casa, você mora a
674 dezesseis quilômetros da aldeia já está passando do prazo, peguei a pessoa e levei para o Hospital de
675 Manoel Novais em Itabuna, onde o médico disse: você vai ter que ser operada agora, ficamos sem
676 entender a quem recorrer? Alguém tem o balanço de como anda a saúde? Juazeiro, Feira de Santana não
677 sabemos, tem médico tem, mas as pessoas não são atendidas e ficamos nessa situação. Pergunto sobre a
678 questão da vacina, ah não tem, não tem vamos recorrer, o estado tem que se pronunciar, estamos agora
679 com dois casos lá, duas crianças foram mordidas em Ilhéus e tivemos que pagar particular, então não
680 precisa se preocupar com isso. Água é saúde e precisamos se preocupar com a água, temos pouca
681 responsabilidade não estamos levando isso à sério, já vi gente com a mangueirinha lavando carro nas
682 calçadas lá na região, por exemplo, muitos municípios da nossa região vão passar por uma crise muito
683 grande temos que nos preocupar também com isso porque saúde também é água. O conselheiro Antônio
684 Lago de Souza salientou sobre o reflexo de não termos alcançado esses indicadores, do enfraquecimento
685 da Atenção Básica e também da falha da comunicação com a sociedade, procurar fazer um debate de uma
686 forma muito intensa com a nossa população, principalmente nos municípios e definir quais as estratégias
687 que poderíamos utilizar para de fato convencer esses usuários da importância de trabalhar a questão da
688 prevenção, muitas vezes cuidamos a doença mais não a prevenimos. O que me surpreendeu foi à fala de
689 vacina como é que o Brasil é referência mundial no sistema de imunização e está tendo falta de vacina,
690 sendo isso um caso sério, devemos sim fazer uma ação conjunta o CES fazer uma atuação junto ao
691 Ministério da Saúde para ver o que está acontecendo, porque vacina é prevenção se não fortalecermos o
692 calendário da fundação nos pais, nos estados e nos municípios estaremos realmente retrocedendo. Outra
693 coisa que vem ocorrendo de não alcançarmos os indicadores, é a política de desestruturação que o estado
694 vem promovendo na saúde pública no estado da Bahia. Iniciando pelo fim das DIRES, depois com a
695 desmotivação de profissionais, o não fortalecimento dos concursos públicos para contratar profissionais
696 para de fato possam atuar junto aos municípios e ao próprio estado, temos que ficar em alerta e cobrarmos
697 isso dos nossos gestores para que a saúde seja de fato prioridade, então vamos fortalecer o concurso
698 público, o diálogo social, a atenção Básica e principalmente o CES, essa é a política que tem que ser
699 prioritária para o estado da Bahia. O conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes parabenizou Joana pela
700 exposição e solicitou esclarecimentos sobre o item 1.2 sobre cirurgias que não foram atendidas as metas.
701 Sabemos que no nosso estado chega uma pessoa com uma hérnia, com hidrocele, com litíase biliar, com
702 cálculo na vesícula biliar, que às vezes gera dor, que pode gerar infecções, que pode causar um quadro
703 agudo lá adiante e precisa ser operado. Estamos agora com uma campanha de cirurgias eletivas onde tem
704 um pagamento diferenciado aos prestadores, aos hospitais da rede pública, também por isso gostaria de
705 saber o que é preciso fazer para enfrentar isso aí, são indicadores que precisam ser melhorados? Então é
706 uma preocupação nisso aí em saber o seguinte que as campanhas de cirurgia eletiva às vezes acontecem e
707 o que é que o estado pode fazer para atingir essa meta, para fechar esse pacto porque as vezes o recurso
708 não chega em tempo hábil e o paciente está sofrendo e gerando doenças que geram muito mais custos ao
709 sistema que você operar de forma eletiva que custa em média dois mil reais. E uma cirurgia de urgência
710 vai custar dez mil reais ao estado. O que é que podemos fazer para dinamizar isso aí? Outra coisa é em
711 relação ao pré-natal onde vai ter um avanço no pré-natal devido ao quadro da microcefalia onde o país
712 está se mobilizando, queria falar com Marcos que chegou uma paciente no meu consultório com o bustiê
713 e um shortinho onde logo lhe falei que ele teria que mudar o seu modo de viver aqui em Valente, você vai
714 ter que colocar calça cumprida e blusa com manga longa, isso foi a minha orientação médica, tive que
715 chamar a atenção dela e mandar ela se corrigir de forma total, para prevenir, nem o ácido fólico para
716 prevenir doenças neurológicas ela estava usando ainda, porque não houve o pré-natal mais cedo, porque
717 se tivesse isso não estava acontecendo, então agente veja que esse alerta e que a crise nos faça criar um
718 hábito de acontecer o pré-natal mais cedo, para que as gestantes não venham sofrer as consequências e
719 agora com as consequências neurológicas para as crianças. O conselheiro Luís Américo Pereira Câmara
720 salientou que foi colocado que 93% dos trabalhadores de saúde têm carteira assinada, quando a realidade

721 exposta aí onde também sou uma das vítimas, porque trabalhei três anos em um município sem nenhum
722 tipo de contrato sem nada, onde posso afirmar que noventa por cento dos médicos e boa parte dos demais
723 profissionais não têm nenhum tipo de contrato e proteção, temos que ver de onde está vindo essa
724 informação. No CNES são vistas como vínculos, então temos que estudar essa questão do CNES. Delfino
725 o governo já antecipou a sua fala e já resolveu o seu problema do item 1.2 porque acredito que vai atingir
726 a meta, porque ele diminuiu a meta então não se preocupe, porque a partir desse ano você vai cumprir a
727 meta. Acredito que você já esteja contemplado fique tranquilo, que já foi resolvido, falamos até em tom
728 de chacota, mas é uma questão seria, quando colocamos a meta é porque existe um motivo. Vou colocar a
729 questão odontológica com uma meta de 10% de procedimentos sem extração, então existe uma razão de
730 ser esses 10% o que aconteceu agora? foi colocado uma meta mais baixa para ser atingida, então não
731 podemos achar que o fato de não ter sido atingida a meta seja algo ruim, primeiro sabemos que tendo uma
732 meta dessas aqui já sabemos que existe o problema, e se existe o problema, vamos ver porque? A partir
733 do momento que você baixa a meta e existe uma serie de metas que foram baixadas e vamos jogar o
734 problema para baixo do tapete, para chegar aqui e dizer cumprimos todas as metas, o CES bate palmas,
735 então temos que ter responsabilidade e não se pode aceitar essas reduções artificiais de metas pode ser
736 que uma ou outra realmente possa ter uma meta reajustada, temos que ter essa responsabilidade e chamar
737 a atenção para isso falei brincando mas ali é uma questão seria. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e
738 Silva informou que faria uma relação porque já se falou de indicadores, de metas e também da sua
739 dificuldade de lidar com números e indicadores sempre tive dificuldades de trabalhar, mas não consigo
740 desassociar essa efetividade de indicadores e metas com prática, se não houver mudança das nossas
741 práticas não mudaremos nada, a não ser que falsifiquemos os números dos indicadores e das metas,
742 lembro-me que a Bahia já foi referência em tratamento de tuberculose, referencia para o Brasil e até
743 internacional, tínhamos e não estou me preocupando de ser saudosista, o profissional chamado de
744 visitador sanitário que ia buscar todos esses faltosos de tuberculose porque sabiam onde estavam cada um
745 e quando ele se mudava e se escondiam, porque tuberculose ainda era tida como uma doença
746 discriminatória e então precisamos é de mudanças das nossas práticas para que não tenhamos indicadores
747 e metas dessa forma que foram apresentadas aqui, para mim Stela é assustador quando você colocou aqui
748 que óbito versus atividade de vigilância sanitária, a Vigilância Sanitária ela é essencialmente promotora
749 da saúde, porque se a Vigilância Sanitária falha, todo sistema vai falhar. E aí só entraremos para tentar
750 recuperar porque houve essa falha e não há como ter essa relação da Vigilância Sanitária. Temos que
751 mudar esse sistema porque não pode ter essa relação, porque se não, você terá que ficar escolhendo umas
752 duas ou quatro pessoas para matar no município, então lembro que embora tivéssemos aqui na Bahia uma
753 alta referência como tínhamos de tratamento de tuberculose, mas, hanseníase não tivemos certo controle,
754 tem, áreas que a hanseníase está se alastrando nos interiores, conheço bem aquela região do Oeste da
755 Bahia, principalmente aquela parte do Rio São Francisco, ali onde chamamos de Ibarra do Rio Grande
756 onde cada vez mais a hanseníase vai se encaminhando por aquelas regiões que fica nos areas do São
757 Francisco, de dificuldade de acesso e que determinados programas não estão alcançando esse tipo de
758 acompanhamento, por isso, digo que não vou fazer nenhum reparo na apresentação de Joana muito pelo
759 contrário, ela tem que ter essa exposição mesmo, agora precisamos mudar a nossa prática e resgatar
760 alguma coisa do passado considerada como saudosismo mas vou continuar como saudosista. Houve um
761 desmantelamento ou se não foi uma falta de incentivo à atenção básica da saúde, hoje o Secretário da
762 Saúde ele aponta para o atendimento de alta e media complexidade não que sejamos contra a alta e media
763 complexidade, agora a Atenção Básica, estamos vendo aí que está comprometendo a administração dos
764 municípios. O Conselheiro Lázaro Figueiredo informou que em relação à colocação da Doutora Carmem
765 quanto à questão das vacinas, tinham um grande problema dentro da campanha de vacinação que era o
766 atendimento às famílias em que os agentes de saúde e ele, como representante da categoria tinha uma
767 preocupação, porque atualmente quando se falava em vacinação, fazia-se uma ampla divulgação e para se
768 divulgar precisava que tivesse a questão dos agentes nas áreas e quando o conselheiro tinha falado em
769 relação à prevenção, o governo estava mais preocupado na cura do que na prevenção o que se via bem
770 claro e quando se buscava aquela prevenção nas comunidades já que os agentes que estavam em todas as
771 áreas desse país, buscando a prevenção eles precisavam de estrutura. No entanto, os agentes de todo o
772 país, não tinham estrutura para trabalhar, viam as reclamações dos municípios que diziam que o programa
773 era tripartite e o Governo do Estado e o Governo Federal não davam e somente o município ficava sob
774 aquele peso. Em Salvador no que se pesava no Estado da Bahia não era diferente, se via nos municípios
775 onde participaram de algumas reuniões havia as mesmas reclamações, que não existia a contrapartida
776 então ficavam naquele meio termo entre as guerras do governo e o trabalhador a mercê sem poder praticar
777 as suas atividades com qualidade. Informou sobre uma perda imensa da vacina canina, porque um
778 determinado município tinha guardado um caminhão que foi desligado e devido à temperatura, foi
779 perdido todo o estoque. Com relação à estrutura claro que precisavam do piso salarial o que estava sendo
780 impedido pelos municípios, inclusive em Salvador, informavam que não tinha condições de pagá-lo.

781 Informou que a questão do piso já se encontrava na justiça, não sabiam quando seria pago até que o
782 governo fizesse com que cumprisse a sua obrigação. Em relação ao fortalecimento da Atenção Básica que
783 era justamente a falta do concurso público, para os agentes porque eram eles que faziam a questão da
784 Atenção Básica. A Conselheira Liliane Elze Falção Lins Kusterer salientou que a sua fala seria em
785 relação à Atenção Básica, onde se sabia do impacto que a ausência das ações preventivas na saúde bucal
786 tinha, nas doenças crônicas e poderiam pegar as mais prevalentes como diabetes e hipertensão, por isso,
787 sabiam daquelas necessidades e no Estado da Bahia, tinham os novecentas equipes de Saúde da Família e
788 que ainda não tinham Saúde Bucal, era importante que pudessem investir naquele sentido nos municípios
789 e que o cirurgião dentista não se detivesse somente ao equipamento porque ia muito mais além o
790 exercício do cirurgião dentista e a importância daquele exercício no diagnóstico de doenças da cavidade
791 oral, no encaminhamento, a prevenção do câncer então era de suma importância que estivessem
792 reeducando também aquele profissional e que fortalecessem a equipe de Saúde da Família que não tinha
793 Saúde Bucal em todo o estado e principalmente que pudessem no sentido de como conselheiros, estarem
794 fortalecendo a Política Nacional de Saúde para a inclusão do cirurgião dentista na equipe mínima de
795 Saúde da Família, porque era fundamental e não podiam admitir que a equipe mínima não tivesse um
796 cirurgião dentista como obrigatório, o que era sempre uma válvula de escape do seu ponto de vista. O
797 Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio destacou que tinha despertado a sua curiosidade sobre a
798 questão do Tele Saúde, inclusive até onde ele conhecia e gostaria que lhe explicasse um pouco mais para
799 ele. No entanto, a Fundação Estatal de Saúde - FESF, era uma das organizações que estava funcionando
800 sobre a questão da implantação do Tele Saúde e citou que o Senhor Secretário tinha participado de uma
801 reunião e em uma de suas falas informou que a FESF estava sofrendo um processo de endurecimento do
802 financiamento dos recursos devido a algumas irregularidades, que ele tinha encontrado e eram justamente
803 de oitenta Tele Saúde e encontrou apenas vinte o que relatou durante a prestação de contas, inclusive ele o
804 conselheiro Marcos indagou que se colocasse a FESF como ponto de pauta o que não tinham conseguido
805 até o momento, mas a FESF já estava em processo, então estava tirando aquela conclusão de acordo com
806 o que sabia e a FESF estava sendo fechada levada à falência, os trabalhadores sendo demitidos, a SESAB
807 devendo o que nunca tinha visto o estado devendo ao próprio estado, mas a exemplo da BAHIAFARMA
808 onde o devedor era a própria SESAB, o que era algo muito estranho, porém a FESF estava sendo fechada,
809 que também era algo que atingiu em cheio a Atenção Básica. Em relação à orientação às mulheres, era de
810 uma importância grande, de rotular as pessoas começava a partir daquelas situações, então a partir
811 daquele dia, onde encontrassem uma mulher de mine-saia, automaticamente estariam ligando uma pessoa
812 que estava contribuindo para o aumento da questão Zika vírus, com as pessoas colocando a culpa naquela
813 pessoa ou responsabilizando, então não podiam cair naquela armadilha de responsabilizar o cidadão.
814 Salientou que precisavam discutir que tinha havido um incentivo milionário para os municípios para que
815 combatessem o Aedes Aegypti e não tinha passado pelo CES, mas no dia que informou no Ministério
816 Público que não tinha chegado ao conhecimento do CES, o Doutor Roberto Badaró colocou que não tinha
817 nada a ver com a Zika e que ele era infectologista de ponta e seria irresponsabilidade alguém informar
818 que havia ligação com a Zika e inclusive mencionou que as pessoas que afirmavam tinham preguiça de
819 pensar e no dia seguinte o Ministério da Saúde informou que tinha ligação e com aquilo ficou
820 comprovado que as pessoas não tinham preguiça de pensar e às vezes algumas outras pessoas tinham
821 preguiça de enxergar a realidade. Sugeriu que precisavam trazer para o CES a questão do recurso de
822 incentivo para o combate ao vetor, inclusive havia dito no Ministério Público que existia um equívoco, se
823 quisessem retaliar à dengue, chikungunya e a microcefalia a se discutir segmentado porque era o único
824 mosquito que causava todas aquelas doenças então, precisavam combatê-lo e se tivessem feito sucesso no
825 combate contra o mosquito no passado, não teriam avançado para a microcefalia. Destacou que precisava
826 também colocar o investido, inclusive sabia que a Senhora Joana Molesini era uma militante e defendia o
827 SUS em algumas situações, por isso, não sabia se a mesma estava investida de poderes para modificar a
828 informação que haviam trazido e já se via na fala dos conselheiros com o consenso que aqueles dados que
829 foram trazidos não estavam condizentes porque a gestão precisava se sentir desafiada e não dava para
830 aprovarem um SISPACTO que colocava todos em uma linha de conforto, e não se tratava do pior ou do
831 melhor, não dava para abaixar os indicadores para que amanhã comemorassem o cumprimento de metas
832 daquilo que todos já sabiam que não iriam conseguir, precisavam trazer para a realidade por isso, gostaria
833 de saber da Senhora Joana Molesini se havia a investida de poderes pra que pudessem modificar os
834 indicadores e colocassem informações reais naquele relatório. A Conselheira Isadora Oliveira Maia
835 informou que no dia seguinte o Conselho Curador da Fundação Estatal estaria reunido e informaria ao
836 conselheiro Marcos Antônio se fechariam ou não. A Senhora Joana Molesini comunicou que tinha sido
837 extremamente privilegiada, com a fala do conselheiro Marcos no final, porque ele mesmo lhe daria a
838 oportunidade de explicar a ele e a todos como, por exemplo, como funcionava o processo do SISPACTO.
839 Em relação ao Plano Nacional de Saúde, existia um conjunto de epidemiologista e decidiam quais seriam
840 os indicadores que deviam acompanhar o país inteiro tinham um U de universal e um E de específico, a

841 Auditoria era específica e a Bahia nunca a escolheu como universal, nunca tinha entrado no SISPACTO
842 deles porque era específico e nunca tinham assumido como aqueles indicadores quando acordados
843 nacionalmente. Ressaltou que existia um indicativo nacional que era dali igual, ou melhor, aquele era o
844 indicativo. No Estado da Bahia faziam um trabalho que há três anos negociaram com o Conselho Estadual
845 de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS, inclusive alguns conselheiros sabiam por que eles não
846 lhe davam com epidemiologia, mas estavam no dia, dia. Se o indicador saísse de quarenta para vinte era
847 uma situação, mas sair de cem para vinte era outra, então o estado escalonou os municípios a depender de
848 quanto eles se comprometeriam a partir de um indicador real, tinham uma equipe junto com o COSEMS e
849 também com toda a SESAB onde rodavam a Bahia inteira, era um trabalho que levavam dois meses
850 discutindo com equipes municipais. Em relação à Lei 8.080 regulamentada pelo decreto que tinha
851 autonomia de gestão e lá era um embate duro, como escovação que os gestores municipais, não aceitavam
852 os parâmetros que levavam porque tinha que se comprar um kit que levavam, no entanto, a odontologia
853 havia orientado que seria preciso o kit, bastava apenas a escova e o creme dental e mesmo assim, era duro
854 os Secretários Municipais assumirem o parâmetro, não era o governo que diminuía pois, aquilo ali era o
855 somatório, do que os gestores municipais que tinham autonomia de gestão, assumiam que fariam e o que
856 eles não deixavam era diminuir o que era uma luta, chegando a ser no bom sentido “bate boca” dela com
857 os municípios de não diminuir, mas pelo menos manter. E quando somava havia indicadores que não era
858 o governo, o estado, os municípios e nem a União eram os gestores municipais que diziam que não iriam
859 cumprir porque não tinham condições, “então eu só vou cumprir isto” e tinha o regulamento do sistema
860 onde tinham autonomia de gestão, era daquela forma que funcionava e inclusive acreditava já que
861 estavam todos ali e poderia fazer um pacto naquele dia. Que os próximos SISPACTOS, o CES
862 acompanhasse mesmo e fosse com eles, porque era um movimento interessante. Explicou para a
863 conselheira Lilian que na apresentação não tratou sobre a questão da epidemiologia, de estimativa
864 esperada de casos, se tivessem um sistema que funcionasse bem, por isso, criaram uma série histórica de
865 dez anos e acompanharam e então quando ela dizia que tinha sido bom, era porque tinham uma demanda
866 reprimida de pessoas que estavam sem diagnóstico, no entanto, estavam melhorando o mesmo caso.
867 Destacou que enfrentavam no país uma discussão intensa que tinha sido que as enfermeiras aceitarem
868 aplicar penicilina em nível de Atenção Básica. Aquela tinha sido uma discussão que influenciou sim,
869 bastante, a questão do tratamento, além do número de casos e do diagnóstico, a cobertura gasta do pré-
870 natal, também não dava oportunidade de fazer o exame do papel filtro, “que também faltou a penicilina e
871 que as enfermeiras se recusaram” naquela área e quando tinha falado que era melhor ao revelar o
872 diagnóstico seria melhor ter a oportunidade de tratar e o pior seria nem fazer o diagnóstico, para saber
873 quando se colocava também, acostava a dificuldade na negociação dos municípios. Assumiram indicador
874 então era naquele sentido. Com relação à programação, sabia que todos estavam falando sobre a
875 Programação de Saúde, mas no SISPACTO a cada indicador, os municípios faziam a programação de
876 ações que fariam para impactar no indicador, por isso que passavam três dias com os municípios, e para
877 impactar nos indicadores o SISPACTO tinha uma lista que se encontrava no Observatório Bahiano de
878 Regionalização, onde se acessava o manual. Saliu que estava respondendo o SISPACTO, porque na
879 Tabela Anual de Saúde não teria ações tão específicas. Explicou para a conselheira Déborah, que o
880 SISPACTO no primeiro ano de 2013, era o ano em que os municípios estavam elaborando os planos
881 municipais e que foi orientado naquele ano que todos os municípios colocassem nos planos municipais de
882 saúde os indicadores do SISPACTO, o que geraria as programações anuais. A Conselheira Déborah
883 Dourado Lopes salientou que só estavam acompanhando e o CES não podia compactuar com aquilo. A
884 Senhora Joana Molesine salientou que estava informando que isso seria que ano a ano com os gestores
885 municipais, tinham acompanhado o SISPACTO junto com os municípios onde se tinha ações que eram do
886 estado também e naquele sentido só queria informar. Em relação aos óbitos que a conselheira Stela havia
887 colocado que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE fazia uma expectativa de óbitos
888 esperados então naquela expectativa seria para acompanhar a subnotificação de óbitos. Então se tinha a
889 expectativa de óbito esperado naquela população, se deveria ter a expectativa esperada de quatro para
890 acompanhar a subnotificação, porque também se não fizessem aquilo haveria uma subnotificação de óbito
891 que nunca apareceria, então deveria ter uma distorção mesmo do município ser de quatro óbitos e não
892 tivesse o problema, era que quando o sistema era informatizado ele não personalizava, então estava certo,
893 a gestão justificava era aquilo que deveria estar. Sobre o enfraquecimento da Atenção Básica, destacou
894 que o conselheiro Antônio Lago tinha falado muito bem na questão da sociedade, a gravidez com a
895 microcefalia tudo aquilo só teriam sucesso se fizessem pacto com a sociedade, porque se as pessoas não
896 aceitassem, não teriam então como fazer, qualificar a Atenção Básica era vital, mas o pacto com a
897 sociedade no momento não sabia como fazer, porque se preocuparam mais em eliminar o mosquito e não
898 fizeram um pacto, porque pacto só era bom quando era para os dois. Aquela era uma situação e
899 concordava com o conselheiro Antônio Lago. Com relação ao Vínculo Protegido colocado Pelo
900 Conselheiro Luís Américo, o CNES era a única base de dados que tinham capaz de fazer aquela ação,

901 porque senão teria que fazer uma pesquisa por amostragem como o IBGE fazia, não tinha jeito. Era tirado
902 do Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, porém o que acontecia se a pessoa fosse
903 médico contratado por contrato tácito a sua produção não poderia sair no SIASUS, se estivesse no CNES,
904 não poderia alimentar o sistema. E quando se fazia a avaliação de produção, no geral se tinha aquilo.
905 Quanto à questão da Internação de Cirurgias de Média Complexidade, na verdade passava por outra
906 discussão, que era a questão dos Hospitais de Pequeno Porte – HPP, que os municípios tinham reserva de
907 Autorização de Informação Hospitalar - AIH’S, para internar e que não tinham produção ou a produção
908 era muito baixa, o que era outra discussão. Salientou que o Tele Saúde desde o início havia um projeto
909 com o Ministério da Saúde, onde o mesmo tinha uma meta no Estado da Bahia de 1.271 pontos de Tele
910 Saúde, o município aderiria, o Ministério da Saúde daria a parte de informática para que o município
911 fizesse uma capacitação, então a meta que estava ali apresentada era para que se cumprissem os 1.271. O
912 Senhor Presidente agradeceu a apresentação, mas como a Senhora Joana havia colocado no ano passado
913 já fazia uma crítica com relação a várias questões que tinham colocadas pelos conselheiros e tinha sido
914 realizada aquela fala na questão de pactuar o que realmente era real. Destacou que precisavam saber
915 naquele pleno que antes de aprovar, o que poderiam mudar para que dissessem realmente o que era real, o
916 que poderiam atingir e avançar naquela questão. A Conselheira Déborah Dourado Lopes salientou que
917 estava faltando vacina no Brasil, dinheiro para vacina e a Vigilância Sanitária atual no Estado da Bahia se
918 perguntava qual era o retrato da mesma, porque ela tinha inúmeras dificuldades de compreender qual era
919 o projeto da Saúde Pública para o atual governo, poderia ser que dali a dois meses estivesse claro.
920 Agradeceu imensamente à Comissão Organizadora da Conferência e à delegação da Bahia, que realmente
921 tinha dado uma lição de cidadania, inclusive ela tinha ido muito antes para que cumprisse a agenda do
922 Ministério da Saúde, onde ainda continuava respondendo pela chefia do serviço de Auditoria da Bahia até
923 quando as forças políticas se movimentassem e colocassem outra indicação, estava lá à disposição no
924 momento para quem quisesse e por tanto ela era servidora de carreira e viria para o CES, todas as vezes
925 que visse uma pauta importante aberta a conferência ao público e iria cumprir o seu mandato até o último
926 dia, 31 de dezembro de 2016 e se depois fosse aprovada a prorrogação tudo bem, inclusive o seu nome
927 estava na Comissão Eleitoral e gostaria de ser respeitada porque já não estava aguentado mais ouvir que
928 não iriam porque era ela, no entanto, não se tratava de Déborah e sim de uma representação do Ministério
929 da Saúde que precisava ser respeitada. Salientou que deveria a uma altura daquela achar que existia uma
930 linha unilateral de respeito, ela era de mão dupla ou acontecia ou não, então que parassem a coloca-la em
931 foco, notinhas implantadas se tratava de uma defesa do ponto de vista pessoal. Disse que a Bahia havia
932 realizado um trabalho extremamente interessante e como delegada ela cumpriu a sua função. Foi para o
933 seu grupo, não tinha participado da movimentação porque estava em outro foco, tinha ido com as
934 despesas pagas pelo Departamento Nacional de Auditoria, então estava dentro daquela movimentação
935 embora fizesse parte e no seu grupo todas as proposições da Bahia foram aprovadas e levantou-se para
936 fazer a defesa quando necessário, porque tinha havido algumas que não precisaram. Acreditava que uma
937 ou duas não foram aprovadas, as demais tinham sido aprovadas por unanimidade. Chamou atenção que o
938 Controle Social não podia ser refém daquilo que a gestão achava ser importante. Salientou que
939 elaboravam, fiscalizavam, acompanhavam, então, ela não podia ficar excluída pelo Controle Social, de
940 um monte de coisas e no momento que era bom para a gestão “tinham que vir aqui”, e para gente, parecia
941 que era um monte de vacas de presépio e a partir dali levantar a cabeça aprovar e vamos lá. Não
942 participamos do planejamento, o plano não tinha vindo para o CES a programação anual não, ou se
943 conversava com o Controle Social porque havia de se aprender uma lição na história que o Brasil estava
944 mostrando, para os vetos individuais, não levavam a lugar nenhum a democracia e a cidadania, o que
945 estavam vivendo era o resultado de Pactuações equivocadas de alianças extremamente equivocadas, mas
946 a Conferência para que fizesse o paralelo entre a sociedade e a Conferência de uma lição de cidadania
947 dizendo o seguinte; “Controle Social é para ser respeitado”. Destacou que a Senhora Socorro teve a fala
948 mais feliz da Conferência “Controle Social não pode ser menosprezado, não pode ser refém de gestão” de
949 acharem que seria partidariado, porque tinha sido ofendido ou porque tinha chancelado, seria ter o
950 desconhecimento total de até então, o que a gestão de Política Pública do Estado da Bahia estava
951 mostrando, era o desconhecimento absoluto da história da Saúde Pública e da construção do SUS e do
952 Controle Social. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio informou que o seu encaminhamento
953 era no mesmo assunto que o Senhor Presidente havia colocado, já que ouviram explanações e colocaram
954 questões, que a Senhora Joana tinha respondido muito bem, algumas outras questões, porém ele ficava
955 muito atento ao sentimento geral, que os dados colocados precisavam ser melhorados ou não e acreditava
956 que só havia duas alternativas e o seu encaminhamento seria naquele sentido, de realizarem uma votação,
957 então gostaria que a Senhora Joana Molesini colocasse para todos ou consultasse alguém se havia a
958 possibilidade de mudar porque se tivesse ele mesmo não tinha outra alternativa, a não ser votar pela
959 reprovação, e não sabia o que acontecia quando se reprovava um SISPACTO, já que nunca tinha visto na
960 história do Brasil, o CES reprovando o que também nunca viu na história do país haver indicadores que

961 pudessem representar aquilo, então o seu encaminhamento ia muito naquele sentido porque, se não
962 tivesse o se fazer então, votaria pela reprovação porque, não iria pactuar com alguns que iriam de
963 encontro com o que ele acreditava, mas sim iram de encontro aquilo que defendia. A Senhora Joana
964 Molesine informou que estavam fechando ciclo de três anos de indicadores que atualmente não tinham
965 como mudar e desejava duas conversas com o CES, primeiro o Plano Nacional estava sendo fechado e
966 que teria o ciclo de indicadores em 2017 e 2019. O Conselho tinha que ir até o Conselho Nacional de
967 Saúde e reverter o que estava ali, primeiro teria que ser aprovado na Comissão Intergestores Bipartite -
968 CIB e depois viria para o CES. Salientou que a portaria nacional estava daquela forma e no município era
969 a mesma coisa, aquela era uma dificuldade. Quanto à segunda questão destacou que pelo fato de trabalhar
970 com planejamento a maior crítica que tinha dos municípios era que tinham feito aquela Pactuação em
971 agosto/setembro e o ano de 2015 estava acabando e como ela programaria o segundo semestre? Portanto,
972 a justificativa seria que aqueles indicadores estavam no Plano Municipal e no Plano Nacional e quando
973 tinha passado o primeiro ano ali, era 2013 e 2015, então 2013, 2014 e 2015 já estavam programados e o
974 que era aquele movimento sequência, seria avaliar e reprogramar o que significava se havia feito uma
975 programação de 100, não conseguiu e ficou em 40, então teria que reprogramar onde o Sistema dizia que
976 ou ficava no 40 ou iria para a frente, não poderia diminuir. Era o que acontecia na base municipal, no
977 entanto, quando se tratava do indicador estadual, fechou com 417 municípios por isso, teria que ter um
978 outro movimento de refazer os outros 417 repactuar. Aqueles indicadores tinham sido repactuados os
979 anos de 2013, 2014 e 2015, a partir do primeiro ano e dali para frente. Salientou para a conselheira
980 Déborah que tinha levado para apresentar o ano de 2015, e se ela lhe dissesse que mecanismo desde o
981 mês de dezembro teriam para que fossem a 417 municípios e refazer, portanto o município que não
982 tivesse retornado significava que teriam de retorna a ele, fazer a pactuação na CIR porque a mesma era lá,
983 ele refaria a pactuação, aceitava porque o gestor municipal e o SUS dizia que tinha autonomia em cada
984 nível de gestão, então a sua autonomia dizia que iria pactuar aquilo e não iria mudar. Em relação a
985 quantidade, eram gestores municipais quem faziam e tinham autonomia de gestão porque era daquela
986 forma que estava no SUS. Destacou mais uma vez que "bate boca" literalmente teve com gestores por
987 causa da escovação, chegou até a fazer contas informando que o kit custava R\$ 3,00 (três reais), com
988 6010 escolares, então seria R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês, e ele tinha lhes respondido que não
989 poderia ser a escova. Outra situação seria que os dentistas não queriam supervisionar, já que a escovação
990 era supervisionada, então o que tinha sido dito sobre a prática era perfeito, porque com a escovação
991 supervisionada e pegassem duas escolas do município e fizessem aquele trabalho, então se cumpriria a
992 meta. E ela não conseguia que eles assumissem aquilo. Explicou que quando falava ela na primeira
993 pessoa, não era somente ela não ali se encontravam muitos colegas que tinham viajado com ela no
994 SISPACTO e que sabiam a luta que tinham daquilo, inclusive queriam colocar o indicador como a
995 epidemiologia mandava, mas o número real dizia que não iria por ali não, e não fazia, então informou que
996 para eles verem aqueles números teriam que voltar a campo novamente. Respondeu para a conselheira
997 Déborah que 2016, iria se esperar o Plano Nacional de Saúde, um conjunto de epidemiologistas tirarem os
998 indicadores e aprovar no CNS, irem para a tripartite para que a mesma lançasse o SISPACTO 2016, 2017,
999 2018 e 2019, então 2016 seria em outro momento. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara sugeriu
1000 que no ano seguinte fosse colocado o alcançado de 2014 e 2015 para que pudessem ver a evolução. A
1001 Senhora Joana Molesine respondeu que deveria ter levado 2013 e 2014, já que o ano de 2015 estavam
1002 vivendo, e só iriam avaliar 2015 quando encerrasse o ano e que no ano seguinte trouxesse 2013, 2014 e
1003 2015. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos destacou que aquele processo tinha sido construído com o
1004 conjunto dos 417 municípios e a maioria deles cumpriam os indicadores, mas existiam alguns municípios
1005 com a população além da média, da maioria dos municípios do Estado da Bahia, que muitas vezes
1006 "puxavam" alguns indicadores para baixo, o que era fato e que nas Oficinas macrorregionais que tinham
1007 ocorrido para pactuar os indicadores, que a Senhora Joana tinha exposto no pleno, inclusive tinha
1008 ocorrido a participação da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, naquele processo que tinha
1009 sido construído no território com o conjunto dos 417 municípios, o que não era uma situação específica
1010 da gestão, enquanto estado, mas um processo que envolvia o conjunto dos 417 municípios do Estado da
1011 Bahia. Reforçou as palavras do Senhora Joana Molesini quando a mesma solicitou a participação incisiva
1012 do CES, no sentido daquela discussão, inclusive na base dos municípios com os conselhos municipais de
1013 saúde para que efetivamente na base, os municípios pudessem rever algumas questões que poderiam
1014 colocar ali, por exemplo, que viviam em Feira de Santana na questão da Saúde Bucal e todos os
1015 municípios tinham sido taxativos em informar que alguns indicadores, eles não poderiam cumprir por
1016 conta de não poder estar contratando e habilitando novas equipes, uma vez que havia municípios que já
1017 tinham quase um ano com equipes funcionando e que o Ministério da Saúde não tinha publicado portaria
1018 para custear as equipes. E que os municípios estavam sendo onerados com o custeio das equipes sem que
1019 houvesse aporte do Ministério da Saúde, por ter a vários meses portarias para habilitar serviços que
1020 estavam represados por conta da questão do financiamento que não existia. E assim os municípios com

1021 relação à Lei de Responsabilidade Fiscal foram taxativos em dizer que não tinham e não poderiam ter
1022 avanços significativos, por não poderem contratar e implantar serviços porque já não tinham mais aporte
1023 no orçamento para tal. Aquilo especificamente na oficina de Feira de Santana, onde participaram,
1024 portanto aquela seria mais uma questão de esclarecimento e o encaminhamento que ele daria naquele
1025 sentido seria que efetivamente fizessem um movimento para os conselhos municipais de saúde na questão
1026 do monitoramento e do acompanhamento, do próprio Relatório Anual de Gestão - RAG, de cada
1027 município específico fizesse o acompanhamento daquelas metas e participassem daquele processo. A
1028 Conselheira Isadora Oliveira Maia colocou para aprovação a apresentação do SISPACTO, dois foram a
1029 favor, onze contra e duas abstenções. O Senhor Presidente justificou que precisava ausentar-se no período
1030 da tarde já que tinha um compromisso de participar do processo de eleição, que já tinha iniciado e estaria
1031 indo para o Ministério Público do Trabalho para resolver uma situação, às 14:00. O Conselheiro Sílvio
1032 Roberto dos Anjos e Silva, salientou que a sua questão de encaminhamento era para que não passassem
1033 mais pelo processo que tinham passado, em relação ao Projeto de Lei que extinguiu as Diretorias
1034 Regionais de Saúde – DIRES e ainda iriam tratar sobre as ex-diretorias ali no pleno, porém era o processo
1035 que estava e que vinham vivenciando de desrespeito ao Pleno e ao CES, então a sua questão de
1036 encaminhamento justificando o desrespeito que estavam sofrendo era tanto o PPA, quanto a Lei Orgânica
1037 de Assistência Social – LOAS, que já tinham passado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e o
1038 encaminhamento seria a retirada da pauta. A Senhora Secretária Geral informou que ela fazia a defesa
1039 pela permanência da pauta, pelo simples fato de que a PPA já tinha tentado se apresentar nas últimas
1040 quatro reuniões. Salientou que ela era Mesa, mas iria fazer aquela conversa porque também tinha sido
1041 apresentada a pauta aos conselheiros e na última semana que aconteceu não houve nenhuma manifestação
1042 de retirada de pauta, tendo em vista que supostamente tinha passado, mas precisava a defesa da Mesa que
1043 tivesse algum encaminhamento contrário ao encaminhamento do conselheiro Sílvio Roberto, para que não
1044 tivesse a defesa. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que concordava com o
1045 conselheiro Sílvio Roberto, no entanto sugeriu que fosse com o encaminhamento de um documento onde
1046 constasse o motivo pelo qual tinha sido retirado para a própria gestão e os órgãos de controle de que a
1047 retirada tinha sido por conta de que se tratava de um objeto que já tinha sido aprovado e o CES, porém
1048 existia o sentimento de que não tinha sido garantida a participação, nem na construção e nem no pleno em
1049 uma aprovação prévia, então voltou a dizer que acabava sendo uma pauta para legitimar o que tinha sido
1050 discutido. O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro informou que era a favor da manutenção da pauta e a
1051 primeira questão seria que o CES deveria ter ferramentas, para que fossem atrás da correção do que a
1052 gestão vinha fazendo em relação ao CES, tinha a aprovação de alguns itens sem o consentimento do CES.
1053 Acreditava que deveria acontecer a apresentação e o CES poderia fazer ressalvas tanto na questão do PPA
1054 ou da LOAS para que pudessem tomar conhecimento porque na verdade o CES não estava tomando
1055 conhecimento nem do que aconteceria e não estavam podendo nem se posicionar no que seria certo ou
1056 errado, então deveriam manter a pauta já que se fizessem aquilo, porque não existia nenhuma reunião
1057 onde não ocorria inversão ou suspensão de pauta. Salientou que todos vinham para tomar conhecimento
1058 da Política de Saúde do Estado e na realidade não estavam tomando conhecimento. O CES estava
1059 simplesmente fechando os olhos. Destacou que os conselheiros não concordavam já que tinha havido
1060 atropelo ao CES e deveriam tomar medidas cabíveis. O Conselheiro Luis Delfino Mota Lopes salientou
1061 que tinham uma Mesa que eles tinham constituída e não podia ser autoritária, porém tinha que decidir o
1062 que seria feito no pleno e passar para todos, não queria tirar o mérito que o conselheiro Sílvio Roberto
1063 havia colocado em relação à questão do respeito, mas se ele saía há 300 quilômetros com a pauta nas
1064 mãos então gostaria de vê-la sendo apresentada, porque era um desrespeito aos conselheiros e já que eram
1065 conselheiros estaduais de saúde, existia uma pauta que seria discutida para tal mês, e teriam que chegar
1066 até ali para se discutir aquela pauta. No entanto, se a gestão estava assim ou assado já se tratava de outro
1067 problema, porém a pauta tinha que ser cumprida. A Secretária Geral esclareceu para o conselheiro Luis
1068 Delfino que tinha sido feita a defesa da retirada do que poderia ou não fazer como também tinha havido a
1069 manutenção que o conselheiro Cícero e Marcos Antônio dentro de um minuto, então ela não podia ser
1070 autoritária porque o pleno que iria decidir naquele momento, defendeu também a sua posição enquanto
1071 Mesa, mas tinham que ouvir o pleno. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comunicou que os projetos
1072 tanto PPA quanto LOAS acreditava que não impedia dentro das argumentações que tinham sido postas,
1073 do CES se debruçar na sua própria fala fazer recomendações ou algo semelhante e tudo aquilo seria
1074 absolvido o Projeto de Lei tinha mais noventa dias que tinha sido disponibilizado para o CES e três
1075 tentativas de pauta, foram realizadas, ou por inversão de pauta ou por prazo da reunião não tinha sido
1076 possível apresentar e tinha sido interrompido pela metade, então não tinha sido questão de descaso e era
1077 meramente compreendido. Informou ainda que o PPA era participativo tinha sido discutido no âmbito de
1078 todas as reuniões, dos territórios de identidade através do Estado e era fruto de uma discussão que
1079 aconteceu com o estado e tinha sido colocada aquela ideia o que não impedia que no futuro, fruto das
1080 observações do CES e que sentasse junto com a gestão e pudessem encaminhar para a ASSEMBLA, com

1081 as alterações. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho esclareceu que se o projeto já tinha sido
1082 aprovado então, qual a garantia que teriam e poderiam mexer em alguma coisa na LOA, no PPA, porque a
1083 informação que tinha sido dada foi que já tinha sido aprovada na ASSEMBLA, pois aquela era uma
1084 questão de esclarecimento importante. Em relação à suspensão de pauta sempre vinham falando e tinham
1085 realizado reuniões de meio turno, uma pauta imensa e o que acontecia era que estavam atropelando as
1086 pautas, porém, se não tinha como interferir porque a própria construção do PPA desconsiderou a maior
1087 instância de Controle Social do Estado da Bahia, aquela era a verdade, iriam corrigir mais à frente tudo
1088 bem, mas tinha que ficar marcado para todos. A Senhor Secretária Geral colocou para aprovação do pleno
1089 a suspensão ou manutenção da pauta que foi votada com 06 votos pela suspensão, 07 manutenção 02
1090 abstenções. Senhor Joubert – APRESENTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2016 – 2019
1091 (Apresentação enviada para todos os conselheiros). A Senhora Secretária Geral passou para apreciação
1092 dos conselheiros. A Conselheira Eliane Araújo Simões pediu desculpas pela sua ausência no período da
1093 manhã pelo fato de estar no médico fazendo alguns exames, chamou a atenção para a questão da Atenção
1094 Domiciliar que se ampliase o número de municípios com aquele serviço, e perguntou se o mesmo não
1095 era realizado pela FESF que estava fechando então quem iria assumir? Já que os trabalhadores estavam
1096 sendo todos dispensados. Havia uma preocupação muito grande inclusive daqueles profissionais, como
1097 ficariam os seus vínculos e como poderiam ampliar o número de municípios com a Atenção Domiciliar
1098 com a FESF fechando? Por isso queria muito aquela resposta o que era uma preocupação de todos que
1099 inclusive tinha sido motivo de discussão na reunião das entidades sindicais, sobre a situação daqueles
1100 trabalhadores, a responsabilidade solidária da SESAB e estavam preocupados com a situação, como
1101 ficaria a responsabilidade solidária e estavam vendo ampliar então com quem seria feita a nova parceria
1102 se a FESF saíria do ar? Com relação aos trabalhadores e como sindicalista tinha uma preocupação muito
1103 grande. Salientou que gostaria muito que o Senhor Secretário estivesse presente porque desde o ano de
1104 2014 todos tinham sido capacitados, treinados no curso como membros de uma mesa de negociação do
1105 SUS e até o momento aquela mesa não saía então gostaria que ela fosse concentrada quanto à
1106 preocupação de dialogar com o trabalhador, para que ele não ficasse tão atoa quando se terminasse os
1107 contratos e os convênios. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio pontuou que quando se fazia
1108 uma apresentação de PPA, se fazia uma projeção para os próximos quatro anos e a sensação que tinham
1109 era que não tinha sido pontuado ali o que tinham vivido nos últimos quatro anos anteriores o PPA e não
1110 dava para ter noção porque tinha sido mudado tudo e o que lhe poderia dar como referência de uma
1111 gestão que seria de dar continuidade, então o que naqueles quatro anos da Política Geral de Saúde no
1112 Estado da Bahia, tinha dado certo como se estivessem recriando tudo e tinha sentido muita falta daquilo,
1113 não daquele PPA representava e o outro PPA já que tinham algumas discussões que precisavam de fato
1114 atentar, porque parecia que estavam enfrentando o momento mais “duro” na questão do financiamento e
1115 do recurso, porque tinha visto diversas vezes que eram metas do pensamento da própria SESAB ou do
1116 planejamento onde se estava fazendo muita fé em orçamentos oriundos de outros entes a exemplo do
1117 Ministério da Saúde que a todo momento ele estava percebendo que tanto da SESAB quanto dos
1118 municípios que não estavam honrando com os compromissos. Portanto como fariam um PPA com fé?
1119 Outra questão foi com relação à Saúde da População Negra, que era uma meta bastante ousada para que
1120 os 417 municípios, para apoiar a implantação daquela política, porém com dois milhões e cem mil reais
1121 praticamente quando fosse dividir entre os 417 municípios com certeza “alguém iria viajar apenas para
1122 dar um tapinha nas costas de quem estiver na frente da implementação da política e voltar e acabou o
1123 recurso, de fato não vejo seriedade ali e quando você ia ali não era só da Saúde da População Negra
1124 estava se discutindo a população invulnerável estavam por questão da assistência, a questão dos albinos, o
1125 que significava que mais uma vez pontuava que seria o mesmo recurso.” Lembrou que o Doutor Fernando
1126 Daltro quase o fez chorar acreditando, tinha ficado muito emocionado com a sua fala onde o mesmo
1127 informou que nenhum tipo de consórcio iria passar na Bahia sem que passasse no CES. Então já definido
1128 o recurso de quanto iria precisar que se demonstrasse no pleno do CES, que o consórcio já estava para o
1129 estado, já se sabia o que fariam e reafirmava aquilo que a todo tempo informava. Destacou que em
1130 nenhum momento sabiam qual o tipo de apoio que o CES teria, inclusive havia uma tendência de
1131 substituição do colegiado porque no momento que se remetia do fortalecimento dos conselhos, havia uma
1132 espécie de atropelo que queria dizer; fortalecer e capacitar os conselheiros municipais, já não seria mais
1133 fortalecimento do CES, seria uma ação direta da SESAB, com os conselhos municipais. O que
1134 demonstrava talvez dentro do que estavam vivendo era uma possibilidade de estar substituindo aquela
1135 ação do CES. Salientou que a Política de Humanização, ela com o recurso que acreditava ser bastante
1136 irrisório e que talvez pudessem ao invés de fato de uma Política de Humanização, de acolhimento onde
1137 também a qualificação do servidor fosse de fato o norteador. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa
1138 Marinho salientou que o PPA estava ali refletia o que já vinham discutindo, estava claro a intenção das
1139 policlínicas, a parceria público privado, os consórcios então não iria fazer “chover no molhado” apenas
1140 acreditava que estava colocando para os conselheiros, materializado tudo que já vinham discutindo em

1141 ralação ao Controle Social e a responsabilidade de todos em relação aos próximos quatro anos. Destacou
1142 que uma releitura poderia até fazer sozinho, o que importava era o diálogo. Verificou que o no
1143 Compromisso 9 tinha visto mil cento e sessenta reuniões, Inter federativas então fez uma conta e dividiu
1144 por quatro anos o que dava em média duzentos e noventa nos quatro anos e ficou sem entender um
1145 volume tamanho em relação ao numérico e não tinha ligado no recurso, então se aquilo não vinha
1146 explicado e para quem era da gestão sabia o significado, mas para quem não era, seria uma “continha”
1147 que ficava querendo entender que número mágico era aquele por isso, acreditava que precisavam ter um
1148 pouco mais de generosidade, com os conselheiros que não davam conta de tantos conteúdos, obviamente
1149 e que precisavam ser mais explícitos porque era daquela forma também que se capacitavam. O
1150 Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva ressaltou que embora os conselheiros que votaram pela
1151 retirada da pauta daquele tema, tinham o compromisso de estarem debatendo e criticando ou não a forma
1152 que quisessem debater e não tiveram o comportamento que o Secretário da Saúde teve quando da retirada
1153 da pauta, quando se discutiu o consórcio que ele saiu levando todos os seus membros da gestão que
1154 teriam de fazer uma apresentação daqueles temas, então mostrava o compromisso dos conselheiros.
1155 Destacou que quando colocava a questão, entendia a preocupação do conselheiro Luiz Delfino em se
1156 deslocar do interior para assistir as apresentações, perguntava votariam o que e para que? Se aquele PPA
1157 já estava aprovado e o que estavam vendo cada vez mais se colocava o desrespeito ao Controle Social,
1158 inclusive já tinha denunciado diversas vezes e continuava sendo desrespeitado e não se trazia ao CES a
1159 discussão, do que estava acontecendo em relação à deshospitalização dos hospitais de saúde mental, da
1160 Política de Saúde Mental que ele vinha discutindo ali, por isso, que se colocavam daquela forma e não fez
1161 questão nenhuma de avaliar em relação ao que tinha sido apresentado, então acompanhou mais de fazer a
1162 crítica em relação ao que estava posto, porque de repente se colocava e ninguém estava sabendo, mas o
1163 Laboratório de Bio-imagem de Vitória da Conquista, já estava privatizado e estava transferindo os
1164 profissionais sem saberem qual o perfil que tinham ou não para determinadas Unidades. Existiam certas
1165 situações que enquanto conselheiros estaduais de saúde tinha que estar sempre atentos pelo desrespeito
1166 porque tinha sido uma conquista dos mesmos e quando havia o desrespeito a um Conselho, não estava
1167 sendo desrespeitado somente o Conselho, mas sim, todo o Controle Social que no Estado da Bahia estava
1168 sendo desrespeitado cada vez mais. Destacou que na verdade não estava vendo com todo respeito ao
1169 colega que realizou a apresentação, votar o que? Se aquilo já tinha sido votado e viram todo o processo
1170 como estava sendo e não havia porque perdesse a idoneidade no atual momento político no estado. A
1171 Senhora Secretária Geral salientou como iriam realizar uma Política Estadual de Saúde através do
1172 Controle Social, lembrou que quando o PPA fosse apresentado, então tinha solicitado à gestão que
1173 colocassem a forma que eles imaginavam em consulta aos conselheiros para que fizessem aquela
1174 construção e o tempo havia passado com a 9ª CONFERES e outras situações que aconteceram e naquele
1175 dia estava sendo apresentado, inclusive tinha a garantia que poderia até remodelar, encaminhar,
1176 questionar e fazer as considerações plausíveis ela, por exemplo, tinha duas considerações a serem feitas
1177 que gostaria que as ressalvas fossem encaminhadas ao PPA porque iria realmente tentar fazer, modificar e
1178 dizer porque. No Compromisso 4 quando se falava da Pessoa com Deficiência as ações de
1179 desenvolvimento o que parecia ser R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), que dividido em
1180 quarenta e oito meses daria R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por mês para uma determinada ação
1181 de desenvolvimento, debates etc. R\$ 7,500,00 (sete mil e quinhentos reais) para 417 municípios realmente
1182 não era nada até para entender porque na Meta 6, em relação a área da HEMOBA o valor tinha sido muito
1183 maior e para órtese e prótese, tinha sido R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), como tinha
1184 sido feita aquela divisão? Porque aquele valor na Meta 4 se se tinha também um centralização de ações,
1185 para aquelas distribuições que justamente existia todo um embate em relação ao Centro Estadual Para
1186 Reabilitação de Deficiências – CEPRED que tinha que fazer a distribuição e disseminação das CR’s em
1187 outros municípios e em outros lugares, então teriam que entender a Meta 4, rever aquele compromisso
1188 entender porque tinha sido colocado R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para órtese e
1189 prótese e as bolsas de ostomias e também pontuar respostas antes realmente que a Assistência à PPA lá já
1190 estivesse porque aquela PPA seria o encaminhamento que ela realmente faria para que fosse revisto e
1191 dito, porque a conta tinha sido feita daquela forma. Em relação ao Compromisso 9 em quem fazia
1192 Controle Social nos municípios era o Conselho Estadual de Saúde, então não seria a SESAB com R\$
1193 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que era um plano estadual e não tinha sido dito na apresentação,
1194 tinha sido feito como se a SESAB capacitasse os 41 municípios, o que ela não poderia fazer. Os
1195 conselheiros eram autores e coautores, partícipes e tinha que estar escrito no PPA, não podia estar
1196 suprimido que R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), por mês que lhe parecia que era um orçamento
1197 muito maior que seria apresentado em relação à Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA em relação à
1198 Lei Orçamentária Anual – LOA, que tinha o item do Controle Social, então já garantia R\$ 1.000.000,00
1199 (hum milhão de reais), no PPA por ano e garantia depois, previamente numa LOA de R\$ 200.000,00
1200 (duzentos mil reais) a cento e tantos mil reais por ano o que seria uma grande coerência então na questão

1201 de encaminhamento que fosse feito uma ressalva em referência ao PPA que seria o Compromisso 9 que
1202 fosse revisto e que não deixasse realmente o Controle Social, e naquele sentido não passava aquele
1203 compromisso fazendo com que a SESAB realizasse a codificação, dos Conselhos Municipais de Saúde
1204 sem estar presente no CES, podendo se falar que antes existia um movimento chamado MOBILIZASUS,
1205 no Estado da Bahia e que já não existia mais então para que não tivesse mais, quem ficava era o Controle
1206 Social que o CES fazia no Estado da Bahia e não diretamente a SESAB. Assim que tentariam fazer com
1207 aquela PPA sem aquele tipo de ressalva, para que ela não fosse aprovada. O Conselheiro Antônio Marcos
1208 Almeida Sampaio solicitou esclarecimentos em relação aos R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de
1209 reais), para reforma do prédio da SESAB, gostaria de saber se seria somente para um prédio ou como
1210 estaria na transparência de previsão? Imediatamente passou a sua fala para o Conselheiro Marcos Antônio
1211 Almeida Sampaio com relação às Farmácias Populares, que eram vinte e nove e atualmente só tinha
1212 quinze ou dezessete farmácias abertas e na apresentação constavam vinte e sete então qual seria o modelo
1213 de Farmácia Popular que tinha sido colocado na apresentação e queria mais informações à respeito
1214 daquele assunto, já que também existia uma informação reconhecendo vinte e oito regiões de saúde, pois
1215 seria aquilo mesmo que tinha sido colocado? Ainda havia uma Comissão de Regionalização, se estava se
1216 fazendo todo um debate e por isso gostaria de saber se de fato era reafirmação. Outra questão de
1217 encaminhamento, muitas vezes existiam alguns remédios que eram amargos, mas era o que curava e às
1218 vezes tinham alguns momentos que deviam tomar algumas medidas mais duras até inclusive para que
1219 pudesse reestabelecer a importância de cada organismo, sendo que perderam o *time* e não tinha sido pelas
1220 pautas do CES, que não houve a gestão não tinha se preparado anteriormente para trazer a discussão do
1221 PPA em tempo que discutissem, pois, estavam em um período que tinham saído da 9ª CONFERES que
1222 tinha trazido propostas que deveriam em algum instrumento que seria o PPA, o plano que ainda seria
1223 feito, a LOA também que precisava contemplar. Informou também que aquele instrumento acabava
1224 direcionando para o que o CES estava vivendo que era um momento de desprestígio que não havia uma
1225 valorização no Controle Social, então, ele não se sentia à vontade em aprovar o PPA e o que fosse
1226 colocado em votação até no sentido de forçar que se desse o recado à Assembleia Legislativa da Bahia
1227 que não tinha passado no CES, e desse o recado que precisavam ser respeitados, ter mais participação,
1228 corrigir e não seria de receber tapinha nas costas e dizerem que a qualquer tempo vai ser corrigido.
1229 Votaria pela reprovação para que forçasse a volta da discussão e que de fato pudessem modificar alguma
1230 coisa, porque devia aquilo e cada conselheiro ali presente tinha que ter a consciência. Os delegados que
1231 tinham vindo das conferências, aos 417 municípios que realizaram conferências e que acreditavam que as
1232 suas propostas iriam para algum lugar, então ele encaminhava por isso, para que forçando voltassem a
1233 discutir na origem, não só a possibilidade de corrigir também, mas de influenciar no processo porque ali
1234 não era um conselho figurativo e sim deliberativo e deliberar era decidir e não assistir as decisões sendo
1235 feitas, então votaria contrário. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos concordou com as palavras
1236 do conselheiro Marcos e parecia que eles como militantes a impressão que tinha era que estavam
1237 retrocedendo no tempo, parecia que queriam voltar ao tempo das cavernas. Salientou que tinham vindo de
1238 uma conferência, onde tiveram quinze mil pessoas, com a vontade do povo brasileiro para poderem fazer
1239 a mudança do país e quando chegavam ao Estado da Bahia e viam uma explanação daquela, que
1240 colocavam onde haveria a questão da renovação da frota de veículos e que viam atualmente, por exemplo,
1241 o Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU, com as ambulâncias sucateadas a maioria dos
1242 veículos estavam nas oficinas esperando uma solução. Realmente o CES precisava ser respeitado pelo
1243 governo, pois o CES era Controle Social. Era onde se trazia a discussão da ansiedade dos segmentos que
1244 os conselheiros representavam e não estavam ali brincando de fazer saúde, estavam construindo uma
1245 saúde para todos os brasileiros e se tudo que viesse de lá e aceitassem não estariam sendo Controle Social
1246 e como tinha sido dito durante a conferência em uma das salas, “nós estamos num verdadeiro picadeiro”.
1247 Então precisavam realmente saber o que deviam fazer como Controle Social, que dizia que era preciso
1248 que a saúde estivesse melhor do que ontem e estavam ali, para isso. Observou que as coisas estavam indo
1249 para o CES, já prontos e não estavam no CES somente para ouvir, estavam ali para dizerem como deveria
1250 ser conduzida a saúde no nosso estado. O Conselheiro José Silvino Gonçalves informou que quando se
1251 fazia uma disputa dentro dos municípios, do Estado e dos distritos era para se ver o que tinham colocado
1252 lá na prática e normalmente a conferência servia de subsídio pra montar um plano de ação daquela
1253 prefeitura, estado, do país e a mesma coisa tinha sido na conferência nacional, que servia de subsídio para
1254 alimentar o que a população junto com os gestores, trabalhadores, usuários e prestadores de serviços
1255 decidirem o que enfrentariam, então não ficavam à vontade até mesmo para não ver as propostas que ele
1256 tinha brigado, reclamado e até mesmo aquelas que ele tinha discordado não estavam presentes dentro de
1257 um planejamento de ações que a SESAB se propôs a executar. Dentro da área prisional lhe assustava mais
1258 ainda, porque estava dito lá manter, então manter o que? Se o que existia não produzia saúde dentro do
1259 sistema prisional atualmente, da forma que era e já estavam assumindo informando que iriam manter
1260 então seria um estado de miséria que veriam, porque lá encontravam as pessoas que tinham o coquetel de

1261 AIDS, as pessoas que tinham UTB? e ficavam isoladas e quem fazia o controle era um interno e o
1262 Hospital de Custódia e Tratamento – HCT estava no mesmo estado de miséria, ao contrário produzia mais
1263 doenças no sistema prisional e viam dentro da programação a proposta de manter, ou seja, estava bom
1264 aquilo? Pois as pessoas entravam com saúde e saíam doentes, então naquele sistema precisava ver além
1265 das propostas o que estavam propondo também de melhor, até porque a gestão atual tinha colocado a
1266 inovação já que sempre dizia que “encontrei assim e estou fazendo assim” então parecia que já não queria
1267 mais fazer e já dizia que manteria o que tinha. No entanto, manter uma parceria, uma transversalidade
1268 com a Secretaria de Direitos Humanos. Salientou que ele estava no Conselho de Direitos Humanos
1269 também fazia uma discussão do sistema prisional lá dentro e nunca tinha participado em uma das
1270 reuniões, onde tivesse se tratado aquela parceria e a Secretaria de Direitos Humanos também não tinha
1271 apresentado que foi parecido quando houve o sonho que a conselheira Beatrix e a Senhora Vilma tinha
1272 lhe dito que entraria o HCT e estaria tudo resolvido, porque o Secretário Estadual de Saúde informou que
1273 já tinha uma solução para aquela situação, então foram para a área técnica com o grupo condutor porque
1274 precisavam também trazer as discussões que estavam sendo feitas lá, que era a assistência das pessoas que
1275 tinham transtorno mental e estavam em conflito com a lei o que tinha sido também fruto de um trabalho
1276 foi preparado pela área técnica e introduzida dentro daquela proposta. O Conselheiro Francisco José
1277 Souza e Silva acreditava que seria possível se fazer uma reflexão muito séria em relação à aquela
1278 discussão, primeiro porque tinham o final de uma data que seria de 2011 a 2015, que precisava ser
1279 avaliada ainda e não tinha sido. O Governo do Estado havia apresentado uma questão com 13
1280 compromissos e o CES precisava dizer algo sobre, até para compreender melhor, porque naquele
1281 momento a apresentação era apenas de 9 compromissos, inclusive até sabiam do trabalho da
1282 responsabilidade da gestão, mas que era assunto técnico que precisava ser melhor discutido porque se
1283 reduziu o número de compromissos com a população da Bahia, o que era grave e precisavam justificar
1284 porque. Salientou que não tinha certeza se naquele curto período de tempo houve a possibilidade, inclusive
1285 de explicação do governo, porque tecnicamente, tinha saído de 13 compromissos porque ainda não havia
1286 avaliação do relatório final daquela gestão referente ao exercício de 2015. Com o fim do plano que tinha
1287 sido de 2011 a 2015 e necessariamente a apresentação daquele no atual momento. Destacou que em
1288 relação ao próprio Controle Social a 9ª Conferência Estadual de Saúde era uma instância do Controle
1289 Social e precisava ser respeitada, os delegados da 9ª CONFERES não podiam pagar pelas dificuldades do
1290 CES em atrasar, realizar a 9ª CONFERES em cima da hora, então tudo aquilo deveriam observar para que
1291 depois o CES não assumisse uma responsabilidade que era dele, mas não somente o CES. A 9ª
1292 CONFERES tinha apontado situações que o PPA ali apresentado dizia o contrário, então iria confrontar
1293 uma conferência de saúde? E quem era o CES para confrontar uma conferência Estadual de Saúde e onde
1294 informava no Controle Social na 8.142 que o CES era autônomo ou hierarquicamente era superior à
1295 Conferências Estadual de Saúde, pois não existia aquela hierarquia no Controle Social. Destacou que
1296 havia questões também colocadas como proposta do governo para implementar a partir de 2016 o que não
1297 tinha passado na 9ª CONFERES de 2016, assim teriam que parar para discutir e citou como exemplos os
1298 Compromissos 3 e 9, que se tratava da questão da Parceria Público/Privada que inclusive no início da
1299 gestão. O próprio governo tinha levado a aquele pleno dificuldades para o que tinha sido realizado na
1300 gestão anterior, no entanto, estava apresentando o que como solução para que mantivesse aquela
1301 situação? Onde estava a discussão para que de fato houvesse o compromisso ali de gerenciar a Unidade,
1302 sobre a parceria público/privada. Quanto à questão dos consórcios, que era uma discussão que ainda
1303 estavam tentando iniciar e já constava na apresentação como pronta, contudo, a responsabilidade era
1304 muito grande e sincera e honestamente não havia do seu ponto de vista condições de se aprovar da forma
1305 que estava o encaminhamento para aquele plano para 2016/2019. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos
1306 colocou que aquele plano era fruto de um PPA, participativo onde tinha sido discutido em todos os
1307 territórios de cidadania, onde não somente as questões pertinentes à saúde, mas ao governo como um todo
1308 e tinha sido debatida com a população e também era um plano plurianual, colocado por quatro anos e que
1309 não estava impossibilitado de sofrer ajustes, inclusive havia mais de noventa dias que tinha sido
1310 disponibilizado para o CES, tiveram três tentativas de apresentá-lo ao pleno do CES e de acolher
1311 sugestões e proposições e que tinha sido colocado em aberto, inclusive deveriam sim fazer o que tinha
1312 sido colocado pelos conselheiros Marcos, Francisco, Isadora e todas as outras pessoas que antecederam,
1313 que discordavam de alguns compromissos da forma que tinham sido colocados, buscando os
1314 esclarecimentos realizados e a gestão de forma bem ampla, inclusive, constando em ata e se comprometia
1315 enquanto gestão, equipe de sentar com comissão representativa do CES para que se fizesse os ajustes que
1316 fossem necessários e pertinentes, frutos da discussão da 9ª CONFERES e dos conselheiros pelo fato dela
1317 ser plurianual e não estava impedido deles fazerem os ajustes, ano a ano a exemplo do que ocorria com o
1318 Plano Estadual de Saúde, com os Planos Municipais de Saúde, enfim com a própria Lei Orçamentária e o
1319 que a gestão tinha para colocar e entendia as colocações dos conselheiros seria no sentido de buscarmos os
1320 ajustes e na medida que se fizessem necessários e assim, sentariam gestão e Controle Social para que se

1321 fizesse o ajuste em relação à qualificação e capacitação dos conselheiros. Óbvio que a gestão não faria
1322 nenhum processo que não tivesse a participação do CES, talvez aquela fosse a forma que estava colocada
1323 na apresentação, porém, aquilo podia plenamente e deveria ser corrigido como outras questões que
1324 tinham sido colocadas pelo conselheiro Francisco e se pegassem as questões do prazo e do tempo, da
1325 conferência, a eleição, da inversão e muitas vezes da agenda e dos instrumentos da gestão que muitas
1326 vezes complicava, buscar subsídios de um conferência para um plano plurianual que tinha um prazo pré-
1327 estabelecido por lei, que tinha complicado todo o processo por causa de um processo eleitoral, então
1328 enquanto gestão poderiam sentar com o Controle Social e fariam os ajustes que fossem necessários dentro
1329 do Plano Plurianual. Lembrou mais uma vez que tentaram por três vezes realizar aquela discussão e o
1330 plano tinha sido disponibilizado para os conselheiros para que os mesmos pudessem trazer subsídios que
1331 qualificasse a proposta realizada pela gestão. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio
1332 esclareceu que pelo que vinha acompanhando, deixa claro que durante os noventa dias o CES não tinha
1333 ficado inerte e lembrou que a primeira modificação de retirada da pauta, deu-se pelo fato do Senhor
1334 Secretário ter viajado para a Europa acompanhando a agenda do Senhor Governador e por conta daquilo
1335 aconteceu a retirada da pauta, na sequência não houve tempo durante toda a discussão, no decorrer do dia
1336 de se fazer a discussão pelo fato de ter havido a tentativa de se discutir também o consórcio e como o
1337 mesmo estava prestes a ser votado na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e tinha tido reunião
1338 muito conflituosa. Quanto à outra reunião, que aconteceu inclusive quando houve a reunião com a
1339 Comissão de Regionalização e houve a proposta da garantia da pauta, porém esclareceu que tinha sido o
1340 dia em que descobriram durante a reunião não teriam almoço e a conselheira Célia representante da
1341 AMEA, precisou se ausentar da reunião e naquele mesmo dia precisou ficar hospitalizada durante três
1342 dias, já que não tinha se alimentado e por isso teve um problema seríssimo e souberam apenas durante a
1343 reunião que não teriam almoço, então passaram por todas aquelas dificuldades, por isso colocou todos os
1344 problemas para que as pessoas não achassem que os conselheiros tivessem passado noventa dias na
1345 inércia e sugeriu que a Senhora Secretária Geral que encaminhasse o assunto para votação. A Senhora
1346 Secretária Geral passou a fala para o Senhor Joubert para que o mesmo respondesse os questionamentos
1347 realizados pelos conselheiros. O Senhor Joubert respondeu que todo o PPA tinha sido construído o
1348 consolidado pela Assessoria de Planejamento de Gestão - APG e tinham uma rede de funcionários que
1349 atuava nas diversas áreas da SESAB. Salientou que ele não saberia responder à todos os questionamentos,
1350 inclusive haviam alguns colegas presentes e que os mesmos se sentissem à vontade para responder. Em
1351 relação ao questionamento do Conselheiro Marcos Antônio, estava prevista a avaliação do PPA,
1352 2012/2015, porém no momento não poderiam realizar a avaliação porque o PPA encontrava-se em franca
1353 execução e somente no início do ano de 2016 poderiam fazer a avaliação. Os recursos que tinham sido
1354 consignados no PPA considerando captação do Governo Federal ou de empréstimo, eram baseados em
1355 instrumentos já firmados como por exemplo, o Banco Interamericano do PROSUS e também alguns
1356 recursos federais também já firmados, como o Contrato de Repasse para a Maternidade de Camaçari.
1357 Explicou que o PPA em função do prazo não poderia contemplar as propostas da 9ª CONFERES, porque
1358 o PPA tinha um prazo regimental e o prazo legal de ser encaminhado seria até o mês de agosto para que o
1359 Poder Executivo encaminhasse ao Poder Legislativo e a conferência havia ocorrido no mês de outubro,
1360 assim poderia haver revisões, inclusive tinham iniciado as conversas com a Secretaria de Planejamento
1361 sobre a possibilidade daquelas revisões, existia o período próprio das revisões do PPA que ocorreriam em
1362 junho de 2016 e que incluía a questão do Plano Estadual de Saúde e também algumas especificidades da
1363 área de saúde, dentre elas a 9ª CONFERES que tinha sido realizada no mês de outubro. E, portanto, não
1364 tinha como o governo contemplar aquelas propostas em função da data e do prazo dos instrumentos.
1365 Salientou que havia algumas questões que poderiam ser respondidas pela equipe técnica que trabalhou
1366 com o PPA. Destacou que em relação à Atenção Domiciliar como ficaria com o fim da Fundação Estatal
1367 de Saúde da Família - FESF, também a Mesa de Negociação do SUS, que deveria ser respondida pela
1368 Superintendência do Setor Pessoal que se os seus representantes não se sentissem à vontade para falar
1369 naquele momento por não terem se preparado então encaminhariam posteriormente. A Senhora Rosa
1370 Maria - Fundo Estadual de Saúde - FESBA observou que o Conselheiro Ivonildo havia informado que
1371 eles estariam à disposição para que fizessem mais um detalhamento em outro momento e ela acreditava
1372 que seria mais interessante daquela forma, pelo fato de ser uma memória de cálculo, um detalhamento e
1373 no momento atual não seria oportuno, no entanto estariam à disposição, marcada inclusive quando da
1374 elaboração da LOA e tiveram um momento com a Conselheira Isadora, onde se colocaram à disposição
1375 para tirarem todas as dúvidas portanto, o momento seria mais apropriado do que aquele ali, poderiam
1376 agendar com o Conselheiro Ivonildo para que tirassem qualquer dúvida em relação aos cálculos, valores
1377 já que possuíam, memória de cálculo e uma série de arquivos que poderiam esclarecer aquela questão. O
1378 Conselheiro Cícero sugeriu uma proposta em relação à questão da votação do PPA, tinha sido muito
1379 produtiva a apresentação e todos os questionamentos levantados pelos conselheiros e que tinha suscitado
1380 também os problemas que o Conselheiro Francisco tinha encaminhado que foram as propostas da 9ª

1381 CONFERES, acreditava, já que o Próprio Conselheiro Ivonildo disse que estava aberta a questão de
1382 realizar alterações no PPA, seria interessante que todos não realizassem a votação naquele momento para
1383 que tentassem reconstruir aquilo de fato. A Senhora Secretária Geral salientou que naquele dia teriam
1384 inversão de pauta ou não e leriam a supressão de pauta, então voltaram para a apresentação e tinha sido
1385 dito que na apresentação teria votação, aprovariam ou não e quem aprovasse após, poderia fazer
1386 ressalvas, então teriam que ir para o regime de aprovação e se o Pleno dissesse que iria retirar, mas do
1387 início tinham pactuado que iria apresentaria e teria aprovação ou não. O Conselheiro Cícero destacou que
1388 a sua proposta era de consenso do colegiado, definir a situação. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida
1389 Sampaio comunicou que acreditava que teria até uma proposta coerente, como dizia o ditado "gato
1390 escaldado tem medo de água fria" porque no dia que o Doutor Fernando Daltro esteve no Pleno,
1391 apresentou ser uma pessoa muito séria e informou para todos os conselheiros que tinha acontecido um
1392 equívoco de diálogo, pediu desculpas em nome da gestão, aquilo não mais aconteceria e que qualquer
1393 discussão de consórcio, inclusive na Assembleia só tinham aprovado a intenção e que qualquer questão
1394 relacionada a consórcio a partir dali, seria depois que o CES discutisse, no entanto já existia presidente de
1395 consórcio, município com consórcio já iriam inaugurar as policlínicas, tudo aconteceu e a única coisa que
1396 não aconteceu tinha sido o CES ser incluído na discussão e assim para que aprovassem uma proposta
1397 daquela teriam que ter alguém ali e não sabia se o Conselheiro Ivonildo, ou outras pessoas que estivessem
1398 presentes da gestão e pudessem pegar o microfone naquele momento e assumir o compromisso em nome
1399 da gestão e dizer: "agente pode até pedir que faça o que o companheiro está pedindo aqui, mas eu estou
1400 assumindo a gestão, me investiu de poder de assumir e que, essas e essas questões que vocês estão
1401 falando", caso contrário preferiria que fosse para votação porque independente de resultado a não ser que
1402 fosse aprovado porque não voltaria mais, mas se fosse reprovado ou devolvido automaticamente se
1403 remeteria a voltar para o colegiado e o mesmo pudesse reavaliar, então preferia a votação se não houvesse
1404 a possibilidade. A Senhora Secretária Geral colocou as propostas dos conselheiros Cícero e Marcos para
1405 aprovação do Pleno e explicou que quando se começa a apresentação, a proposta de votação aprova ou
1406 não e não tinha como modificar depois e com ou sem ressalvas porque tinham feito o encaminhamento
1407 que, se aprovasse seria com ressalvas, como ficaria se manteriam a posição do conselheiro Cícero ou do
1408 conselheiro Marcos e a posição da Mesa seria que do início do debate, seria respeita o início da discussão.
1409 O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos salientou que a sua fala não foi entendida e tinha sido pautada
1410 em uma fala do próprio conselheiro Francisco e que requeria uma avaliação mais aprofundada, de
1411 algumas questões que inclusive se reportava ao que tinha sido discutido e decidido na 9ª CONFERES.
1412 Ressaltou que o Senhor Joubert havia esclarecido algumas questões cronológicas em relação a prazos
1413 constitucionais e outras questões. Então esclareceu que na sua fala tinha sido muito taxativo que o plano
1414 era por quatro anos e sofria, poderia e deveria sofrer ajustes anualmente, por isso tinha sido dito por ele
1415 que o PI reforçado pela Senhora Rosa Maria, que falou em nome da gestão que o plano podia sofrer
1416 ajustes e o Senhor Joubert informou que já tinha entendimentos com a SEPLAN, no sentido de fazer a
1417 discussão dos ajustes e o que a gestão estava se prontificando mais uma vez e reforçando o que tinha
1418 falado anteriormente, que ela estava aberta a sentar com o CES, se fosse o caso através de comissão
1419 representativa para se discutir todos os ajustes e encaminhamentos que fossem dados por aquele
1420 colegiado com relação à questão do PPA e construíssem juntos aqueles ajustes, assim aquilo não era
1421 diferente do que ele tinha falado anteriormente. O plano era sujeito a ajustes e estavam dispostos a
1422 discutir os ajustes junto com o CES independentemente de quaisquer outras questões, por isso tinham
1423 questões abertos ao diálogo e a discussão e naquele sentido a gestão estava aberta. Então era naquele
1424 aspecto que queria reforçar e voltar a dizer o que tinha falado anteriormente. A Senhora Secretária Geral
1425 salientou mais uma vez que o PPA havia ficado para que os conselheiros realizassem as suas
1426 complementações, ao longo dos meses e tinha se encerrado ao longo da data e no momento atual seria
1427 regime de votação porque, havia começado a discussão duas opiniões diferentes, então tirariam se iriam
1428 suprir porque senão seria tirado da pauta para não votar, foi decidido que sim, continuaria a apresentação
1429 e após a votação se aprovaria ou não. A complementação seria apenas se fizesse, aquela aprovação com
1430 determinadas ressalvas e se seria aquela oportunidade que estava aberta. Destacou que teriam de voltar ao
1431 regime de votação. Salientou que o Conselheiro Francisco faria o terceiro encaminhamento e se encerraria
1432 na sua fala. O Conselheiro Francisco José Souza e Silva salientou que tinha solicitado a fala por uma
1433 questão de encaminhamento até mesmo porque este não estava presente, durante o turno da manhã
1434 quando foi tomada a decisão, que a Mesa estava colocando e era preciso rever se fosse necessário, a
1435 decisão que o CES e os conselheiros que estavam presentes haviam tomado e precisavam tomar cuidado
1436 com aquela situação, que infelizmente não era boa para a Sociedade Civil e muito menos para a gestão
1437 que em determinado momento teriam que partir para decisões que principalmente iriam medir forças para
1438 dizer quem daria o encaminhamento e estava ali o problema colocado porque se já havia uma decisão
1439 anterior e se iria colocar em votação, era preciso que se tomasse muito cuidado para que depois o próprio
1440 CES, infelizmente não fosse desmoralizado mais do que estava sendo. Esclareceu que não sabia sincera e

1441 honestamente, pois tinha feito a consulta às pessoas e tinha solicitado anteriormente que na medida do
1442 possível, os dados que tinham colocado ali, se evitasse ter que colocar em votação da forma que estava
1443 complicado, só que, se o próprio CES tinha definido por aquela decisão, pois teriam que ver o que fariam
1444 para que depois não achassem que até o próprio CES não tivesse fé nas decisões que ele mesmo tivesse
1445 tomado. O Conselheiro José Silvino Gonçalves comunicou que a sua preocupação era que nem mesmo a
1446 gestão estava segura do que estava apresentando, ainda mais quando informou que tinha recebido
1447 sugestões podendo ser modificado o que era uma forma perversa e ele mesmo já tinha dito que não estava
1448 seguro que aquilo daria certo, já que poderia ser alterado a qualquer momento. Salientou para o
1449 Conselheiro Ivonildo que poderia ser alterado sim, a qualquer momento, mas primeiro a gestão teria que
1450 apresentar um plano no Pleno, construído não a partir de uma área técnica somente, acreditava que a
1451 gestão precisava apresentar o plano a partir de uma construção coletiva e o conselheiro Ivonildo tinha
1452 razão quando disse que tinha havido uma participação social, porque todos os municípios se mobilizaram
1453 e realizaram conferências e o Estado também, portanto seria importante que as propostas aprovadas na 9ª
1454 CONFERES estivessem agregadas na apresentação. Quanto à questão do tempo, não cabia à gestão
1455 analisar se as propostas originadas da 9ª CONFERES seriam colocadas ou não, por isso não cabia mais a
1456 discussão, já tinha sido aprovada e deveria ser apresentada como parte do relatório, por isso o argumento
1457 que tinha sido em cima da hora, não era desculpa, porque foi uma proposta discutida exaustivamente e
1458 levada para que fosse incluída no Plano de Ação. A Senhora Secretária Geral Ressaltou que a proposta
1459 seria que se aprovada, seria com as ressalvas para serem modificadas, mas o regime era desde o mês de
1460 outubro o regime de aprovação seria o não do PPA, a forma com que ele foi colocado e se fosse aprovado
1461 com ressalvas para aquela mudança que seria encaminhado, no entanto se não tinha sido aprovado dentro
1462 do Pleno do CES. Colocou para a provação a apresentação do PPA. O Conselheiro Ivonildo Dourado
1463 Bastos ressaltou que a proposta colocada pela gestão tinha sido aprovação com ressalvas, para que os seus
1464 pontos fossem rediscutidos. A Senhora Secretária Geral respondeu para o conselheiro Ivonildo que ele
1465 não tinha entendido e ali o PPA, aprovava ou não e se aprovado com ou sem ressalvas, aprovação ou não
1466 era aquilo que se encaminhava em uma mesa. Ressaltou que o seu encaminhamento seria aprovação com
1467 ressalva só que, não tinha sido aprovado. Após o processo de votação comunicou que não houve
1468 aprovação do PPA, sendo 11 votos contra a aprovação, 03 abstenções. O Conselheiro Ivonildo Dourado
1469 Bastos salientou que a gestão não tinha entendido o encaminhamento dado pela Mesa, por 11 votos o
1470 CES decidiu pela reprovação, o que não se discutia o que a gestão colocava ali era que ela tinha
1471 participação naquele Pleno e votava pela aprovação, no entanto entendia que o encaminhamento deveria
1472 ser esclarecido com as devidas ressalvas, porque acreditava que talvez houvesse conselheiros que não
1473 tivessem entendido também, o que a gestão sinalizava que o encaminhamento fosse aprovado com as
1474 ressalvas indicadas pelo CES e que a gestão se sentaria com o CES, ou comissão representativa para que
1475 fizessem os ajustes necessários, por aquele mesmo pleno naquele dia ou até mesmo posteriormente não
1476 descartando inclusive o relatório da 9ª CONFERES, que ainda não tinha sido apreciado pelo Pleno para
1477 que ele fosse validado. Então a sua colocação seria que o encaminhamento não tinha sido devidamente no
1478 seu entendimento e fez naquele momento a declaração de voto, já que estava constando em ata que a
1479 gestão votava naquele sentido, mesmo repetindo a votação, entendia que os conselheiros já tinham juízo
1480 pela não aprovação e entendia que devia constar em ata porque a gestão em todo momento se prontificou
1481 em discutir de forma ampla, aberta e democrática para que se fizessem as correções. A Senhora Secretária
1482 Geral esclareceu que enquanto Mesa o tempo todo pontuou como seria a votação e o que se daria
1483 inclusive que, se houvesse aprovação com os encaminhamentos que o conselheiro Ivonildo tinha dito,
1484 mas se ali o PPA era regime de aprovação ou não aprovação a gestão "Ivonildo conselheiro que estava
1485 representando uma cadeira da gestão, tinha aquela opinião", mas outras pessoas da gestão que poderiam
1486 estar apoiando aquele mesmo encaminhamento, mas não houve aprovação do CES pelo PPA, 11 pessoas
1487 votaram contra, 03 abstenções e 02 não votaram. O conselheiro Francisco José Souza e Silva esclareceu
1488 que a partir do resultado era preciso que ficasse claro no Pleno do CES, até pela simbologia do ato e a
1489 obrigação da gestão, seria continuar trazendo para o Pleno para verificarem se seria aprovado ou não,
1490 independente se naquele momento não tinha sido aprovado, portanto o fato de aprovar ou não com
1491 ressalvas ou reprovar não tirava o direito do CES que a gestão trouxesse com as devidas alterações como
1492 o próprio conselheiro Ivonildo havia colocado, apresentassem e o CES novamente avaliasse. A Senhora
1493 Secretária Geral complementou que os próprios conselheiros fariam aquela construção e pontuariam os
1494 detalhes que aconteceram, porque ao invés de 12 compromissos, apenas 9 e porque aquelas resoluções
1495 com aqueles valores? O que seria também o momento para daquela grande reconstrução. O Conselheiro
1496 Cássio destacou que não desconsiderando em trazer novamente o plano e de não ter aberto, até porque se
1497 não acreditassem na possibilidade de manter aberto o PPA então não trariam para o Pleno do CES, já viria
1498 fechado. Entendendo que o PPA era um instrumento de planejamento e conceito básico de planejamento,
1499 seria para que se diminuíssem os erros, evitassem os desperdícios e corrigir o que estivesse errado, o
1500 planejamento era fechado, ele era dinâmico aquele era o conceito básico então traria a PPA de volta.

1501 Destacou que todos deveriam entender o encaminhamento da Mesa, acreditava que o Conselheiro
1502 Ivonildo não teve a percepção ele próprio também não, ou talvez até tivesse se equivocado no momento
1503 da votação quando ele tentou demonstrar e fazer a fala o que era natural. Salientou que o conselheiro
1504 Ivonildo não tinha sido contra a aprovação, ele estava fazendo uma proposição de aprovar com ressalvas,
1505 tinha sido aquela a intenção que queria dizer anteriormente e a Mesa também não tivesse entendido o que
1506 era natural o que era natural dentro de um embate. A Senhora Secretária Geral ressaltou que a Mesa
1507 entendeu tanto que tinha sido bastante repetitiva, no encaminhamento e não poderiam desconsiderar as
1508 ações no momento de uma votação e muitas vezes até para que tentassem se sentir contemplado em outro
1509 conselheiro. Destacou que tentavam sempre ter uma lisura enquanto Mesa para conduzir os trabalhos e
1510 não tivessem aqueles tipos de pontuação de qualquer forma. O Conselheiro José Silvino Gonçalves
1511 solicitou questão de ordem para que a Mesa verificasse se havia quórum. A Senhora Secretária Geral
1512 verificou e respondeu que ainda havia quórum contendo 17 conselheiros no Pleno. O Conselheiro Marcos
1513 Antônio Almeida Sampaio parabenizou a condução da Mesa no processo, que tinha sido bastante
1514 didático, tivera uma compreensão muito simplificada do processo e tinha sido bastante salutar, a forma
1515 que a Senhora Secretária Geral tinha encaminhado e por isso parabenizou a mesma. A Senhora Secretária
1516 Geral agradeceu e respondeu que realmente tentavam para que os trabalhos acontecessem. Agradeceu
1517 também ao Senhor Joubert pela apresentação. Convidou o Senhor Luís Cláudio - Diretor Executivo do
1518 FESBA para que realizasse a APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Enviada
1519 para todos os conselheiros). O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio destacou que se há duas
1520 faltas anteriores, diziam que não tinham o fechamento dos indicadores, na outra não validavam as ações
1521 para os próximos quatro anos e automaticamente o processo da LOA encontrava-se prejudicado em
1522 definir ações para o ano, porque antes teriam que definir quais seriam as ações, dos quatro anos, e
1523 acreditava que estava totalmente prejudicado não só a discussão porque condizia com as ações e se
1524 fossem de fato modificadas como tinha sido o sentimento do CES, então automaticamente aquilo não iria
1525 condizer, com o que de fato iria retratar a realidade. Por isso sugeriu duas questões, ou entrariam em um
1526 debate infinito, de se tentar avaliar o que pudessem avaliar o que não fosse um retrato da realidade, ou
1527 teriam a alternativa de dar o encaminhamento de que não se fizesse a aquela avaliação e esperassem o
1528 PPA e os SISACTOS que eram as peças que eram importantes para dar elementos suficientes para que
1529 pudessem de fato definir uma LOA que também condizente com a programação do Estado da Bahia. O
1530 Conselheiro Francisco José Souza e Silva Colocou que apesar da importância da apresentação, o que
1531 Marcos havia falado, (corrigido para Cícero); está comprometida por conta a decisão que fora tomada
1532 anteriormente. Segundo o conselheiro se trata de uma apresentação que infelizmente perde o sentido
1533 quando o Conselho reprovou ali, pelo menos a forma como foi apresentada a questão do PPA, até
1534 compromete o que está colocado aí, porque se há necessidade de revisão e reavaliação do que foi
1535 apresentado enquanto PPA, talvez, em termo, mesmo que seja dos números, das possibilidades. Que algo
1536 tem que ser remanejado no que está apresentado e corre o risco de se colocar, a apresentação para
1537 aprovação, se já estão dizendo que o PPA precisa ser reavaliado e novamente apresentado, informou que
1538 era nesse sentido. Falou que para além disso, das avaliações que fizeram, gostaria de registrar isso, que
1539 apesar das explicações dada aí, acha tem preocupações sim; na forma como está apresentada, apesar do
1540 aumento do recurso, que é importante para questão da saúde e colocada ali a possibilidade de 1% (um por
1541 cento), para além dos 12% (doze por cento), mais que do desenho que estava feito ali, ainda assim, acha
1542 que não é mais ou menos isso o que o Conselho tem conversado. Que o Conselho passou todos esses anos
1543 debatendo justamente essa questão do quanto se investe em saúde, no modelo assistencialista e do quanto
1544 se reinveste pra questão do modelo prevencionista. E mais uma vez, apesar de já terem pontuado sobre o
1545 contexto da discussão, ao que está indicada pelos valores apresentados, a gestão vai continuar focando e
1546 agora com uma força maior, porque está aí questão da lei dos Consórcios da Saúde; a questão da
1547 assistência e o recurso provavelmente, maior volume de recurso vai ser gasto, justamente vai chegar à
1548 questão da assistência. Disse: o que necessariamente preocupa e preocupa muito, dada à construção e
1549 necessidade da reforma sanitária. Acha que essas observações aí, inclusive, pontuando para a questão da
1550 variação negativa na assistência farmacêutica, de 2015 para 2016, também negativa em mais de 50%, na
1551 gestão do Sistema Único de Saúde, bom se não tem avaliado bem o Sistema Único daqui da Bahia, dada
1552 essa nova gestão. E a proposta é reduzir. Como está colocada, mais de 53,51% a variação essa do que já
1553 foi em relação a 2015, então fica temeroso do ponto de vista, justamente a questão da gestão do Sistema
1554 Único do Estado da Bahia, E acha que isso deverá ser tecnicamente explicado e a questão dos recursos
1555 vinculados ao investimento da rede do Sistema Único de Saúde, que a variação é de menos que -74,11%,
1556 em relação ao exercício de 2015, que acha que também, para quem tem e quem verifica o quanto o SUS
1557 necessita de recursos no Estado da Bahia, você conseguir uma redução na questão do investimento de
1558 menos -74,11, acha que também, é uma coisa que também seria melhor avaliado. Agradeceu. O
1559 Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio pediu questão de ordem. Colocou que fez um
1560 encaminhamento para Pleno e que acha que não sabe se foi bem nítido. Falou que tinha duas pautas que

1561 são importantes. A Política Estadual para a redução da mortalidade pelo infarto agudo do miocárdio e
1562 também o rastreamento do câncer de mama, bem como a análise comparativa dos dados dos recursos
1563 financeiros e tal. Citou que a colocação que fez foi que podem até continuar no debate da LOA, a cerca
1564 do que foi apresentado. Mas que colocou uma proposta. Foi que devido ao comprometimento, esse
1565 Conselho já se posicionou contrário ao PPA. O Conselho também não validou o SISPACTO,
1566 automaticamente, podem entrar em uma discussão que vai ser produtiva, claro, porque toda discussão é
1567 produtiva. Mas que vão deixar de discutir duas outras pautas, e que talvez o Conselho precise deliberar e
1568 esteja numa discussão que teoricamente ela já nasceu de certa forma prejudicada, por conta do PPA não
1569 ter sido aprovado. Então, disse que, queria que colocassem para a apreciação do pleno, pela devolução da
1570 LOA e que pudessem dar continuidade à pauta e a compreensão dos conselheiros, porque esse debate vai
1571 ser importante mais, lá na frente porque agora é só uma questão de imposição. Secretária Geral Isadora
1572 Oliveira Maia, Pediu para que deixasse avaliar. Colocou para Marcos que deveriam tentar avaliar e ouvir
1573 a fala dos conselheiros. E que o prejuízo também da não observação da LOA nesse momento, faz com
1574 que em termo até de política estadual pública, controle social, trave tudo. Se não tem dinheiro, não tem
1575 política de controle, nem de PPA nenhuma. Já está na Assembleia e parece que em janeiro vai ser votada.
1576 Perguntou se alguém fez uma defesa contrária ao encaminhamento de Marcos. Como não houve, disse
1577 que o consenso talvez tenha algum dissenso. Talvez se colocasse um encaminhamento. Pediu calma e
1578 uma reunião extraordinária o mais rápido possível, para falar da LOA. Porque se não tem dinheiro não
1579 tem nada, não tem absolutamente nada. Está comprometido o PPA, pelo simples serem nove
1580 compromissos e que para justificá-los, tem os valores a serem recebidos. Mas também, não só a gestão
1581 como o estado todo, tanto usuários, quanto trabalhadores, precisam dessa definição do Conselho em
1582 relação à LOA. Ou estabelecem uma data agora, para a discussão se for o caso desse tipo de
1583 encaminhamento. Cássio pediu a fala. Em termo de mesa, sugeriu que fosse garantida a fala dos
1584 conselheiros, se alguém já tiver sido contemplado. O Conselheiro Cássio Garcia Reis . Propôs à senhora
1585 secretária geral Isadora Oliveira Maia, aproveitar que o Conselheiro Luís Cláudio Guimarães se
1586 encontrava ali, ele fez a apresentação, e o conselheiro acha, que mais pessoas têm dúvidas, sugeriu
1587 iniciarem o debate, depois que esgotarem esse debate. Falou que entende o que o Conselheiro Marcos
1588 Antônio estava trazendo. Que não podem perder a oportunidade, aprofundando a discussão. A
1589 Conselheira Stela Santos Souza. Falou que não dá para simplesmente apresentar, deixou, nem adianta
1590 apresentar então; só para dizer vai tirar e nem discutir, que se encontrava ali para discutir. Está aí um
1591 compromisso que também é emergência em saúde pública, onde todos estão preocupados e deveria ter o
1592 debate ali. Com relação à questão da microcefalia, falou que saiu correndo, que nem deu tempo para
1593 almoçar, que foi resolver isso e que ficou triste de ver que os Conselhos Municipais de Saúde aprovaram
1594 o SISPACTO e foram desmerecidos pelo Pleno. Porque não consegue entender que o controle social dos
1595 municípios seja inferior. Porque o que foi dado ali foi, foi o que foi aprovado no Conselho Municipal de
1596 Saúde e que foi aqui pelo Pleno reprovado. Quer saber como voltará para a sua cidade e dizer para o seu
1597 Conselho, que o Conselho Estadual reprovou. Se foi apresentado é para discutir sim. Não concorda que
1598 pare. Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio. Colocou que sobre haver uma ponderação. E que
1599 quando a pessoa pede a questão de ordem, não deve ter a pessoa que vai já analisar o pensamento da
1600 outra. Só quem pode fazer uma avaliação do julgamento do que pode ou não depois da sua fala. Disse que
1601 a sua questão de ordem era o seguinte: que como conselheiro tem direito de fazer encaminhamento ao
1602 pleno e que fez um encaminhamento ao Pleno e em nenhum momento fez uma análise ali de suspensão,
1603 só da discussão pela suspensão, a única coisa que disse foi que pediu dentro da questão de ordem a
1604 verificação do quórum, por que isso vai ser determinante, pelo seguinte: o que estava colocando era que
1605 tinham duas pautas de Política Estadual para a redução da mortalidade do enfarto agudo do miocárdio e
1606 que estavam ali com o rastreamento do câncer de mama, inclusive os impactos referentes às questões
1607 financeiras. Segundo o conselheiro não foi feita uma defesa pelo mesmo. Disse que colocou que no
1608 momento que houve a análise do PPA, o conselho determina, e a LOA é um recorte do PPA. No
1609 momento em que o conselho diz não. O PPA já fez ali, eu estou reprovando ela, automaticamente a LOA
1610 que é um recorte do PPA, fica comprometida. O que o conselheiro colocou como opção, é que ao invés de
1611 fazerem o debate, o que vai ser bom ali. E que, vão fazer o novo debate, quando o novo PPA e a nova
1612 LOA for entregue ali, irão fazer de novo o debate. Mas, se não houver o consenso, não vai e pediu a
1613 verificação nominal do quórum. Conselheiro Secretária Geral Isadora Oliveira Maia fez a verificação do
1614 quórum. Perguntou: tem quórum? tem dezessete? Ok. Quer nominal? Pronto. Perguntou se havia algum
1615 encaminhamento, questão de ordem, se havia algum conselheiro querendo falar. Analisou nominalmente,
1616 lendo a lista de presença. Ivonildo Dourado Bastos, Stela dos Santos Souza, Cícero Figueiredo Ribeiro,
1617 Maria Helena Nonato, Silvio Roberto dos Anjos, Eliane Araújo Simões, Edson, Maria Helena Machado
1618 Santa Cecília, Francisco José Souza e Silva, Lázaro Ribeiro de Souza, Jorge Geraldo de Jesus Rosário,
1619 Isadora Oliveira Maia, Líliam Fátima Barbosa Marinho, José Silvino Gonçalves dos Santos, Maria do
1620 Carmo Brito de Moraes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, irmã Geralda (Beatrix Kunz). O Conselheiro

1621 Cícero Figueiredo Ribeiro Colocou que na verdade, era justamente a preocupação legal. Porque não têm o
1622 PPA aprovado. Não tendo o PPA, como é que fica o projeto de Lei Orçamentária? Que o seu
1623 questionamento era o seguinte: não tendo orçamento, cai naquela 1/12 (um doze avos), para a realização?
1624 Então é um dos fatos. Outro ponto também é fazer um apelo à gestão, para que os conselheiros trabalhem
1625 a aprovação do PPA. Todos, tanto a gestão, quanto esse conselho tem que se debruçar agora sobre o PPA,
1626 de modo que cheguem a um consenso. Faz um apelo. Que vá pela via do entendimento, sem
1627 enfrentamento. Porque se forem irão ficar discutindo, discutindo, não irão evoluir. Por um ponto, é só
1628 questão de esclarecimento. Era mais na questão relacionada aos 1/12 avos (um doze avos), sobre o
1629 orçamento de 2015, Como é que vai funcionar? É sobre a questão do orçamento de 2016, se não houver
1630 aprovação do orçamento? perguntou se o projeto da lei orçamentária já foi enviado à Assembleia
1631 Legislativa, legalmente como é que vai ser feito isso, se a Assembleia aprovar esse orçamento? Disse que
1632 irão ficar num limbo Jurídico. Porque não houve aprovação do CES, mas houve aprovação da Assembleia
1633 Legislativa. Como é que vai ser a execução orçamentária disso? Se vai ser pela lei orçamentária ou por
1634 um doze avos? Que seu questionamento era só essa parte legal. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e
1635 Silva Colocou que cada vez, que vê determinada situação nesse conselho, fica imaginando e aí volta
1636 àquela coisa que fez anteriormente. Na verdade ali, quando estão tratando das questões, não é de embate
1637 de aprova ou não aprova. Que o que estão sempre colocando é a necessidade do respeito a esse conselho.
1638 Se reportou a Conselheira Stela, dizendo que no momento da rejeição do SISPACTO, infelizmente a
1639 mesma não estava ali, para ver a forma como o SISPACTO foi apresentado (e pra ver a forma de como
1640 SISPACTO foi apresentado), prejudicava muito os próprios municípios. Que aí, por isso, que fez. Que
1641 não estavam ali, apenas aprovando e reprovando. Falou que até se lembrava ainda o que disse para a
1642 Conselheira, aquela relação de óbito com vigilância, que não tem nada a ver aquilo ali. Disse achar um
1643 absurdo, um tipo de indicador daquela relação. Da mesma forma é que essa apresentação, não teve um
1644 questionamento técnico da LOA, é algo que sente, vem sendo repetida. Só muda ano a ano. Falou que
1645 iria repetir o mesmo discurso. Nunca, a gestão aceitou qualquer emenda com relação ao orçamento
1646 contido na LOA, porque sempre que questionaram a relação, e não é contrário que esse orçamento a
1647 relação do financiamento de média e alta complexidade com a questão da atenção básica; Disse que na
1648 verdade ela fica comprometida e volta à mesma pergunta que fez pela manhã. Votar o que, porque, e para
1649 que? Que é essa situação que se cria, por conta de não terem o processo que aprofunde a discussão. Falou
1650 para a Conselheira Stela que reconhece, sabe e conversa com o Conselheiro Delfino a preocupação dos
1651 conselheiros dos municípios. Então, quando investe esse montante de recurso, na média e alta
1652 complexidade falta na Atenção Básica. Falou que há necessidade e que a conselheira sabe muito bem, até
1653 mais do que ele, que ainda os municípios não resolveram as suas questões da atenção básica na área da
1654 vigilância. O recurso da vigilância é algo que eu não sei como se faz vigilância com aquele recurso. É
1655 nesse sentido, que questionam. E sempre há questionamento com relação a isso e não há retorno das
1656 opiniões que ali são colocadas. Tanto é que se repete. Há uma relação enorme, uma diferença enorme,
1657 entre as duas formas da atenção ao financiamento alta complexidade e atenção básica. Falou para a
1658 Conselheira Stela que não estavam ali, com a questão, aprova não aprova, por embate sem ter nenhuma
1659 preocupação. Que o que exigem, é que se haja um processo encaminhado, dizendo, não foi encaminhado
1660 isso e que haja retorno. Porque esse discurso que estava fazendo, já fiz outra vez e que a LOA que fora
1661 apresentada ali, já viu outras vezes. Agradeceu. A conselheira Maria do Carmo Britto de Moraes colocou
1662 que acha já foi contemplada na fala dos companheiros: Conselheiro Francisco José Souza e Silva e do
1663 Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva, falou também que é uma questão séria e uma das coisas
1664 que sempre batem em todas apresentações do financiamento, é a questão do recurso para a questão média
1665 e alta complexidade, que é bem maior com relação à Rede Básica. Falou que era preocupante e que
1666 observam, que tem até um item com a questão de segurança alimentar e nutricional, que é uma coisa que
1667 ninguém valoriza, a questão da segurança alimentar e nutricional, é atenção básica. Que não analisam e
1668 tem chamado atenção, a questão do agrotóxico que também se analisar, se preocupar e analisar também é
1669 prevenção. Falou que vem duas pautas aí, que estão ligadas à questão do enfarto do miocárdio e ao
1670 câncer. Falou que mora em Salvador, mas tem o seu município e se preocupa com isso, disse que estão
1671 vendo que o número de pessoas que adoecem por ano em relação ao câncer e o número de casos que tem
1672 aqui em Salvador, que tem o tratamento fora de domicílio é imensa a quantidade. Falou que não estão
1673 preocupados com prevenção. Colocou que quando se investe um mundo de dinheiro, na alta e média
1674 complexidade, quando criaram as policlínicas, como todo mundo está querendo, que a questão dos
1675 Consórcios, vai investir o dinheiro em doença. Falou também que estão igual àquela história, onde
1676 querem salvar as crianças que estão se afogando e não procuram saber o que está provocando o
1677 afogamento dessas crianças. Disse que é preciso que passem a analisar a importância da educação,
1678 sabendo que a questão da nutrição, a quantidade e a qualidade é importante, mas que está vendo as
1679 pessoas obesas, o número imenso de diabéticos, o número imenso de uma série de coisas, que não estão
1680 atentando para isso. Que estão investindo no tratamento, talvez não tendo nem resultado. Falou que tem

1681 que investir na educação. Quando chega em Paramirim, vai ao Sindicato Rural, e já pediu que se faça um
1682 levantamento, ver a quantidade de trabalhadores que tem ali, ver a questão do adoecimento, onde é que
1683 moram, a idade, quem trabalha, qual agrotóxico que utilizam. Para ver se consegue no mínimo diminuir
1684 talvez, o recurso implantado na questão da alta complexidade. E pelo menos o outro defende a educação,
1685 talvez o recurso seja muito menor. Disse que tem ai os garimpos clandestinos, que estão contaminando os
1686 rios e que é muito importante e que tem que ver isso. É preciso atenção à educação, consciência,
1687 sensibilidade e responsabilidade dos conselheiros também. Agradeceu. O conselheiro Cícero Figueiredo
1688 Ribeiro colocou que o que se vê é a questão do financiamento a dualidade da saúde básica e o
1689 investimento na média e alta complexidade. Falou que na verdade o investimento na saúde básica, não vai
1690 reduzir o gasto da média e alta complexidade. Porque a nossa população está envelhecendo. A qualidade
1691 de vida da nossa população melhorou e estão vivendo mais. Falou também que vão ter mais diabetes,
1692 mais hipertensos, mais doenças degenerativas. Mas que o problema fundamental da saúde é o sub-
1693 financiamento. Falou que tem que resolver quais são as fontes de financiamentos. Que a questão é o
1694 seguinte: tem que se aumentar os gastos com saúde básica, mas tem que se aumentar também, com a
1695 média e alta complexidade; senão a população está desassistida. Secretária Geral Isadora Oliveira
1696 Maia Colocou que iria falar enquanto CES, Os Conselheiros Estaduais têm a Comissão de Orçamento e
1697 Finanças. Que ela deveria se debruçar, até para poder ajudar e estar perto da gestão. Porque tem cinquenta
1698 pontos de pauta, para poder serem discutidos no Conselho e que tem também prazos. Tanto da gestão,
1699 como também o pedido dos usuários para que tenham os seus pontos de pauta a serem definidos. Que está
1700 tentando fazer uma ponderação relacionada à LOA, sabendo também, que vai está sobre o Estado, o
1701 problema do PPA, porque se discute mais o orçamento com base no PPA, porque se tiver que aumentar o
1702 número de compromissos, se for o caso, tentaria aumentar ou alocar ou relocar recursos. Mas a
1703 responsabilidade que a Gestão também tem e que a Comissão tem e que o FESBA tem; não é nada muito
1704 simples. E também sabem que por ser Política Estadual de Saúde, obrigatoriamente ela passa pelo
1705 Conselho para aprovação ou não, fica sobre Estado, relativamente esse momento, por causa do PPA.
1706 Mas, temos que entender também que a Comissão de Orçamento e Finanças do próprio Conselho não fez
1707 o seu trabalho de casa para poder ajudar a construir. E chegam num momento desse no mês de dezembro,
1708 sem dinheiro. Porque não haverá dinheiro, vão ter que cair naquele um doze avos. Como é que faz a
1709 Assembleia Legislativa aprovar sem passar pelo Conselho, ela corre um grande risco. Tanto os deputados
1710 que aprovaram, quanto o próprio Governador e o Secretário. Porque na política tem que está aprovado
1711 porque está na legislação. A Lei Complementar 141 é que rege. As outras que for, educação que for,
1712 seus planos anuais, é outra história. Mas aqui é o instrumento deliberativo. A Conselheira disse que tem
1713 que se fazer um exercício também, de retornar alguns conceitos, a algumas coisas, para que realmente se
1714 conclua e avance. Disse que ao terminar a fala dos Conselheiros, tem alguns encaminhamentos. Já que se
1715 imagina que está sobre Estado o problema do PPA. Mas a LOA é urgência. Mais do que urgência é
1716 emergência. Porque se não, não vai ter dinheiro para ninguém. E vai se discutir ah!!! ah!!! Mas acontece
1717 que o Conselho também tem uma comissão. O Conselho tem várias Comissões que são justamente para
1718 ajudar e que são permanentes. São Comissões que obrigatoriamente elas deveriam estar construindo e que
1719 não tem que ao final do ano, não fazer o dever de casa. Então temos que pensar enquanto Conselho. O
1720 conselheiro Raul Moreira Molina Barrios Pediu desculpas pelo atraso. Falou que estava vindo do seu
1721 município, que o Governador acabou de sair de lá, porque acabou de inaugurar a Unidade de Saúde da
1722 Família, e algumas outras coisas mais. Colocou que, o que queria dizer era o seguinte: o que está
1723 acontecendo, é que estão fazendo superposição das coisas: qual é o respeito que tem que ter com esse
1724 Conselho? E que aí, concorda com o conselheiro Francisco em gênero, número e grau. Não é privilégio
1725 desse ano, terem visto uma LOA que vem desse jeito. Disse que é uma briga antiga e que colocam a
1726 algum tempo, desse tipo de planejamento que se coloca aí. Que há algum tempo colocaram isso, problema
1727 de promoção, que há muito tempo vem batendo dentro disso. Concorda plenamente a respeito disso.
1728 Disse que estão vivendo um momento que é o pior momento da saúde pública Brasileira. Falou que nem
1729 tem financiamento para fechar o ano. E aí não vem média complexidade, nem vem atenção básica, e que
1730 quando os conselheiros falam que é vergonhoso, quando falam no bloco de vigilância. Que é vergonhoso.
1731 Já colocaram isso mil vezes e que nunca foram ouvidos. Com respeito a isso nunca houve prioridade em
1732 se fazer promoção e prevenção, de lá para cá. Que tem que tem que vir de cima para baixo. E que quando
1733 se coloca para os conselheiros o SISPACTO, e que tem alguns militantes que participaram juntos com os
1734 conselheiros, nisso. Disse que quando vão ali, é fazer o lastro. Isso aqui é possível, isso é impossível; e
1735 não podem assinar. Que assinam muitas vezes, com valores que sabem que não chega a cumprir. Disse
1736 que é ridículo ter que saírem procurando óbito para poderem justificar. Que é ridículo isso. E aí Perguntou
1737 o seguinte: cadê o dinheiro que saiu para a atenção básica de 2013 para 2014? Colocou que receberam só
1738 11 (onze) parceiros. Receberam e outros não buscaram parceiros. Que o ano passado não receberam MAC
1739 e que foi dividido em dois meses, portanto, não tem orçamento para esse ano. Disse que concorda que o
1740 Conselho tem que fazer a sua parte. Atenção para isso. Se não conseguirem aprovar o SISPACTO aqui,

1741 não recorrer ao Conselho Nacional para explicar o porquê. Mas acha que tem que ter solidariedade nisso.
1742 Aquilo que é possível fazer entre eles, tem que fazer, sem passar a mão pela cabeça. Na gestão estadual
1743 ou no governo federal, de quem quer que seja, nem para os municípios. Não dá para fazer esse tipo de
1744 jogo. Agora, claramente o COSEMS, se não conseguir assinar o SISPACTO aprovar, ou em aditivo, vão
1745 para as instâncias que são necessárias ser posto. O Conselheiro Francisco José Souza e Silva Colocou
1746 que é bom ficarem atentos às questões ali colocadas, porque é assim, a função legislativa é uma, a função
1747 do Conselho é outra. E quem está pecando não é o Conselho, é o governo do Estado da Bahia. Falou que
1748 isso tem que ficar claro. Que é preciso tirar esse negócio de estar culpando o Conselho do que está
1749 acontecendo de ruim na política de saúde no Estado da Bahia. Quem encaminhou o projeto de lei para
1750 acabar com as DIRES, sem discussão prévia, foi o Governo do Estado, que não deveria. Quem
1751 encaminhou o projeto de Consórcio de Saúde, que tinha que vir aqui antes, para aprovar lá primeiro, foi o
1752 governo do Estado. Que LDO, LOA e PPA é função deles lá, discutir e aprovar. Que a aprovação no
1753 Conselho é simbólica e politicamente recebe e dá o parecer. E que é isso que estão fazendo. Colocou que
1754 não reclame do Conselho atitudes agora, se quem tomou atitudes equivocadas anteriormente foi o
1755 Governo do Estado da Bahia. Que isso tem que ficar claro. E tem que parar de ficar culpando e tachando
1756 conselheiro de perseguidor de governador. Isso não existe e tem que parar aqui. É bom que fique claro
1757 isso, e que o governo reveja as suas posições de respeito a esse espaço de controle social. Chega. Falou
1758 que querem e precisam acabar o ano na paz e o governo não tem sinalizado para isso. Por favor, a
1759 Assembleia Legislativa que resolva, se há problema a resolver e garanta, porque ela tem poder para isso.
1760 O recurso necessário para tocar a discussão de saúde ali. Mas é para avisar sim, quando chegarem, com
1761 discussão de plano de saúde, aí sim. Aí o Conselho de Saúde, vai dizer ao governo o que precisa ser dito
1762 se as providências não foram tomadas. José Silvino Gonçalves dos Santos Colocou para o conselheiro
1763 Luís Cláudio que quando o mesmo fala sobre uma Saúde mais próxima das pessoas, o desmonte da
1764 secretaria das DIRES, aí vem com uma proposta de que uma saúde mais perto das pessoas estão pensando
1765 em 417 municípios. Não só na capital. Aí fica se perguntando como é que com esse desmonte das DIRES
1766 e das outras estruturas de saúde, “vocês” vão dar conta de chegar mais perto das pessoas que precisam.
1767 Será que é entregando à iniciativa privada, será que é privatizando o SUS, será que é dessa forma que vai?
1768 E outra questão é o Conselho Estadual não tem disputa com os Conselhos Municipais. Não é isso.
1769 Quando Chico traz esta questão está totalmente correto. Que não estão ali para legitimar, só dizer que
1770 aprova ou não. Disse que estão ali para fazer uma discussão profunda e os municípios como espaço de
1771 controle, de GT, não tem feito a sua parte. Tem o exemplo que a irmã trouxe pela manhã onde 14
1772 municípios, tem presídio e somente três participaram da reunião onde queriam fazer a discussão. Disse
1773 que essa questão de trazer o município como coitadinho, também não é verdade. E o que precisava de fato
1774 é entender melhor e saber se vão dar conta de chegar mais próximo das pessoas, principalmente à
1775 população idosa, que segundo o conselheiro está tão distante, como Chico colocou, a população idosa tem
1776 aumentado. Não só na capital e em todo canto da Bahia e do Brasil. Onde tem uma estrutura para a pessoa
1777 idosa é só aqui em Salvador minimizada. E assim, as pessoas que moram a distância de dois dias de
1778 viagem para ser assistida aqui, e às vezes não tem como se deslocar. Que tem o lado da HUPES Stela. O
1779 hospital guia que está aguardando continuidade à obra há mais de dois anos. Dinheiro investido do Estado
1780 que está parado lá e poderia estar a serviço da comunidade, a serviço de para atender as pessoas e está lá
1781 irmã Geralda há mais de dois anos sem atender as pessoas. Foi investido dinheiro naquela estrutura e está
1782 parada sem inaugurar. Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio Pediu questão de ordem. Colocou
1783 que o primeiro encaminhamento é um esclarecimento. Falou que não pode aceitar é na fala de Joana
1784 Molesine pela manhã recorda muito, ela bem disse que o maior problema que o município passa, não dá
1785 córum e que nem tudo que os municípios conseguiram era um problema e aí chega agora nesse momento
1786 colocam lá, os municípios veem a maldade do Conselho Estadual contra os municípios. Foi colocado
1787 aqui a grande fragilidade que é discutir. O conselheiro falou que seu encaminhamento é que estão caindo
1788 numa mesma definição que as outras duas matéria tiveram aqui, por falta da sensibilidade até da própria
1789 gestão em muitas das vezes compreender o “time” da discussão do processo. Falou todos os conselheiros
1790 estão colocando em diversos momentos que a matéria está comprometida e segundo o conselheiro, o
1791 mesmo já viu chamar uma extraordinária, porque o secretário foi para a Europa e não podia naquele dia,
1792 já viu chamar uma extraordinária também porque coincidia a reunião do conselho com a reunião do
1793 CONASEMES, porque a pessoa do Ceará não poderia comparecer no dia seguinte, ou por motivo
1794 nenhum, tão somente porque alguém achou que deveria chamar extraordinária naquele dia. Sugeriu que
1795 fizessem um esforço, uma consulta, ao invés de depender da situação ou não da LOA. Porque com a
1796 visualização do cenário que se mostrava, vão cair no mesmo desfecho e que pode ser muito mais
1797 prejudicial do que devolverem e saírem com o compromisso da extraordinária. Até na casa legislativa se
1798 procede dessa maneira, quando o orçamento não é aprovado não tem recesso para que o orçamento seja
1799 avaliado. Que pode avaliar sim, o que não podem fechar se reportou à Conselheira Isadora, é que seu
1800 encaminhamento é no sentido de que se faça a devolução da LOA, com o compromisso de marcar uma

1801 reunião extraordinária já: com a produção daquilo que pode ser incorporado no PPA. Falou que não existe
1802 segredo para o PPA. O que precisa colocar no PPA e o que precisa assegurar são as propostas que foram
1803 colocadas na Conferência, de que forma vão incorporar, até ver se já existe algum incorporado. A
1804 conselheira Stela Santos Souza se pronunciou perguntando: Primeiro quem é a comissão? Porque se
1805 alguém se candidata a ser comissão, tem que trabalhar. Colocou que já está acabando o mês e vão ter
1806 problemas do conselho, que é nosso, porque se existe uma comissão, já teria que ter trabalhado e trazido
1807 hoje um parecer para os conselheiros. Convocou a chamar duro para isso o que não dá é para entrar o mês
1808 e já está aí com um doze avos lá para fevereiro ou março. Enquanto isso os municípios vão ficar como?
1809 Sobre a Vigilância, disse que tem um recurso chamado PVVS (Piso Variável de Vigilância em
1810 Saúde), que todo final de ano vem os Estados e Municípios para ajudar nas ações de combate do Aedes
1811 Aegypti. Esse dinheiro (recurso) vem todo final de ano para os Estados e Municípios com a finalidade
1812 de ajudar no combate do Aedes Aegypti. Sabe o que fizeram? Ninguém aqui vai dizer que eu sou contra
1813 a Mariana e as Olimpíadas. Na reunião de diretoria do CENASEMES, no mês passado, foram contra
1814 porque o INSS pegou esse dinheiro dizendo que mandaria para os municípios e vai mandar para Mariana
1815 e para a Olimpíada. O que os conselheiros têm a ver com isso? Existe na casa civil o recurso para
1816 desastre e retiraram o dinheiro de vigilância. Os Conselheiros podiam fazer uma moção de repúdio, contra
1817 o Ministério da Saúde por ter feito isso, porque é que é roubo, tirou o dinheiro dos municípios e dos
1818 Estados. Porque briga e comigo mesma, eles ficam com raiva de mim e aí queria falar sobre o
1819 SISPACTO. O que foi apresentado foi o não alcançado. Não fora apresentado aquele que superou as
1820 expectativas, queria uma oportunidade, para mostrar o que foi superado foi muito além com o pouco
1821 dinheiro ano sem recurso, os municípios todos falido, caiu tudo. O Ministério da Saúde fez o pagamento
1822 de agente comunitário de setembro, agora em outubro. E o município já pagou os agentes comunitários
1823 em setembro e em outubro, pagou tudo, e isso ninguém está vendo. Não fiquem falando de município
1824 não, porque, disse: “eu sou uma gestora municipal de verdade, de fato e de direito”. Falou que precisam
1825 ser olhados por todos os ângulos. Encaminhou uma sugestão para que seja formada uma comissão
1826 imediata, com objetivo de avaliarem, PPA, LOA e tudo de uma vez. Dar uma semana de prazo para
1827 retornar e para que possam avaliar e fazer uma extraordinária se não, não dá tempo. O Conselheiro
1828 Francisco José Souza e Silva Colocou que o Conselho é deliberativo, que foram tomadas decisões ali e
1829 que não é assim. Falou que enquanto conselheiro e bem como os outros Conselheiros não estão à
1830 disposição não. Porque as coisas não se resolvem dessa forma. O que fora apresentado foi papel da gestão
1831 apresentar. Advertiu para não macularem o resultado da decisão do Conselho, por conta de erro talvez da
1832 apresentação da gestão. Colocou que o conselho estava ali para se posicionar, e essa questão de
1833 orçamento e finança, é por conta da comissão em finanças do CES e só vai reunir e tomar decisão em
1834 cima de orçamento e finança, o que disser respeito e interessa ao CES. Voltou a dizer, LOA, LDO e PPA
1835 é de responsabilidade do executivo apresentar, do legislativo avaliar e aprovar ou não. Que as questões
1836 de saúde são trazidas ao CES, para referendar ou não. Só e mais nada. A primeira situação é essa, que
1837 existe uma comissão tai o relatório, gestão, a prestação de contas do exercício de 2015, e vai ser trabalho
1838 da comissão avaliar, antes de vir para o conselho. Mais outras questões não são assim. O conselheiro
1839 Luís Cláudio Guimarães Fez uma ponderação para os conselheiros, colocando que estava à disposição do
1840 FESBA, para tecnicamente sentar com o conselho como um todo. Orçamento é um instrumento de gestão
1841 diúnico. A qualquer momento ele pode ser remanejado. Ainda que tenham a discussão do PPA sendo
1842 feita; Marcos colocou aqui a questão da sua preocupação, mas que, isso não impede de fazerem ajustes na
1843 LOA, durante o exercício. Seja em janeiro, fevereiro ou dezembro, a todo momento pode fazer o
1844 remanejamento da peça orçamentária. Falou que queria deixar para os conselheiros a questão do FESBA,
1845 estão abertos a estar discutindo com os conselheiros essas necessidades, naturalmente, são questões
1846 técnicas. Falou que precisam interagir discutir no Conselho com as áreas nossas quem tem competência a
1847 discutir por exemplo, com a base de saúde. Que quando falam muitas vezes que o orçamento é repetitivo,
1848 não que seja repetitivo é que algumas receitas do orçamento são vinculadas. Ninguém vai mexer, por
1849 exemplo, com recurso disponível para a folha de pagamento, ele está lá, é um “bimeio” e está registrado,
1850 um terço do orçamento já está vinculado à folha. Quando houver operação de crédito em banco, seja ele
1851 no Bird ou banco do Brasil, ele é bem definido para investimento. Saliu que vão está locando
1852 conforme a fonte capitada no período. Quando o SUS manda recurso mensalmente, para custeio ou para
1853 investimento ele vai dizer lá; a vigilância tem X por cento, aqui para investimento com a redução de
1854 questões sanitárias, vamos ter aqui investimento para os credenciados, que é tudo bem definido e que base
1855 de remanejamento é muito restrita. Agora o que fica pra os conselheiros e que é importante, é que o
1856 compromisso de governo de expansão orçamentária, e pra esse momento é fundamental para ter a
1857 condição de estipular e definir ações, que levem a um resultado melhor, na gestão nossa, pela saúde. Os
1858 demais pontos de discussão aqui de unidade que foram fechadas, aí não compete porque já é uma
1859 discussão em outros parâmetros. Se coloca à disposição para colocarem a data e definir quando dar
1860 prosseguimento. O conselheiro Raul Moreira Molina Barrios Colocou que seu esclarecimento é uma

1861 questão de ordem levantada pelo conselheiro Francisco. Falou que concorda com o mesmo e que não está
1862 colocando aqui o Conselho como responsável porque sabem as prerrogativas dele. A Assembleia
1863 Legislativa foi eleita para isso e vai fazer o seu papel. Agora o referendo do pleno, por respeito, tem que
1864 passar por esse conselho que colocaram isso e que tem plena consciência disso. Falou que está colocando
1865 e precisam discutir. Por isso que o Conselho está capacitado para participar disso. Oh, pelo amor de Deus.
1866 Se não, não vão fazer planos de saúde municipal, regional, estadual, não vão fazer nenhum. Agora é tipo
1867 de coisa, “disse”. Com aquilo apresentado, aquilo que foi feito, e que foi possível ser feito pelos
1868 municípios, com o orçamento que está aí, vão brigar por isso. Foi o encaminhamento que fizeram.
1869 Independente da briga pessoal que as pessoas querem colocar por aí. Falou que não iriam ficar entre o
1870 mar e o rochedo. Que já disse isso. Não vão ficar. Problema do estado resolver seus problemas de seu
1871 filhos no pé que eles estão. Falou que vão fazer a obrigação enquanto município. Senhora Secretária
1872 Geral Isadora Oliveira Maia, Perguntou à senhora Rosa se tinha alguma ponderação. Disse que queria
1873 agradecer. Agora vamos fazer os encaminhamentos. Falou que iria repetir o encaminhamento do
1874 conselheiro Marcos pelo simples motivo de até o horário de reunião. Porque por exemplo: tem outros
1875 encaminhamentos. Se for discutir o encaminhamento do Marcos em deixar a LOA como apresentação
1876 nesse momento, para aprovação ou não em outro momento. Por causa da LOA estar sobre estada, devido
1877 ao PPA. Mas para que isso aconteça precisam também, discutir o PPA, porque não adianta lá na frente ter
1878 uma extraordinária só para a LOA se não se reformulou o PPA porque vai dar no mesmo. É questão de
1879 que incluir os temas da Conferência, no PPA e ajustar, para que o FES/BA faça a adequação. E para fazer
1880 isso, tem que definir prazo e observar a agenda do próprio Conselho. É esse encaminhamento conselheiro
1881 Marcos? Tem outro encaminhamento? O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio defendeu que
1882 podem sim, em seu entendimento, fazer uma discussão antes do findar do ano, da discussão da LOA.
1883 Sugeriu a devolução à Secretaria Estadual da Saúde, da peça que se chama LOA, daí automaticamente,
1884 estão remetendo à secretaria, que a peça que foi entregue para o Conselho, ela precisa ser discutida. Que
1885 aí são duas peças diferentes. Está dizendo que precisa de ajustes. O que abre a possibilidade do Conselho
1886 não ter aqui um julgamento de se aprova ou não, e a partir daí sim, ter entendimento de qual é a LOA que
1887 vai colocar. Se o PPA, embora ele vai ter que ser trabalhado. Mas, se dentro do percurso houver um
1888 entendimento de que os compromissos das propostas da conferência serem discutidas para dentro do PPA.
1889 Abre a possibilidade de fazerem uma discussão da LOA em separado. Pode ser até dia 18. Falou que a
1890 própria Coordenação Executiva, poderia abrir uma data aí, para discutirem a LOA. O conselheiro Raul
1891 Moreira Molina Barrios Falou que até queria entendia o que o Conselheiro Marcos estava colocando. Mas
1892 que se tem uma comissão que deveria trazer um relatório paralelo a isso, ela deveria, até discordando com
1893 aquilo que estaria aqui; aí sim, caberia fazerem isso. Disse que está concordando com o Conselheiro
1894 Silvio. Se a comissão não se debruça, não fez o papel que deveria ser feito, os deixa numa situação difícil.
1895 “Ou nós derrubamos” a comissão e essa comissão trabalha e traz a crítica, ai sim! Aí volta para o
1896 Conselho. Disse que não podem aqui, passar por cima de uma comissão, que ainda está em vigorando.
1897 Está valendo. Disse que era o tipo de coisa. Perguntou se não era ela que deveria ter trazido? Se não era
1898 ela, se não funciona tem que tirar. Não dá para ser discutida abertamente sem que haja um parecer da
1899 comissão. A Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia, colocou que tem que ser taxativos e que o
1900 encaminhamento do Conselheiro Marcos, tem que observar o horário. Tem que ver quantos dias, quando
1901 vai ser a reunião, e o comprometimento de quem está aqui e outra coisa, tem que ver quem vai reunir,
1902 como vai ser reunido e que entendeu, agora como tinha falado o PPA e orçamentos vão ser incluídos. O
1903 valor não vai ser modificado por que mais dinheiro não vai ter. Só vão readequar, realocar e reapresentar.
1904 Só que o tema aqui é o seguinte: o PPA tem várias ações que não foram contempladas e não foram
1905 aprovadas por esse pleno, consequentemente, a LOA não tem por que. Porque o orçamento da LOA está
1906 naquelas nove ações. Esclarecimento e mais um e outra coisa e teremos um encaminhamento para
1907 encerrar esse ponto. O conselheiro Sílvio Roberto se dirigiu ao conselheiro Marcos pedindo para ver se
1908 chegam a um consenso, procurou por Stela. Disse que era para tentar clarear e ver se chegam a um
1909 consenso. Disse que estava conversando com a Conselheira Stela e com o Conselheiro Molina, que era
1910 para não criar um conflito como se fosse Estado/Município, até porque o Estado é composto pelos
1911 Municípios. Não há uma diferenciação porque não existiria Estado se não houvesse município. A
1912 conformação territorial é essa, os municípios compõe o Estado. Então, veja Marcos, se a gente consegue
1913 Stela, é algo que podem avaliar até para ter essa possibilidade, que estamos criticando o que está
1914 apresentado. Nós estamos sugerindo, questionando, dizendo e afirmando que nós devemos intervir.
1915 Criticamos a gestão, por não ter dado oportunidade de nós não termos a oportunidade de nós
1916 contribuirmos dentro desse processo. Veja bem, disse: Disse que analisam o que estavam querendo, (a
1917 conselheira estela não está aqui) e sugeriu que elessem uma comissão porque ainda tem quórum, e esse
1918 quórum tem possibilidade para isso porque ainda está dando quórum, podemos fazer isso, marcar uma
1919 data na semana seguinte, e que logo após fariam uma reunião extraordinária com qualquer quórum, e
1920 apresentariam essas modificações, se vocês entendem que isso é pertinente. Até porque, para não

1921 prejudicar mais ainda os municípios. Porque os municípios, eles são os maiores prejudicados pela má
1922 atuação, da gestão da administração pública, que é quem está lá na ponta e que exerce as funções da
1923 administração municipal. Podemos pensar nisso. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia colocou que
1924 deixasse só imaginar isso, falou: deixa só eu fazer um contraponto. Esse é um ponto que o próprio
1925 conselho buscou e temos que achar uma solução aqui. Mas tirar uma comissão, em que também você
1926 tenha, tem que ter quórum do Conselho mesmo, tem que ter uma reunião extraordinária com todo mundo,
1927 porque nós avaliamos e estamos agora não conseguindo a determinada solução imediata. Um
1928 encaminhamento, mais um encaminhamento pontual para que tentemos fechar. É o seguinte o PPA não
1929 foi aprovado. A LOA tem que caminhar junto não é isso? Então tem que ter um tempo hábil para
1930 contemplar as duas coisas para quando vier apresentar. Disse que gostaria de saber e complementando a
1931 pergunta do conselheiro Cícero, se alguém tem como responder com mais precisão o prejuízo da LOA
1932 não ser aprovada, nem analisada no CES, nessa nossa reunião, se precisar ir até o final do ano, pode ser
1933 no início de janeiro. Se alguém tiver a resposta, se não irão fazer os encaminhamentos e ajudar e ajustar
1934 para finalizar e passar e anunciou que o conselheiro Ivonildo teria um encaminhamento. O conselheiro
1935 Ivonildo Dourado Bastos colocou que na verdade o seu encaminhamento “comunga” com o
1936 encaminhamento de Marcos, no sentido de viabilizarem. Informou ao conselheiro Silvio que dia 17 não
1937 seria possível, porque tem a reunião da CIB. Disse que a discussão com o Conselheiro Marcos seria dia
1938 18. Que é óbvio que a discussão retoma aquela questão dos ajustes. Falou que a gestão está prontificada a
1939 fazer os ajustes do PPA, ao longo do ano, que isso é possível, que tenha sido discutido até com a
1940 SEPLAN, no conselho, e que futuramente, é o próprio relatório da Conferência de Saúde. Porque precisa
1941 ainda ser apreciado no pleno do Conselho para ser validado. Então de imediato essas propostas, não
1942 teriam as comissões. Mas a gestão, assim que validadas, vai sentari de forma permanente para os ajustes.
1943 É cumprir o papel do Conselho Estadual da Saúde. Propôs que se debrucem e retomem essa discussão,
1944 casando PPA e LOA e se for o caso, até dia 18 o SISPACTO, para rematarem essa discussão, sem
1945 prejuízo da gestão da saúde no Estado da Bahia. Sra Secretária Geral Isadora Oliveira Maia falou que
1946 entende. Mas que sobre esse ponto, vem falando que para que a LOA, o PPA seja contemplado, tem que
1947 ter a inclusão dos pontos da Conferência Estadual de Saúde, que se ainda não passou pelo CES para ser
1948 aprovada, vai ficar mais uma vez prejudicada essa discussão. Falou que tem que dar alguma solução, que
1949 talvez solução imediatista venha comprometer a tudo e a todos. Falou das data que tinham. Nós temos
1950 uma data para o dia 18, temos uma data para o dia 21, temos uma data para o dia 14 de janeiro que vai
1951 retirar, vai ser dia 12 ou 13 por causa da festa do Bomfim, que parece que as pessoas tem compromissos,
1952 vêm de outros municípios. O conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio Se dirigiu à Senhora
1953 Secretária Geral Isadora dizendo que não podem estar discutindo duas peças que são diferentes. Uma
1954 peça é o PPA que para os quatro anos e que começa a valer a partir de 2016, no próximo ano. A outra é a
1955 LOA que precisam fazer a discussão para que a partir do dia 1º de janeiro ela possa já está autorizada
1956 dentro daquilo em apreciação à LOA. Falou que não precisam tirar uma comissão, e que a secretaria
1957 trouxe uma peça chamada LOA, dentro daquilo que ela imaginava que seria e dentro daquele PPA, para o
1958 próximo ano. O que cabe a gente aqui fazer, é aceitar aquelas propostas que estão colocando, ou fazer a
1959 devolutiva da peça, para que a peça sofra ajustes. Que não precisam tirar uma comissão, para discutir lá
1960 dentro quais são os ajustes que a gestão vai apresentar e que disse aqui a todo tempo, se os conselheiros
1961 quiserem estabelecer um prazo para o CES através dos Conselheiros possam marcar uma reunião, para
1962 essa nova peça, dentro desse período de tempo. Falou que significa que se caso junto ao CES, houver um
1963 compromisso para essa proposta que foram emanadas da Conferência, que todas essas discussões que
1964 houve aqui, de fato vai dar a garantia de que estarão contemplada no PPA, isso dá para nós a
1965 possibilidade de discutirem uma LOA, e implementar as nossas propostas. Porque a LOA vai refletir
1966 aquilo que está dentro do compromisso do que vai ser o PPA. Que em seu entendimento uma coisa não
1967 está descolada da outra. Agora o que o que precisam fazer é como já foi dito. Devolver a peça para que vá
1968 para ajustes, estabelecer esses compromissos que colocaram ali como importantes, estabelecer uma
1969 reunião para que possam fazer uma discussão. Falou que o grande problema é esse: que dia vai ser essa
1970 reunião? Agora uma comissão, mais uma comissão? Foi taxativo em dizer que o CES está lá no
1971 calabouço da SESAB, dividindo um porão, que era o auditório, onde não tem condições nem de abrigar
1972 nossos funcionários, imagine a comissão para ir lá, reunir lá, fazer o que, discutir o que, como? Sem
1973 nenhum tipo de infraestrutura. Falou que os trabalhadores do CES não estão bem acomodados, imagine
1974 ainda as comissões. Disse: a gente fica aqui cobrando qualquer coisa. Que os conselheiros ficam cobrando
1975 que as comissões não estão funcionando. Quais são as condições que estão sendo dadas a essas
1976 comissões? E que elas não têm como funcionar. E os conselheiros não tem como cobrar aquilo que não
1977 tem sido dado. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Colocou que tem encaminhamento do
1978 conselheiro Marcos com o tema LOA. Em relação à LOA, a proposta seria: a LOA já foi apresentada,
1979 mas para aprovação, teremos uma reunião extraordinária. Pode ser no dia 21 em um turno só, porque
1980 também temos que imaginar que tem conselheiros que vem. Que só seria essa pauta para a aprovação.

1981 Mas durante essa semana que vai chegar estaremos construindo, e os pontos que foram discutidos aqui, a
1982 tentativa de ajustes. Perguntou se era isso mesmo, vamos para o regime de votação. Pediu para chamar o
1983 pessoal lá fora, porque já não tinha quórum. Por favor, conselheiros aí da minha esquerda, 21, fica muito
1984 curto porque já estamos no dia 10, nós temos que ver e ouvir. Não. Alencar todas as propostas da
1985 Conferência, já são outras coisas. Já é outro encaminhamento. Pediu por favor. As discussões que foram
1986 propostas aqui em relação à LOA. Dia 16 é uma quarta-feira, hoje já é uma quinta, certo. Mas olha só,
1987 eles terão que fazer uma construção, vão pegar essa gravação, imagina que seja o trabalho deles. Mas
1988 acontece que se tiver qualquer falha, a gente também se compromete. Disse que no caso também não tem
1989 datas com tanta facilidade aqui. Falou que tem espaços a serem requeridos. Todos os conselheiros terão
1990 que virem para aprovar a LOA. Porque eles vão fazer esses ajustes que foram pontuados aqui. Só uma
1991 manhã ou uma tarde, certo sobre a Zica. Perguntou se poderia ser no dia 21. E pediu para os Conselheiros
1992 responderem sim ou não. Pronto. 21 é uma segunda-feira, no período da tarde? Pronto. Então o
1993 encaminhamento que temos à mesa e para votação é o seguinte: a apresentação da LOA, em vez de ter
1994 tido aprovação ou não, houve uma apresentação, terão os ajustes necessários decididos aqui no Conselho
1995 Estadual. É um horário só gente. À tarde dia 21, às 14:00h, em algum espaço iremos dizer. Pediu a
1996 atenção dos conselheiros para depois não ter que repetir. O encaminhamento do Marcos não foi esse. O
1997 encaminhamento do Marcos não foi LOA e PPA, Falou também que sabe que uma coisa não depende da
1998 outra. Só que a LOA é anual e o PPA está em quatro anos, foi justamente o que ele (Marcos) disse, mas
1999 que ela vai poder ser ajustada e que vai ser ajustada conforme esses pedidos. Então é o seguinte: vamos
2000 combinar. Antes os compromissos eram em doze, agora são em nove. Se não reabertos com a Conferência
2001 que foram as propostas, com certeza vão passar de nove para onze de novo. O que está tentando aqui
2002 ajustar são os pedidos que foram feitos e compromissos aqui dentro do CES, para que a LOA tenha esse
2003 ajuste e seja apresentada. A LOA não é estanque, ela não é estática. Ela pode ao longo do tempo ser
2004 remodelada. O que precisa entender é que ela vai precisar ser minimamente encaminhada, aprovada ou
2005 não no dia 21, para que para que ela tome fôlego, e que ela continue. Agora, em relação ao PPA é outra
2006 história. Ele não foi aprovado. Ele vai que ser revisto, e vai que ser construído e conseqüentemente ao
2007 longo do tempo a LOA vai ser adequada pelo PPA. Mas que o irmão do conselheiro Antônio Marcos
2008 acabou de explicar. Disse que a matéria parece clara, mas ela se confunde. Disse que precisa encaminhar
2009 porque já são cinco e meia, e que teria outros dois pontos. Encaminhamento. Perguntou se os conselheiros
2010 concordavam que no dia 21 às 14:00h, em algum espaço no COSEMS. Que o espaço já foi solicitado em
2011 que existam ajustes em relação à LOA e que sejam apresentados. Mas com o comprometimento de todos
2012 os conselheiros que aqui estão, até para poder construir lá no FESBA este documento. O conselheiro
2013 Ivonildo Dourado Bastos, Perguntou o é que efetivamente na reunião seguinte vamos tratar de LOA? Que
2014 tipo de alteração? Que tipo de proposição? efetivamente na próxima reunião nós vamos trazer para cá, se
2015 efetivamente não se discutir, digamos assim o PPA. Que essa é sua pergunta: o que vamos discutir da
2016 LOA? A Sra Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Esse encaminhamento é do Conselheiro Marcos. A
2017 mesa está replicando, não entende que PPA tem que ser discutido com A LOA. Porque se PPA modifica,
2018 LOA também modifica. Que estão tentando dar um start em relação à LOA, para que ela tenha uma
2019 votação orçamentária garantida na Assembleia. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio se
2020 reportou à Secretária Geral dizendo que, o que ele colocou foi que durante o percurso da discussão da
2021 LOA, que pode ser na próxima reunião que estamos marcando, em paralelo vamos discutir também, quais
2022 pactuações podemos fazer daquilo que estamos colocando aqui, que é importante para o PPA, para ver se
2023 pode amarrar, pra LOA. Isso não invalida que logo após, e aí se de fato houver um compromisso de que
2024 as propostas da Conferência irão. E aí a gente já fazendo uma discussão das propostas. Fazendo também
2025 uma discussão daquilo que foi colocado aqui e daquilo também que os conselheiros que pode contribuir,
2026 que pode também fazer parte daquilo que vai ser o PPA, automaticamente no meu entender não impede
2027 que façamos uma discussão da LOA, já que com um compromisso estabelecido. Agora não temos como
2028 colocar aqui, a votação de compromissos que podem ser estabelecidos com o CES, daquilo que pode
2029 constar no PPA. Porque no final, embora vá parecer que a já votamos a LOA e o PPA, no final as duas
2030 peças irão coincidir, porque já há um compromisso de que a LOA e o PPA vão estar. O conselheiro Raul
2031 Moreira Molina Barrios Colocou que para ele, não sabe se concordam, porque quem já fez o relatório de
2032 prestação de contas, tem aqueles blocos que estão ali, com aqueles valores imensos. Se dirigiu ao
2033 conselheiro Marcos dizendo entende que os conselheiros estão querendo colocar. Falou que novamente
2034 iria perguntar se os compromissos que foram levantados na conferência, nós queremos que eles entrem
2035 no PPA? Para que eles possam ser contemplados naqueles blocos e parece que é essa a discussão. O
2036 negócio de vir aqui discutir LOA, aquele bloquinho daquele dinheiro que a gente que não sabe às vezes,
2037 nem para onde vai, é para inglês ver. Deixa do jeito que está e morreu o pato. O encaminhamento que
2038 estamos querendo colocar, e pediu desculpas ao conselheiro Ivonildo, e disse: se vocês não querem os
2039 compromissos do PPA, é diferente. Agora se querem rever isso, a gente vem para discutir. Pronto! É isso
2040 aí. Esse é o encaminhamento que eu faço! Sra Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Falou: “vamos

2041 situar aqui. O encaminhamento inicial de Marcos não foi esse, o encaminhamento, o certo seria:
2042 apresentação e aprovação ou não da LOA. Não foi esse. Houve 2 encaminhamentos, 3 ou 4. Se se
2043 entender que o que vai discutir aqui for LOA; com o entendimento do que foi dito anteriormente pelo
2044 conselheiro Marcos, tudo bem! Se entender que vai reformular o PPA tendo em vista que houve a
2045 reprovação do PPA, e justamente posteriore a LOA, nós iremos continuar. A urgência possa ser, que
2046 também, possa ser que faça nos comprometer, porque são nove compromissos. Disse que tenta não
2047 colocar em votação. Mas também se coloca em votação e não esclarece, vai ficar sempre assim. Esperar
2048 para um prazo maior, para votar a LOA ou deixar como apresentado e não for votação no conselho, não é
2049 isso? Porque, 1) pode cair no risco de não ser aprovada ou sendo aprovada com as ressalvas, vão ter que
2050 refazer. Isso aí é uma questão a gente pode colocar em votação. 2) ela junto com a discussão nova e com
2051 o PPA, a LOA vem depois para essa aprovação. OK? Isso, com o PPA. Porque o PPA não só aqui, como
2052 também a Conferência, como também outros aspectos. Só que nós temos aqui como conselho, colocar a
2053 data nisso, porque precisa enviar a peça orçamentária para o Estado. Perguntou: dia 21 vai dá tempo para
2054 reformular tudo isso? O Estado quer se manifestar em relação a isso, dia 21 não dá, dia 21 não pode? O
2055 conselheiro Ivonildo Dourado Bastos, voltou a repetir sua pergunta dizendo: eu quero entender que tipo
2056 de discussão sobre a LOA, nós vamos trazer para a reunião subsequente? Eu entendo que o que vamos
2057 discutir na próxima semana sobre LOA, podemos deliberar hoje aqui. Entendeu? E se dirigiu ao
2058 conselheiro Raul Molina dizendo: “claro Raul, claro!”. Você está entendendo? Você está entendendo o
2059 que estou colocando? Porque o que é que vai se movimentar? Luís Cláudio poderia até consubstanciar
2060 aqui essa resposta. O que é que nós vamos alterar aqui na LOA, se não alterar o PPA? Porque a LOA, ela
2061 é um recorte do PPA. Se não houver alteração no PPA, vai alterar o que na LOA? Então tem que ser
2062 casado, não pode ser só LOA. O conselheiro Luís Cláudio Guimarães Colocou para os conselheiros o
2063 seguinte: podemos trabalhar aqui, qual é a posição da LOA. Porque como já falei, a LOA pode ser
2064 remanejada a qualquer momento se teria posição aqui, de se aprovar a LOA. Contando com vocês, as
2065 discussões podem ser de uma semana, de dez dias, de quinze dias e discutir remanejamento da LOA. E
2066 ainda a posição legal de que a Assembleia votando a LOA, faz parte de vocês, ajustar a LOA durante o
2067 período. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia falou o seguinte: se vai discutir a aprovação da LOA
2068 ou não, ou se deixa sobre estado essa aprovação para o dia 21. Agora, isso com relação ao PPA é outra
2069 história, o PPA são quatro anos a formulação é mais demorada. E também os compromissos que podem
2070 vir à tona agora. São nove compromissos que já estão feitos e vão se ajustar com a Conferência. São
2071 treze. Faltam quatro, faltam quatro. Então, isso é algo de estudo um pouco maior e melhor. O PPA não foi
2072 aprovado. Podemos fazer aqui um encaminhamento para ganharmos tempo? A LOA acabou de ser
2073 apresentada. Deixa sobre estado em relação à aprovação ou não. Iremos agora organizar o PPA, essa
2074 reformulação e justamente encaminhar para o FESBA, para que eles façam. Porque justamente vai ter que
2075 ter a alocação do recurso, já que tem o valor e não vai modificar. Não vai aumentar, nem diminuir. Claro!
2076 Agora nós não temos até o dia 21. Até o dia 21, vai dar tempo com isso? Até o dia 21, todos irão se
2077 debruçar com esse compromisso? Por favor, por favor, sem dispersão. Ajudem aqui a mesa, porque algo
2078 vai puxando a outra. Dia 21 vai ter como fazer tudo isso, acredito que PPA e LOA? Não, porque vai
2079 faltar, vai faltar. Não é emenda. O Conselho não aprovou o PPA. Se atropelarmos algo aqui o outro
2080 parlamento vai ser muito maior. Qual é o consenso? não é o consenso não, não é o consenso não. O
2081 Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que sua proposta de consenso é que a gente possa
2082 aqui, dentro do que estamos discutindo, tirar um grupo de trabalho provisório, com: um trabalhador, um
2083 gestor e dois usuários. Se reportou à Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia, dizendo: PPA é o todo
2084 que precisa aprovar. Podemos pegar um grupo de trabalho formado aqui nesse pleno agora, para que
2085 possamos pegar as propostas da Conferência e ver o que está contemplado no PPA, ou contemplar no
2086 PPA, ver também a discussão da LOA, do que pode casar ali na LOA, para ver com o pleno, essa
2087 comissão trazer para o pleno no dia 21, que é a proposta da reunião, uma posição dessa comissão e
2088 também uma apresentação da gestão, onde é que está contemplado, tudo isso que foi dito aqui, juntamente
2089 com as propostas que foram da Conferência, e a partir daquela reunião, tirarmos uma posição única desse
2090 Conselho, dos dois instrumentos. Sra Secretária Geral Isadora Oliveira Maia, Agora a gente precisa
2091 realmente, de um braço muito forte da gestão. Você sabe porque? Nós do Controle Social do CES, não
2092 temos esse braço para ter esse documento, nem para ter essa reformulação em tão pouco tempo. Então,
2093 pense que é uma construção ao longo do tempo. A Conselheira Stela dos Santos Souza, colocou que sem
2094 o PPA, um boi não pode andar na frente do outro. Espere aí. “Não um boi eu”. Não, foi reprovado o PPA.
2095 A conselheira disse: voltou à baila agora, para ir para discussão. Encaminhou o seguinte: volta o
2096 SISPACTO também para discussão. O COSEMS vai acionar os municípios para mandar o SISPACTO
2097 direto para a nacional. Nada, nada. Não acontece, nada. O compromisso do SISPACTO é conselho
2098 municipal, município, conselho municipal e mandar para o Ministério, é Esse. Aí, Vamos fazer o
2099 levantamento daqueles conselhos que estão naquela situação de irregularidade etc., e tal. Sra Secretária
2100 Geral Isadora Oliveira Maia colocou: temos esse mecanismo gente. Aqui teve o Sistema de aprovação,

2101 reprovação, mas a gente vai reformular o SISPACTO de outro sistema, o PPA também aprovado a gente
2102 vai tentar. Agora estamos na LOA, podemos então, fazer o encaminhamento para no dia 21, às 14:00h no
2103 COSEMS, durante a semana que se segue, uma comissão que não precisa ser estanque, ela é doce é
2104 paritária, mas também se alguém poder agregar é sempre de valia, até para que tenha outros que se
2105 comprometam. com o sistema. Por favor, conselheiro Marcos, vamos lá conselheira Stela, tentar construir
2106 e ajudar na LOA. Temos aqui o conselheiro Ivonildo que se predispôs, conselheiro Marcos, Silvio, mais
2107 dois conselheiros que realmente se interessem, Raul Molina. O conselheiro Raul Moreira Molina Barrios,
2108 colocou que já disse, e que iria repetir aqui. E eu tenho falado com alguns conselheiro e todo mundo
2109 concorda comigo. Se nós conseguirmos colocar aqui no PPA, aquilo que discutimos e que aprovamos na
2110 Conferência Estadual de Saúde, para nós não tem problemas. Agora o negócio é o seguinte: LOA para
2111 nós, se discute junto com PPA, não pode estar descasada uma do outro. Sra Secretária Geral Isadora
2112 Oliveira Maia. Colocou que entendeu. Mas agora vamos tentar, vamos ficar de pé também, porque está
2113 todo mundo de pé. Vamos tentar acabar aqui. Essas discussões também, devem ser feitas ao longo do
2114 tempo e a reunião agendada. Eu não vou repetir, não vou repetir. 21 às 14:00h no COSEMS. Vai ser
2115 tirada uma comissão aqui, mas comissão não é estanque, outros conselheiros podem chegar para ajudar, e
2116 vão fazer parte dessa comissão. Porque muitas vezes comissões também, elas fazem que, elas tem um
2117 direcionamento para verificação. Vamos fazer o seguinte! a comissão ou GT (grupo de trabalho) para
2118 poder fazer esse encaminhamento junto com o FESBA, para apresentação dia 21 reunião da LOA. A
2119 discussão: Então temos Ivonildo, eu gostaria também que fizessem um encaminhamento, para eles
2120 também primeiro fazerem o comprometimento. Eles vão agendar a reunião e trazer a resposta. Ivonildo,
2121 Sílvio, Marcos, Raul Molina, Luís Cláudio, Conselheiro Francisco e Fernando. Agora todos eles estarão
2122 durante a semana trazendo essa apresentação para poder ajudar o FESBA. OK? Pronto. Está sobre estado
2123 aprovação ou não da LOA, dia 21, já fez a apresentação. No dia 21 é só realmente encaminhamento,
2124 ajustes que foram feitos ao longo da semana. Ok? Pronto? Vai para regime de votação? Está aprovado?
2125 Encaminhamento? Encaminhado. Pronto. Nós temos aqui até às 18:00h. São 17:55. Acabamos de tirar
2126 dois pontos de pauta, por causa do horário. Rastreamento de Câncer de Mama, pronto. A reunião da
2127 comissão vocês se organizam ali. Nós não terminamos a reunião ainda não. Ok. IAM tem que ser
2128 aprovado, tem que ser apresentado para o encaminhamento. Vai ser aprovada. Não, não é aprovado. Mais
2129 é a política que eles vão apresentar e tem que ser encaminhado, porque se não, eles não continuam. Além
2130 de não ter quórum, e o horário aqui é até 18:00h. Conselheiro Ivonildo da Gestão será possível no dia 21
2131 o IAM ser apresentado? Eu acho que deveria, mas não tem mais quórum. Mas não tem, aqui encerra às
2132 18:00h, eles não vão deixar apresentar, quantos minutos apresenta o IAM? Vamos respeitar. Maria
2133 Alcina Romero Barbosa. Apresentação da Política Estadual para Redução de Mortalidade por Infarto do
2134 Miocárdio (IAM). O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos. Colocou que fica feliz quando vê
2135 iniciativas como essa, porque se dispõe a salvar vidas, naquele momento em que precisa receber o
2136 atendimento necessário. Mas o que o preocupa (se reportou à Dr^a Alcina) é a questão de dependência.
2137 Relatou: Dependência de pactuações, dependência de interesse, dependência de uma estrutura que a
2138 senhora coloca e traz ai, que é necessária. Disse mais: a gente vê as disfuncionalidades e às vezes até
2139 inibe sonhar que isso vai ser implantado, por que de que a região, os municípios, eles fazem se quiserem,
2140 se tiver interesse, se não tiver interesse eles também não fazem, entendeu? Disse também: então Isso a
2141 senhora mostra como uma ação, mais ao mesmo tempo eu fico pensando assim, lógico, é justamente isso,
2142 é por conta disso que essa ação de saúde proposta é tão importante, que vai depender de boa vontade, de
2143 recursos financeiros, de uma série de intervenções e participação que precisa ser envolvida. Colocou: e aí,
2144 eu torço. Lógico que eu parabeno. A iniciativa é importante, mas é essa forma de boa vontade de todas
2145 as condicionalidades que se faz necessário, para poder implantar esse serviço. Ai, “disse” eu vejo uma
2146 grande necessidade, até porque, hoje, as pessoas acometidas dessa situação, elas não tem hoje aonde
2147 serem acolhidas. Porque os acidentes de
2148 automóvel, estão ocupando todo esse espaço, que antes era para essas pessoas; que foi construído para
2149 essas pessoas. Hoje elas não têm aonde (Arão) ser acolhidas. Sofreu aqui um AVC, espera ai, chegou um
2150 aqui, que a perna arrancou e a outra está dependurada. Coloque aqui e essas coisas todas. Falou que acha
2151 importante, parabeno a iniciativa, mas que queria ver implantado, queria ver o sonho e acha que o
2152 Conselho pode se empenhar disso, e não sabe se vai conseguir. Mas depende muito da boa vontade dos
2153 municípios que estão ai. Espero que eles queiram aderir. Agora essa questão também de entregar ao
2154 privado, a gente tem que ter certo cuidado. Até porque quem é que tem acesso a essas unidades dos
2155 privados, nos Filantrópicos? Normalmente não são os usuários do SUS. Falou: então a gente tem que
2156 acompanhar direitinho e o Conselho vai ter que acompanhar esta questão dos filantrópicos, porque quem
2157 tem acesso a esses filantrópicos, porque quando chega alguém SUS, para ser atendido pelo filantrópico,
2158 ele é barrado na entrada. Nem entra. Não tem acesso. Mas como já vem regulado, já vem referenciado,
2159 pode ser que encontrem o espaço. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos colocou que sua fala era
2160 rápida. Era no sentido de parabenizar Dr^a Alcina e toda equipe, que juntamente com ela participou da

2161 discussão, na elaboração e da pactuação dessa política. Disse para a Dr^a Alcina que era nesse sentido de
2162 parabenizar o trabalho que desempenharam e que tem desempenhado, e várias outras políticas. Nós
2163 vamos trazer aqui para esse pleno uma questão do Plano Estadual de Oncologia. Irão trazer e vão pedir
2164 ponto de pauta, no sentido de apresentar aqui para os conselheiros. E aproveitava a sua fala de
2165 encerramento para parabenizar à Dr^a Alcina e toda a sua equipe. E que aproveita “se dirigindo à
2166 Secretária Geral” Isadora para solicitar aqui já como ponto de pauta para a próxima reunião. Tanto o
2167 ponto no Plano de Oncologia, como a questão da microcefalia que estão para discutir com os
2168 Conselheiros Estaduais de Saúde. O Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios. Falou que a Secretária
2169 Geral (Isadora) foi muito feliz na sua colocação, e a Dra. Alcina no momento que fez a sua apresentação.
2170 Ela disse que essa apresentação iria se dar primeiro nas micros. E o mesmo estava querendo focar isso,
2171 porque em sua micro houve a discussão e houve a pactuação. Que viram o seguinte: alguma coisa que
2172 para colocar aqui. Quais os hospitais que estão lá e que se colocam à disposição de receber essa
2173 medicação. Qual deles vai utilizar de forma adequada e não seja desviada, essa coisa toda. Disse: O que
2174 fizeram lá? Sabe qual é o município X, sabe qual é o hospital que está aqui do lado? Que eles colocaram
2175 lá. Nesse município tem todas as condições, mas não é confiável para isso. Que vão fazer desse jeito.
2176 Então, não pode estar fazendo dessa forma e que isso era o que achava importante. Falou para a doutora
2177 Alcina, que acha importante e que a política que tem que ser feita, ela tem que vir subindo. Ela tem que
2178 vir de onde se faz a coisa acontecer. Só por isso vocês estão de parabéns, e responde o que se alistou a
2179 colocar aí, até para esclarecer. Que a Doutora falou, mas não entrou em detalhes de como é que foi
2180 pactuado. Disse que isso é importante para que todo mundo tome conhecimento de que houve esse
2181 critério, de se fazer isso. Então está de parabéns a Dr^a Alcina. O Conselheiro Sílvio Roberto Gostaria de
2182 primeiro ressaltar a clareza da apresentação da Dr^a Alcina. E segundo, a paciência de estar apresentando
2183 no final. Disse que não sabe como ele estaria apresentando no final de uma reunião do Conselho. Bem,
2184 “falou:” eu quero dizer o seguinte: Silvino, na Pactuação, ela é uma transcrição do que a constituição
2185 define. Porque a constituição define que saúde é competência comum da União, dos Estados e dos
2186 Municípios. Assim, um projeto, um programa como esse, é responsabilidade dos três entes da União.
2187 Então essa Pactuação, ela vai acontecer, ela deve acontecer por conta disso. A preocupação que tem é
2188 com a questão, e aí a conselheira Stela já colocou aqui. Mais isso vai ter sempre essa preocupação. Mas
2189 também vai ter que conviver com essa preocupação. Mais isso vai ter sempre essa preocupação. Mas
2190 também vai ter que conviver com essa preocupação. Mais isso vai ter sempre essa preocupação. Mas
2191 também vai ter que conviver com essa preocupação. Mais isso vai ter sempre essa preocupação. Mas
2192 também vai ter que conviver com essa preocupação. Disse que está preocupado, mais isso vai ter sempre
2193 essa preocupação. Da inserção das unidades filantrópicas ou da rede privada. Porque a própria
2194 Constituição também contemplou isso, quando está lá declarado que a rede privada, ela entra como
2195 complementar. Então é isso está no acompanhamento e na fiscalização. E não ficar restrito e tem que ser
2196 porta aberta. Colocou que acredita que um programa como esse, ele tem toda perspectiva de evitar muitas
2197 mortes ou até sequelas, por conta de enfarte do miocárdio. Isso está muito claro. Agora tem essa
2198 preocupação justamente do futuro. Não é? Como é que esse processo se dá, no momento de que há o
2199 programa, ele é pactuado. Mas, o que esperam, é que os entes assumam as suas responsabilidades,
2200 conforme determina a Constituição. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Ok, obrigada eu vou
2201 fazer as considerações aqui. Maria Alcina, eu vou dizer também aqui do meu testemunho. Enquanto a
2202 Dr^a está sempre nas reuniões do Conselho e sempre com paciência, porque muitas vezes as pautas são
2203 estendidas, ela sempre participa. Isso é muito importante. Saber que os sanitaristas estão sempre
2204 acompanhando, e tem essa construção, meus parabéns. Tem alguma consideração a fazer? Maria Alcina
2205 Romero Bulhosa. Colocou que a política foi pensada justamente para ser discutida e que fizeram todo
2206 embasamento técnico, mais essa escolha é exatamente o que Dr. Raul Molina disse. A escolha tem que vir
2207 dos Municípios. Eles é que tem que se responsabilizarem, por apontar quem é o hospital. Porque eles
2208 conhecem. Então não seria a SESAB, só definir as unidades da rede própria dela. que já são portas
2209 abertas. Já faz jus. As demais, fizeram (a gente fez) questão de que venham dos Municípios. Das
2210 regiões. Elas se empoderem, porque elas têm poder para isso. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos
2211 Santos colocou para Dr^a Alcina, que o seu encaminhamento é que os contratos sejam feitos com os
2212 filantrópicos e eles precisam de uma forma de acompanhamento. Seu encaminhamento é que aprove não
2213 aprove, mas que saia com essa proposta. E que tenham um mecanismo de acompanhamento mais definido
2214 em relação a quando for contratar as filantrópicas. Maria Alcina Romero Bulhosa disse que nessa
2215 política não há DAM das salas. Não há contrato, é um termo de compromisso. É um termo de cooperação
2216 técnica. A SESAB vai entrar com a tecnologia e a medicação. Entendeu? Não há contrato de meta. É
2217 diferente. Entendeu? É diferente. Entendeu? Mas o monitoramento está previsto, e vai ser (muito) poucas
2218 filantrópicas. Porque, a grande maioria, 100%, são SUS. Porque nos municípios onde eles estão, é mais
2219 hospital municipal. Basicamente são municipais. Mas pode ser filantrópico e tem municípios que são
2220 filantrópicos. E a gente não pode tirar o direito do município. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia.

2221 Regime de votação, aprovação. Aprovada. Com a ressalva do Conselheiro Silvino, que quer o
2222 monitoramento do sistema. Falou que estava terminando a reunião. Temos o que ocorrer. Declarou que
2223 estava registrado o monitoramento, que vai ser feito junto com o CES, para a política que acaba de ser
2224 apresentada. Informou ao Pleno que ainda tinha o que ocorrer e solicitou a permanência dos conselheiros,
2225 pois, a conselheira Lílian fez o pedido de três pontos de pauta do que ocorrer. Lílian Fátima Barbosa
2226 Marinho “conselheiros, conselheiras, hoje pela manhã, foi remetido um ponto que foi tratado pela manhã,
2227 foi remetido para o que ocorrer. E é um ponto de extrema importância. Trata-se do envolvimento de um
2228 conselheiro em uma agressão e ele estava representando aqui, a Bahia, foi delegado da Bahia e agrediu, e
2229 um processo de agressão. Para quem não sabe, ele atingiu uma mulher, cadeirante, e essa mulher fez uma
2230 nota pública de repúdio a ele, pediu ao CES/Ba um posicionamento, pediu inclusive a expulsão dele. Foi
2231 aplaudida nacionalmente, ou seja, disse que estão nacionalmente divulgados, por conta de uma ação e ser
2232 remetido para questão para o que ocorrer”. Disse também que sabem que o que vir por ocorrer, acaba
2233 ficando no prejuízo. Mais acha importante, que deixem registrados aqui, é: o Conselho, o Presidente disse
2234 que já havia sido notificado pelo Conselho Nacional de Saúde, o MORHAM porque o conselheiro
2235 representa aqui nesse Conselho, o MORHAM que é o (Movimento de Reintegração das Pessoas
2236 Atingidas pela Hanseníase). E o MORHAM já está entrando em contato com o Conselho Estadual, ou
2237 seja, é importante que todos nós tomemos conhecimento. E gostaria que a carta que a cadeirante, a mulher
2238 é cadeirante leu e foi aplaudidíssima, fosse encaminhada via e-mail do Conselho para todos, para que
2239 pudessem tomar conhecimento disso. E claro, que o conselheiro, seja instado a se pronunciar a respeito
2240 disso perante esse pleno, dada a gravidade da situação. Disse que não estava ali, fazendo nenhum juízo
2241 de valor, mas estava dizendo que: “nós fomos publicamente convocados a nos posicionar”. A segunda
2242 questão que eu queria colocar é sobre a questão do Plano Estadual de Saúde. Disse que ali falaram várias
2243 vezes. Disse que agora colocam a questão do PPA, da LOA, mas o Plano Estadual de Saúde, que foi
2244 colocado muito claramente, que o prazo final é março de 2016, se esse processo não for deflagrado agora,
2245 vai estar na mesma situação do PPA. Ou seja, não participaram das discussões para a construção do PES
2246 (Plano Estadual de Saúde), depois ele chegará aqui para que o aprove. A conselheira disse que gostaria
2247 de chamar a atenção de todos. Por quê? Porque estão com um cronograma bem apertado. Nós temos
2248 eleições e um mês de férias que vai ser meio morto, e ainda um carnaval, que na Bahia, os conselheiros
2249 sabem, é mais que uma semana, e que é difícil conciliar agendas. E eu acho que nós temos que tomar
2250 cuidado com isso. Por quê? Porque as propostas estaduais, que várias pessoas colocaram aqui, os
2251 conselheiros aprovaram. Pediu para que se lembrem todos e todas, que aprovaram as propostas em bloco.
2252 Falou que discutiram, selecionaram e priorizaram as propostas nacionais. Mas as propostas estaduais, o
2253 Conselheiro Marcos estava na mesa plenária, junto com a conselheira e que foi aprovada em bloco. Então
2254 gostaria de dizer que, como eu fui relatora da conferência, queria dizer que há problemas, só isso. Que
2255 tipo de problemas, não iria se estender ali. Gostaria de dizer também, que continua pendente. Porque tem
2256 pauta. Quer pauta na próxima reunião. Tem várias pendências, por exemplo: a avaliação da 9ª
2257 CONFERES. Também quer dizer que está informando aos conselheiros. Mas que os mesmos já sabem,
2258 por que a mesma mandou para eles pelo CES. Falou também que apenas quer que conste em ata, que teve
2259 que pedir uma informação via ouvidoria, por conta de critérios que não foram transparentes, na própria
2260 constituição dos convidados da Bahia, para a 15ª Conferência. Que aguardou, todo mundo recebeu, E que
2261 fez também uma solicitação à secretaria executiva do CES, pedindo um levantamento, das pessoas que
2262 não estão comparecendo às reuniões. Que tem entidades que não vem para as reuniões e que vão entrar
2263 num processo eleitoral e não podem mais estar sustentando pessoas que não vem e que não ficam até esse
2264 horário como todos que ali estavam. Não é uma caça às bruxas, não é fiscal de quem vem, mas gente
2265 precisa ter cuidado. E aí, o pau que dá em Chico dá em Francisco. Seja usuário, seja gestão, seja quem
2266 for. Não dá para fazer de conta que a gente está participando do Conselho, sem vir aqui, para poder
2267 exatamente, debater e ajudar na construção de política pública de saúde desse Estado. O Conselheiro
2268 Jorge Geraldo de Jesus Rosário. Obrigado ao Conselheiro Marcos, porque a nossa presidente, acho que eu
2269 falo demais. Senhora Presidente por questão de ocorrência, eu quero sinalizar três pontos, Primeiro: quero
2270 solicitar pauta para 2016, sobre a questão dos acidentes de trânsito com sequelados, e ai já teve uma
2271 conversa ali com o Conselheiro Ivonildo, com o Secretário de Saúde, e a questão da doença falciforme, a
2272 questão da saúde que foi exposto ai, no problema da LOA sobre, como o governo do Estado está olhando
2273 a questão pública de saúde. Agora um ponto importante que o conselheiro queria sinalizar. Eu que estava
2274 na Conferência e quando, chegou na hora do almoço até questionou ao pessoal que estava servindo,
2275 porque tinha vários pontos de alimentação e um ponto de líquido não tinha. Por exemplo, tomar o suco lá
2276 embaixo. Eu ai questionei o cidadão porque essa diferença desde quando não estava acontecendo
2277 anteriormente. Ele disse: “olha aqui, houve aqui uma briga, uma situação que nós fomos incomodados a
2278 fazer essa colocação”. E ai ele não quis mais entrar em detalhes. Como existem muitos conselheiros que
2279 não estiveram na Conferência, seria até bom, salientar que você estava lá, que inclusive quero aqui
2280 levantar a bandeira dos conselheiros, o nosso colega cometeu um dos piores deslizes que ele poderia

2281 cometer. Porque você se levantar, sendo cadeirante, uma pessoa indefesa. E constitucionalmente, ela
2282 está amparada pela lei e aí você pega os direitos fundamentais do artigo quinto da Constituição da
2283 República Federativa do Brasil, onde a colega teve utilizada a prerrogativa de advogada e nem permitir
2284 que ele fosse levado preso, excludente. Porque hoje ele está aqui. Mais se a colega não tivesse lá, hoje ele
2285 estaria na cadeia, em Brasília pagando precários. Falou que queria nesse momento, que era muito
2286 importante, que a colega que esteve no momento, fizesse a sinalização breve. Porque os conselheiros
2287 precisam ter conhecimento do ato que aconteceu, inclusive para fazer uma defesa, pra fazer o
2288 comportamento de apoio, até para que o próprio colega e que ele venha até para se redimir do ato que fez.
2289 Sra Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Colocou que a proposta de ele não sair preso, foi um pedido
2290 da própria cadeirante. Foi um pedido de uma forma consensual, por que defende as pessoas quando
2291 precisa, porque é procuradora da associação das APAEs, agora o que fizeram? O que você quer fazer, o
2292 que dissesse que iria fazer da forma que você fizer eu vou fazer e foi uma condição da cadeirante, que fez
2293 uma petição a esse pleno, de mandar fazer uma carta de repúdio, e que já consultaram o Conselho
2294 Nacional, e que não chegou até agora. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos colocou que ontem
2295 tiveram uma conversa e já foi sinalizado desde ontem para o Conselho, o ofício estava para ser assinado e
2296 que a Mesa Diretora já está recebendo e solicitando a indicação de dois conselheiros, para poder discutir
2297 junto com a SESAB, a construção do Plano Estadual de Saúde. Então, isso já foi uma decisão tomada, o
2298 ofício já está pronto. Se o Conselho achar que vai ser dois ou que vai ser três, é outra discussão. Falou
2299 que estava colocando que o ofício, em cima da fala da Conselheira Lílian, que coloca a questão do PES e
2300 de outros conselheiros, que se reportaram anteriormente ao mesmo tema. A gestão está pontuando que
2301 está encaminhando o ofício, à Mesa Diretora do Conselho, solicitando a indicação de dois conselheiros.
2302 Se o Conselho entende que tem que ser uma comissão e essa comissão normalmente é paritária, é uma
2303 discussão que o conselho tem que trazer e decidir. Mas o que eu estava reforçando ali, era o conteúdo do
2304 ofício que estava sendo encaminhado. A questão da mesa diretora, com relação ao PES. Pronto. Isso é um
2305 ponto. Com relação a essa questão do Conselheiro Jair, que foi trazido à baila aqui pela Conselheira
2306 Lílian, que já é de conhecimento, o fato da maioria dos conselheiros, é interessante que esse assunto
2307 realmente seja discutido com o Conselho, mas que o direito do contraditório, a própria fala do
2308 Conselheiro Jair, como a própria conselheira Lílian coloca, a gente tem que ouvir. Então as providências
2309 já foram tomadas, relatadas por ela, relatada aqui por Isadora, falar com relação à entidade que ele
2310 representa aqui, com relação do Conselho Nacional, com relação à tomada de decisão do Pleno da
2311 Conferência Nacional. E que cobra providências do CES. Mas que para esse Conselho tomar qualquer
2312 providência, até para não ser taxado de cercear defesa, coisa do tipo, é interessante que ele seja
2313 comunicado, da decisão do conselho, que ele seja ouvido por esse Pleno e que se justifique. Então isso era
2314 o que ele tinha para colocar e vou ter que sair agora, porque estão tendo uma reunião agora lá no gabinete.
2315 Do gabinete de crise, com relação à microcefalia, Dr^a Alcina ficou para apresentar, mas também já deve
2316 estar indo para essa discussão, Cássio está indo e eu estou indo também, lá agora. Agradecer a todos
2317 vocês e a gente vai tentar estabelecer uma relação mais propícia de diálogo e de concentração para
2318 construir, aqui na Saúde do Estado da Bahia. Sra. Secretária Geral Isadora Oliveira Maia. Querelante. Eu
2319 só vou tentar falar aqui dois minutos com o que aconteceu ao Conselheiro Jair e disse que não estão
2320 tentando polemizar, nem tentando esconder. Pelo contrário. Falou que estavam apenas esperando
2321 resposta. O Conselho Nacional de Saúde, ainda não enviou. Inclusive a mesma pediu a carta, a nota de
2322 repúdio que a Carolina, “esse é o nome dela”, o pedido que ela fez no pleno. Antes de se imaginar que foi
2323 uma pessoa com deficiência, cadeirante, mulher, ou outras coisas, há que se imaginar, que foi uma
2324 pessoa, ser humano. O que poderia ter sido da prerrogativa de ser com deficiência, não melhora, nem
2325 piora situação do ocorrido. Que teve muitas pessoas almoçando. Porque o fato foi muito mais. Existe um
2326 contexto muito maior. Falou que precisa não só em relatório ouvir o Conselheiro Jair, o que ele fez aquela
2327 carta naquele momento ali. Houve um relatório, precisa também ouvir a nota dela e ouvi a realidade das
2328 coisas. Ele não teve uma postura realmente coerente, não só enquanto Conselheiro, mas também,
2329 provavelmente de um momento enquanto pessoa. Houve uma solicitação de conversar com ele, e
2330 também, antes de conversar com a entidade dele. Porque ele representa aqui a entidade. Sem contar que
2331 tumultuou todo o papel de vários Conselheiros. Salientou que seu papel de advogada, não era de conduzir
2332 a pessoa que seria querelante. Tendo em vista que ela em momento nenhum colocado, não tinha feito
2333 nenhuma ação. Não tinha colocado nenhum inquérito, não tinha nada, ou não tinha ido à delegacia
2334 prestar queixa. Relatou que aos policiais, e a situação já foi desde antes do pleno. Falou que precisarão
2335 pontuar com os conselheiros. Perguntou como era que os conselheiros imaginavam? Dia 21 volta esse
2336 assunto a baila, mas, já com uma recomendação, já com algumas contundentes? Tudo bem! Que o
2337 Conselheiro Jair vai ser ouvido. Comentou que existem vários rumores de que as coisas pioraram, de que
2338 ela foi totalmente ensanguentada, tal, tal, tal, tal, tal, tal. Não justifica absolutamente nada, o que o
2339 conselheiro fez, porque foi realmente muito constrangedor. Tanto que poderia ter pessoas, muito
2340 pisoteadas, desde o momento da briga, até o momento de todo processo. Agora uma coisa é fato. Disse

2341 que irão se comprometer, que está esperando do Conselho Nacional de Saúde, que não chegou ainda, a
2342 carta dela. Ela ficou de me enviar inclusive. Vai para o Ministério Público, tudo que ela precisar pontuar.
2343 Ministério Público, solicitação do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia a retirada do
2344 Conselheiro. Ela fez uma série de pedidos e compete ao CES, vão as medidas que vão ser tomadas.
2345 Porque pode ser que a entidade dele faça antes. Colocou que antes de tudo, uma coisa importante em
2346 relação ao Conselheiro Jair. É a solidariedade dos conselheiros do CES. Porque na hora que as coisas
2347 aconteceram, muitos talvez não quisessem saber do que se passou e só pontuaram e saíram. Outros não
2348 estavam naquele momento, naquele horário. Mas teve um grupo, que realmente, mesmo com as
2349 diferenças, mesmo que muitas vezes, determinados Conselheiros tendo feito muitas coisas que não foram
2350 a favor, ao longo do convívio nesses dois três anos, se juntaram para proteger a lisura do conselheiro
2351 estadual. Não fazendo juízo à incitação, está errado. Porque de qualquer sorte o Conselheiro Jair tem que
2352 responder pelo ato dele. Mas naquele momento, se juntou para dizer você vai fazer isso, você vai se
2353 comprometer a fazer aquilo, você vai pedir desculpas, o que é que você pensa, você pode sair preso daqui,
2354 e tiveram realmente na hora que solicitado, a secretária falou que não iria citar nomes, vai citar todo
2355 mundo, que encabeçaram no momento Silvino, Marcos, o Francisco ficou preocupado e todo mundo
2356 estava realmente. Eu era a protetora, que na realidade eu não fui, eu fiz o meu papel como advogada, mas
2357 sem justificar aquele momento. O conselheiro Jair vai responder pelo que realmente aconteceu, porque na
2358 verdade não foi nada simples. E também em relação ao Conselho, ele enquanto conselheiro, o que
2359 representa e a atividade que tem ao estar na Conferência Nacional. Que podem receber uma grande conta
2360 daqueles pratos que foram quebrados. Pessoas também que podem ter entrado, ingressado com uma ação
2361 de dano moral. De danos estéticos. Isso pode acontecer, não sabem ainda. Então, por isso que tiveram
2362 esse cuidado, porque na rede social desde sexta-feira, as coisas começaram a replicar com muita
2363 facilidade. Colocou também que não está tentado ter não essa gentileza. Mais esse cuidado os
2364 conselheiros mesmo, como Controle Social. Para na hora de decidir, ter uma decisão melhor. O
2365 Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou que esteve também todo tempo lá. Que tirou o
2366 Conselheiro Jair daquele meio. Mas tirou até aquele momento, quando O Conselheiro Jair não se
2367 colocava naquele momento como vítima. Tirou. Mas acha que o Conselheiro Jair teria que ter feito uma
2368 carta sim, mas, uma carta de defesa. Não uma carta como ele fez, uma carta como vítima. E ai foi onde
2369 disse para o conselheiro, que se fosse ter que testemunhar, testemunharia contra ele. Por conta do
2370 comportamento dele. Que o Conselheiro poderia ter muito bem assumido o que fez e ter feito uma carta
2371 de defesa. Dizer: fiz isso, fiz aquilo, mais estou pedindo desculpas por isso, eu quero aquilo, qualquer
2372 outra coisa. Menos fazer uma carta dizendo que era vítima. Para o Conselheiro Silvino aquilo ali, ele iria
2373 para a cadeia, ficava lá, e que visitava ele. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva. Colocou que
2374 achava que o encaminhamento, vai ser como a Conselheira Lílian propôs no Conselho, que o Conselheiro
2375 Jair vai ter que ir lá e depois os Conselheiros tomam as providências. Mas propôs à Secretária Geral
2376 Isadora, porque a mesma era da mesa diretora, ver com Arão, que é da secretaria executiva, que no dia 21,
2377 a Conselheira Lílian, já que está agendada essa reunião, já que está próximo ao Natal. Está no mês do
2378 Natal, que façam uma pequena confraternização, porque acha que a conselheira não poderá estar aqui,
2379 infelizmente. Mas que podem fazer essa confraternização, porque é para se aproximarem mais. Já estão
2380 bem próximos. Mais quanto mais próximos ficarem, melhor. A Conselheira Maria do Carmo Brito de
2381 Moraes informou que no domingo houve a eleição para Conselheiros Tutelares. Que a Bahia tem 18
2382 Conselhos, que foram eleitos 180 conselheiros tutelares. Falou que é importante que os Conselhos se
2383 aproximem do Conselho Tutelar. Que é reforço da garantia de direito, no momento em que as crianças, os
2384 jovens e as adolescentes estão sendo dizimados neste país e ainda vem a Zica para trazer mais problemas.
2385 Disse: Precisam que os conselheiros tutelares nos ajudem. O conselho da criança e do adolescente os
2386 ajude. Solicitou que o Conselho paute a questão da situação das crianças e adolescentes do Estado da
2387 Bahia, para ser discutida no conselho. Que isso é muito importante. Então, os conselheiros, enquanto
2388 trabalhadores de saúde, defensor da saúde, é uma questão de saúde pública? É. A morte e todo problema
2389 que passam todas as crianças e adolescentes nesse País. Disse que era isso que queria informar. Nada
2390 mais a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião. O Senhor Presidente agradeceu a presença de
2391 todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia dez de dezembro de dois
2392 mil e quinze, às nove horas. Não havendo mais o que tratar, eu, Arão Capinam de Oliveira, lavei a
2393 presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e
2394 aprovada.

2395 Salvador, 12 de novembro de 2015.

2396

2397

2398

2399

- **Ricardo Luís Dias Mendonça** - *Presidente do CES - (CUT) Central Única dos Trabalhadores -*

2400

Segmento de Usuários

- 2401 - **Arão Capinam de Oliveira** - *Secretário Executivo do*
2402 *CES* _____
- 2403 - **Antônio do Lago de Souza** - *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - Segmento de*
2404 *Usuários* _____
- 2405 - **Antonio Marcos Almeida Sampaio** - *Instituto Kutala'Nleeke - Segmento de*
2406 *Usuários* _____
- 2407 - **Beatrix Kunz** - (CNBB) - *Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste 3*
2408 *Bahia e Sergipe - Segmento de Usuário*
2409 _____
- 2410 - **Cícero Figueiredo Ribeiro** - (SINDHOSBA) *Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de*
2411 *Saúde do Estado da Bahia - Segmento de Prestadores* _____
- 2412 - **Edson Morais de Oliveira** - *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças*
2413 *Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia - Segmento de Trabalhadores*
2414 _____
- 2415 - **Eliane Araújo Simões** - (CRF) *Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia - Segmento de*
2416 *Trabalhadores* _____
- 2417 - **Francisco José Sousa e Silva** - (CTB) *Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil -*
2418 *Segmento de Usuários* _____
- 2419 - **Ivonildo Dourado Bastos** - (SESAB) *Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Segmento de Gestores*
2420 _____
- 2421 - **Isadora Oliveira Maia** - (ARCCA) - *Arte Comunicação Cultura e Acessibilidade de Pessoa*
2422 *com Deficiência - Segmento de Usuário*
2423 _____
- 2424 - **Jorge Geraldo de Jesus Rosário** - (UGT) *União Geral dos Trabalhadores - Segmento de*
2425 *Usuários* _____
- 2426 - **José Silvino Gonçalves dos Santos** - (CAPDEVER) *Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre*
2427 *Ezequiel - Segmento de Usuários* _____
- 2428 - **Josivaldo de Jesus Gonçalves** - (SINDIACS) *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul da*
2429 *Bahia - Segmento de Trabalhadores* _____
- 2430 - **Júlio César Vieira Braga** - (CREMEB) *Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia -*
2431 *Segmento de Trabalhadores* _____
- 2432 - **Lázaro Ribeiro de Souza** - (CUT) *Central Única dos Trabalhadores - Segmento de*
2433 *Usuários* _____
- 2434 _____
- 2435 - **Lílian Fátima Barbosa Marinho** - *Fórum de Mulheres*
2436 *Organizadas em Saúde - Segmento de*

- 2437 *Usuários* _____
- 2438 _____
- 2439 - **Liliane Elze Falcão Lins Kusterer** - (CROBA) *Conselho*
- 2440 *Regional de Odontologia da Bahia - Segmento de*
- 2441 *Trabalhadores*
- 2442 _____
- 2443 _____
- 2444 - **Lázaro Figueiredo dos Santos** - (SINDACS) *Sindicato dos*
- 2445 *Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de*
- 2446 *Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia*
- 2447 *Segmento* _____ *de*
- 2448 *Trabalhadores* _____
- 2449 _____
- 2450 - **Luis Delfino Mota Lopes** - (SINDHOSBA) *Sindicato dos*
- 2451 *Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do*
- 2452 *Estado da Bahia - Segmento de Prestadores*
- 2453 _____
- 2454 _____
- 2455 - **Maria do Carmo Brito de Moraes** - (SEEB) - *Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia -*
- 2456 *Segmento de Trabalhadores* _____
- 2457 - **Murilo Figueredo Campos de Jesus** - *Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – Segmento*
- 2458 *de Gestores* _____
- 2459 - **Maria Helena Nonato** - *Comunidade Científica Universidade Católica do Salvador - Segmento de*
- 2460 *Prestadores* _____
- 2461 - **Maria Helena Machado Santa Cecília** - (APALBA) - *Associação de Pessoas com Albinismo na Bahia - Segmento de Usuários*
- 2462 _____
- 2463 - **Marcos Antônio Almeida Sampaio** - *Instituto Kutala'Nleke - Segmento de Usuários* _____
- 2464 - **Paulo Sérgio Pereira Costa** - (BAHIAFARMA) - *Segmento de Prestadores* _____
- 2465 - **Ronaldo Ferreira Dias** - (BAHIAFARMA) - *Segmento de Prestadores* _____

- 2466 - **Roberto Lima Machado** - (FEBACS) - *Federação Baiana das Associações dos Agentes Comunitários de Saúde* -
2467 *Segmento de trabalhadore* _____
- 2468 - **Raul Moreira Molina Barrios** - (COSEMS) *Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde* - *Segmento de*
2469 *Gestores* _____
- 2470 - **Stela dos Santos Souza** - (COSEMS) *Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde* - *Segmento de*
2471 *Gestores* _____
- 2472 - **Silvio Roberto dos Anjos e Silva** - (SINDSAÚDE) - *Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia* -
2473 *Segmento de Trabalhadores* _____